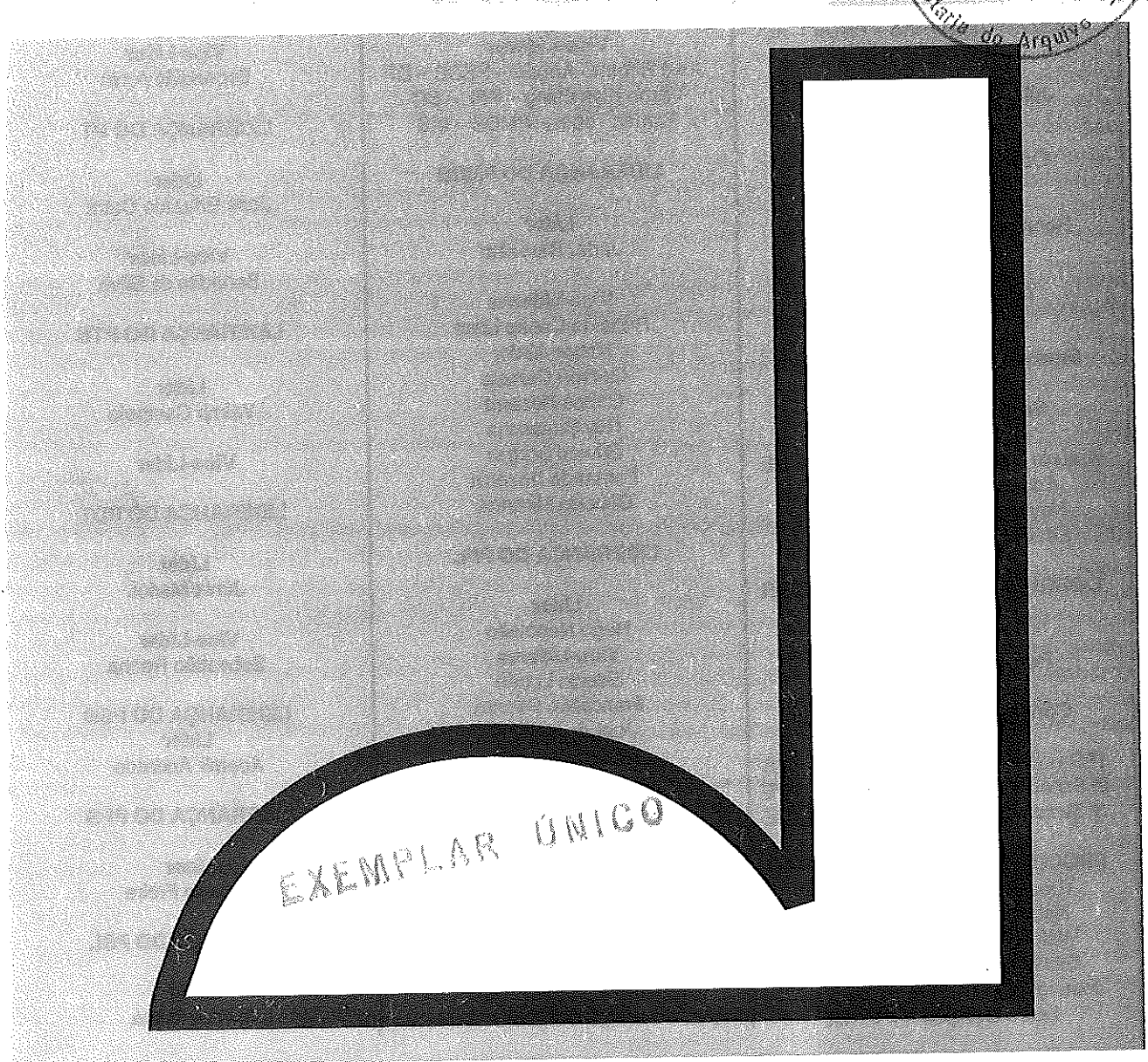


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

**MESA****Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Tectônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Eptácio Cafeteira

**Vice-Líder**

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder****LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Maris

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

**EXPEDIENTE**

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**CLAUDIONOR MOURA NUNES**  
Diretor Executivo do Cegraf

**JÚLIO WERNER PEDROSA**  
Diretor Industrial do Cegraf

**RAIMUNDO CARREIRO SILVA**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**MANOEL MENDES ROCHA**  
Diretor da Subsecretaria de Ata

**DENISE ORTEGA DE BAERE**  
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 22ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE JULHO DE 1996

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, que dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador, e dá outras providências..... 13117

##### 1.2.2 – Requerimento

Nº 723, de 1996, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, publicado na edição do dia 20 de julho último, intitulado "Novo rumo ao trânsito"..... 13120

##### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR **COUTINHO JORGE** – Encaminhando à Mesa requerimento convocando o Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Kandir, para prestar informações ao Senado Federal sobre a execução do Orçamento da União de 1996, e também, sobre os vetos ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997..... 13121

SENADOR **JOSÉ EDUARDO DUTRA**, como Líder – Estranheza com o grande número de convênios constantes do **Diário Oficial**, de 29 de junho de 1996, último dia para publicação em função da lei eleitoral, beneficiando bancadas que apoiam o governo federal..... 13125

SENADOR **VILSON KLEINÜBING**, como Líder – Sugerindo a supressão de emendas individuais no orçamento federal, que seriam substituídas por programas de governo..... 13126

SENADOR **NEY SUASSUNA** – Necessidade de uma solução para o crescimento exponencial da dívida pública interna..... 13126

SENADOR **JOSÉ SARNEY** – Comentando artigo de autoria do Deputado Delfim Netto, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, intitulado "Pequena e média empresa"..... 13132

SENADOR **EPITÁCIO CAFETEIRA**, como Líder – Nota da Bancada do PPB, em que resolve, a partir desta data, abrir mão do direito de indicar membros do partido para integrarem as Comissões Especiais de exame e emissão de parecer de medidas provisórias..... 13133

SENADOR **VILSON KLEINÜBING** – Razões para apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1996, que dispõe sobre a aquisição de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços por meio de autofinanciamento de pessoas físicas ou jurídicas organizadas em formas associativas para essa finalidade, ou seja, regulamenta os consórcios..... 13134

SENADOR **FLAVIANO MELO** – Comentando notícia publicada no **Correio Brasiliense** de hoje, sob o título "Posseiros apanham da PM no Acre". ..... 13135

##### 1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1996, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que dispõe sobre garantias de dívidas trabalhistas..... 13136

##### 1.2.5 – Requerimentos

Nº 724, de 1996, de autoria do Senador Coutinho Jorge, solicitando que seja convocado o Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Kandir, para prestar informações que menciona ao Senado Federal..... 13137

Nº 725, de 1996, de autoria do Senador Freitas Neto, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Costa de Queiroz, sob o título **Uma Nova Agenda para o Nordeste**, durante o II Fórum BNB de Desenvolvimento e I Encontro Regional de Economia, em 19 de julho de 1996, por ocasião do 44º aniversário da instituição..... 13138

##### 1.2.6 – Ofícios

Nº 176/96, de 22 de julho do corrente, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de indicações de membros para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.509-6, de 1996, que isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Designação dos membros do PV indicados para integrarem a referida Comissão..... 13138

Nº 177/96, de 22 de julho do corrente, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de indicações de membros para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.506-2, de 1996, que altera a legislação do imposto de renda e da contribuição

social sobre o lucro. Designação dos membros do PV indicados para integrarem a referida Comissão. ....	13138	toria, sobre a perda de arrecadação no caso de aprovação dos Projetos de Lei do Senado nºs 31 e 32, de 1996, de autoria do Presidente José Sarney. ....	13161
1.3 – ORDEM DO DIA		1.3.2 – Comunicação da Presidência	
Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1996 (nº 41/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Não houve oradores no quarto dia de discussão, em primeiro turno. ....	13138	Recebimento de expediente do Ministro das Relações Exteriores, através do qual consulta sobre o interesse do Senado em indicar dois observadores parlamentares, para integrar a delegação brasileira que vai participar do Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, que será realizada em Estocolmo, no período de 27 a 31 de agosto próximo. (Diversos nº 69, de 1996). ....	13166
Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996 (nº 233/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o art. 34 e o Título VIII, Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal e o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Usa da palavra no segundo dia de discussão, em primeiro turno, a Sra. Emília Fernandes, ficando adiada o quarto dia de discussão para 6-8-96, nos termos do Requerimento nº 726, de 1996. ....	13139	1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação	
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia		SENADOR GILBERTO MIRANDA – Reflexão sobre os conflitos de terra no Brasil. ....	13167
SENADOR IRIS REZENDE – Falta de uma política agrícola mais agressiva, visando melhorar a produção e a exportação dos produtos brasileiros. Alto custo dos insumos agrícolas no País. ....	13142	SENADOR ESPERIDIÃO AMIM – Comemoração do centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, no período de 4 a 7 de setembro, em Florianópolis/SC, quando estará acontecendo o Congresso de História e Geografia daquele Estado. ....	13169
SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Visita de parlamentares baianos ao 2º Distrito Naval e a base naval de Aratu, a convite da Marinha. ....	13151	SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – O problema da fome e da mortalidade da população indígena brasileira. ....	13169
SENADOR ROMEU TUMA – Preocupação com a calamidade em que se transformou o uso do crack em São Paulo. ....	13151	SENADOR JONAS PINHEIRO – Necessidade de uma política diferenciada, visando privilegiar e fortalecer o setor familiar da produção agrícola. ....	13172
SENADORA MARINA SILVA – Violência da Polícia Militar do Acre na desocupação da fazenda Bauru. ....	13152	SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Atraso do Bradesco na liberação do pagamento dos funcionários dos ex-Territórios, no Amapá. ....	13173
SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Encaminhando à Mesa proposta de emenda à Constituição, que regulamenta a questão da fidelidade partidária. ....	13154	SENADOR CARLOS BEZERRA – Considerações sobre a globalização e a adaptação do agribusiness nacional. ....	13174
SENADOR PEDRO SIMON – Críticas do ex-Ministro Ciro Gomes ao Sr. Juracy Magalhães, candidato à Prefeitura de Fortaleza, publicadas no jornal <i>Tribuna do Ceará</i> . ....	13158	1.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Parabenzando o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela alocação de recursos para o asfaltamento da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista. ....	13160	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR MAURO MIRANDA – Transferência simbólica e festiva da capital do Estado de Goiás para Goiás Velho, antiga Vila Boa. Inauguração da Faculdade Cora Coralina. ....	13161	2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES	
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Oferecendo sugestões a projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. ....	13162	Do Sr. Bernardo Cabral, proferido na sessão de 19-7-96 (republicação). ....	13176
SENADOR JOSÉ BONIFÁCIO – Preocupação com a possível extinção da Fundação Nacional de Saúde. ....	13165	Do Sr. Freitas Neto, proferido na sessão de 23-7-96 (republicação). ....	13178
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Resposta do Secretário da Receita Federal a ofício de sua au-		3 – MESA DIRETORA	
		4 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL	
		5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	



# Ata da 22ª Sessão Deliberativa Ordinária em 24 de julho de 1996

## 2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Renan Calheiros, Levy Dias  
Ernandes Amorim, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade - Antônio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valladares - Artur da Távola - Bello Parga - Benedita da Silva - Bení Veras - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Carlos Wilson - Casildo Maldaner - Coutinho Jorge - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Elcio Álvares - Emília Fernandes - Epitácio Cafeteira - Ernandes Amorim - Esperidião Amin - Flaviano Melo - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilberto Miranda - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Íris Rezende - Jader Barbalho - Jefferson Peres - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Agripino - José Alves - José Bianco - José Bonifácio - José Eduardo Dutra - José Fogaça - José Ignácio Ferreira - José Roberto Arruda - José Sarney - Lauro Campos - Levy Dias - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúdio Coelho - Marina Silva - Marluce Pinto - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Onofre Quinan - Osmar Dias - Pedro Simon - Ramez Tebet - Regina Assumpção - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romero Jucá - Romeu Tuma - Ronaldo Cunha Lima - Sebastião Rocha - Sérgio Machado - Teotônio Vilela Filho - Totó Cavalcante - Valmir Campelo - Vilson Kleinübing - Waldeck Ornelas.

**O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim)** - A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE LEI DO SENADO N 166, DE 1996**

**Dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produ-**

**tos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

### **SEÇÃO I**

#### **Da Proibição da Venda de Produtos de Tabaco a Menores**

Art. 1º É proibida a venda de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina a menores de 18 anos de idade.

Parágrafo único. Para fins de comprovação de idade, apenas serão aceitos a Carteira de Identidade emitida pela Autoridade de Segurança Pública e a Carteira Nacional de Habilitação, desde que contemham fotografia e data de nascimento do portador.

Art. 2º São proibidos, em todo o território nacional:

- I - a venda de cigarros por unidade;
- II - a venda de cigarros e pacotes contendo menos de 20 unidades;
- III - a venda de cigarros por máquinas;
- IV - a exposição à venda de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina em sistemas de auto-serviço;
- V - a distribuição, a qualquer título, de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina a menores de 18 anos;
- VI - a distribuição e a venda de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina por meio de serviços postais.

Art. 3º Somente poderão expor à venda e vender tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina os estabelecimentos comerciais expressamente licenciados para isto pelos serviços de vigilância sanitária dos organismos de gestão municipal do Sistema Único de Saúde, segundo normas definidas pelo Ministério da Saúde.

§ 1º O licenciamento de que trata este artigo será renovado a cada ano e sua concessão será fei-

ta contra o pagamento de taxa ou emolumento, definição pela autoridade sanitária concedente.

§ 2º É obrigatória a afixação, nos locais de venda de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina, de aviso sobre a proibição de venda desses produtos a menores e sobre os malefícios do uso desses produtos para a saúde.

Art. 4º É proibida a venda de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina:

I – no prédio e nas dependências de escolas e demais estabelecimentos de ensino de todos os graus;

II – no prédio e nas dependências de centros e instalações desportivas;

III – em estabelecimentos que se destinem à guarda, estada, lazer, estudo ou moradia de crianças e adolescentes;

IV – num círculo compreendido por um raio de um quilômetro, tendo como centro qualquer um dos estabelecimentos anteriormente citados.

### SEÇÃO II

#### Da Proibição da Publicidade de Produtos de Tabaco Dirigida a Menores

Art. 5º É proibida a afixação de cartazes, outdoors, letreiros e outras formas de propaganda fixa de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina num círculo compreendido por um raio de um quilômetro, tendo como centro qualquer dos estabelecimentos citados no artigo anterior.

Parágrafo único. Fica igualmente proibida a realização de qualquer outra forma de publicidade e promoção de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina nessas condições.

Art. 6º É proibida a afixação de marcas, logomarcas, *slogan*, símbolos ou cores identificativas de produtos ou de fabricantes de tabaco, cigarros e produtos, contendo nicotina em camisetas, bonés, mochilas, sacolas, brinquedos, isqueiros, *videogames*, brindes e quaisquer outros produtos passíveis de uso ou consumo por menores ou a eles destinados.

### SEÇÃO III

#### Dos Crimes e das Infrações Administrativas

Art. 7º Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, tabaco, cigarros ou outros produtos contendo nicotina:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa, de cem a duzentos dias-multa.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, cancelamento definitivo de licença para comercializar

aqueles produtos, detenção de um a dois anos, e multa, em valor duplicado.

Art. 8º Expor a venda, vender ou distribuir tabaco, cigarro e outros produtos contendo nicotina em desacordo com o disposto nos arts. 2º e 3º;

Pena – multa, de cem a duzentos dias/multa.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, cancelamento definitivo de licença do estabelecimento para comercializar aqueles produtos, duplicação do valor da multa e apreensão das máquinas de vender cigarros, podendo, ainda, a empresa ter suas atividades suspensas temporária ou definitivamente, sem direito a indenização ou compensação por investimentos realizados.

Art. 9º Expor à venda ou vender tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina em desacordo com o disposto no art. 4º;

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa de cem a duzentos dias/multa.

Art. 10. Fazer publicidade ou promoção de tabaco, cigarros ou outros produtos contendo nicotina em desacordo com o disposto nos arts. 5º e 6º:

Pena – multa, de duzentos a trezentos e sessenta dias/multa, duplicando-se o valor a cada reincidência.

Parágrafo único. Respondem solidária e individualmente pelo crime: o proprietário da marca, o fabricante do produto publicitado, a agência autora da peça publicitária, o proprietário do terreno, prédio ou estabelecimento onde a peça publicitária foi afixada e os responsáveis pela produção e distribuição dos materiais publicitários.

### SEÇÃO IV

#### Da Instituição de Contribuição para o Incentivo ao Esporte Amador

Art. 11. Fica instituída uma taxa de dez por cento sobre o preço final ao consumidor, incidente sobre a venda de tabaco, cigarros e outros produtos contendo nicotina, a título de Contribuição para o Incentivo ao Esporte Amador, cuja arrecadação será integralmente destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo, criado nos termos do art. 42, da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993.

Parágrafo único. Está isenta da cobrança da taxa referida nesse artigo a venda de medicamentos contendo nicotina.

### SEÇÃO V

#### Das Disposições Finais

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Apesar do reconhecimento crescente, por um número cada vez maior de grupos populacionais, dos malefícios do tabagismo para a saúde, este permanece como um importante problema de saúde pública em nosso País.

A pesquisa internacional tem demonstrado que o vício de fumar se estabelece na adolescência, sendo que, daquelas pessoas que atingem a idade adulta sem terem se tornado fumantes, apenas um grupo muito pequeno virá a usar tabaco.

Em média, os adolescentes americanos começam a fumar aos 14 anos e meio e tomam-se fumantes diários antes dos 18 anos de idade. Estudos promovidos por centros universitários de pesquisa e pelo próprio governo mostraram que 80% dos atuais adultos tabagistas, naquele país, iniciaram-se no vício antes dos 18 anos e 90% antes dos 20. Os poucos estudos de que dispomos no Brasil sobre este fenômeno nos mostram que aqui, as coisas não acontecem de forma muito diferente.

Em decorrência desses dados, o Diretor do *Food and Drug Administration* – o organismo estatal de vigilância sanitária americano – passou a classificar o tabagismo como uma doença pediátrica.

O estudo dos fatores que favorecem o tabagismo entre crianças e adolescentes é ainda um campo em aberto, com os especialistas, as autoridades sanitárias e os fabricantes de cigarros discutindo sobre o papel da propaganda, da família, da pressão do grupo, do acesso aos cigarros, da prática de esportes e da educação sanitária.

Estar informado sobre os malefícios do fumo para a saúde não parece ser um fator determinante para que crianças e adolescentes deixem de experimentar e de usar tabaco, uma vez que um estudo encontrou que 97% das crianças americanas de oito anos de idade pesquisadas sabiam que fumar causa câncer e encurta a vida e a grande maioria delas sabia que é difícil parar de fumar uma vez viciado e, apesar disto, a proporção de fumantes entre escolares da oitava série aumentou em 30% entre 1991 e 1994.

Apenas os fabricantes de cigarros contestam os estudos que demonstram a importância da propaganda e do **marketing** como fatores que induzem ao consumo – ao mesmo tempo em que continuam investindo maciçamente em publicidade dirigida principalmente para os jovens – ainda que neguem este fato.

Os países que baniram ou restringiram a publicidade obtiveram redução da prevalência de tabagis-

mo entre seus jovens e do consumo geral de cigarros. No entanto, com as restrições à publicidade, as multinacionais tabageiras passaram a investir agressivamente no **marketing** de suas marcas e produtos, voltado para o público infanto-juvenil, e na promoção de eventos tais como espetáculos musicais, rodeios, competições esportivas e afins.

Nomes, marcas, logomarcas, símbolos e cores identificativas de cigarros ou de seus fabricantes passaram a ser colocados em produtos destinados à venda ou consumo por menores. Os jovens são atingidos através de camisetas, bonés, sacolas de ginástica e mochilas, isqueiros e outras formas de brindes, que, muitas vezes, transformam as crianças em **outdoors** ambulantes, que podem penetrar em ambientes onde a publicidade de tais produtos é proibida.

A decorrência disto é que esses símbolos e o próprio ato de fumar passa a fazer parte do universo cultural dessas crianças, como demonstrou um estudo patrocinado pelo governo: 30% das crianças de 3 anos de idade e 91% das crianças de 6 anos identificaram Joel Camel – personagem associado a uma marca de cigarros, por sinal a mais consumida pelos jovens americanos, – como símbolo de fumar e reconheceram o personagem pelo nome.

A promoção de eventos, tais como torneios esportivos, rodeios, corridas de carro, espetáculos musicais e similares, busca associar produtos de tabaco com **glamour** e sensação e permite promover suas marcas por meio da televisão, mesmo quando esta publicidade é proibida ou restringida por esse meio.

Apesar da existência de leis estaduais que proíbem a venda de cigarros a menores, crianças e adolescentes conseguem obter cigarros e produtos de tabaco em 67% das vezes, segundo estudo do governo americano. Esta proporção cresce para 88% das vezes quando a fonte do produto é uma máquina; outras fontes a que recorrem os menores para obter produtos de tabaco são o auto-serviço, as amostras grátis e a compra por correio. Restringir estes meios de acesso à droga, de formas mais efetivas, faz-se necessário.

Um meio que as pesquisas têm mostrado ser efetivo para restringir o acesso de crianças e adolescentes aos produtos de tabaco é o aumento do preço dos mesmos. Estudos de econometria do National Cancer Institute, da Universidade de Illinois, e da Escola de Saúde Pública, da Universidade de Harvard, concordaram em que um aumento de 10% no preço dos cigarros levaria a uma redução do consumo entre adolescentes de, pelo menos, 10%, comparado com uma redução de 4% entre adultos.

Tratando de explicar por que, entre adolescentes não-brancos, não ocorreu aumento de igual intensidade na prevalência de tabagismo que a observada entre os jovens brancos, os pesquisadores encontraram, como fatores explicativos, o papel da família – em média mais repressiva e desaprovadora do tabagismo que as famílias brancas – e a prática de esportes, muito mais freqüente e intensa entre os adolescentes negros.

A proposição que ora submeto a apreciação e aprimoramento dos nobres colegas propõe um elenco das medidas, possíveis na esfera legislativa, que a pesquisa tem demonstrado como efetivas para a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes: a restrição da promoção de cigarros dirigida intencionalmente ou não a eles; a restrição do acesso à produtos contendo nicotina, em especial pelo aumento do preço em decorrência da taxaçaõ daqueles produtos e a destinação da arrecadação desse tributo para o incentivo ao esporte amador – que em toda a parte do mundo tem-se mostrado eficaz para afastar os jovens das drogas e promover-lhes a saúde e a socialização.

Sala das Sessões, 24 de julho de 1996. – Senador **Odacir Soares**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.672, DE 6 DE JULHO DE 1993

**Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 42. Por unificação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional de que trata a Lei nº 6.269(●), de 24 de novembro de 1975, com o Fundo de Promoção ao Esporte Amador de que trata a Lei nº 7.752(), de 14 de abril de 1989, fica criado o fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo – FUN-DESP, como unidade orçamentária destinada a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter desportivo que se enquadram nas diretrizes e prioridades constantes da Política Nacional do Desporto.

§ 1º O Fundesp, de natureza autárquica, será subordinado ao Ministério da Educação e do Desporto, através de sua Secretaria de Desporto, observado disposto no inciso VII do artigo 5º desta Lei.

§ 2º O Fundesp terá duas contas específicas: uma destinada a fomentar o desporto não-profissional, e, outra, à assistência ao atleta profissional e ao em formação.

Art. 43. Constituem recursos do Fundesp:

I – para fomento ao desporto não-profissional:

a) receita oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

b) adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido ao arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que refere o Decreto-Lei nº 594(4), de 27 de maio de 1969 e a Lei nº 6.717(5), de 12 de novembro de 1979, destinada ao cumprimento do disposto neste inciso;

c) doações, legados e patrocínios;

d) prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados;

e) (vetado);

f) outras fontes.

LEI Nº 6.269, – DE 24 DE NOVEMBRO DE 1975

**Institui sistema de assistência complementar ao atleta profissional, e dá outras providências.**

LEI Nº 7.752, – DE 14 DE ABRIL DE 1989

**Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre a Renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador**

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do Art. 49, a, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – O projeto será publicado e remetido às comissões competentes, devendo ter a sua tramitação iniciada a partir do dia 1º de agosto do corrente ano.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 723, DE 1996**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 210, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja transcrito no **Diário do Senado**, para que conste dos Anais, o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado "Novo rumo ao trânsito" e publicado na edição do dia 20 de julho último, na página A3.

Sala das Sessões, 24 de julho de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o

requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge, por 20 minutos.

**O SR. COUTINHO JORGE (PSDB - PA.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os planos e os orçamentos são aqueles instrumentos que os vários parlamentos do mundo apreciam, discutem e que, na verdade, representam a síntese do processo decisório para cada sociedade.

No Brasil, temos experiências em relação a estes dois instrumentos: planos e orçamentos. Houve até uma CPI que desmascarou os equívocos e erros mantidos há muito pelo Parlamento brasileiro.

O processo orçamentário no Congresso Nacional aprimorou-se após a CPI e houve, de forma inequívoca, uma melhoria substancial no processo de discussão e aprovação dos orçamentos. Isso ocorreu com o Orçamento para o exercício de 96. Porém, em função de várias decisões tomadas pelo Poder Executivo relativas ao referido Orçamento, Parlamentares e a imprensa, de um modo geral, estão levantando uma série de questionamentos que precisam ser rigorosamente esclarecidos.

Nesse sentido, estamos encaminhando à consideração do Senado Federal um requerimento de convocação do Ministro Antônio Kandir, o qual vou ler:

"Requeiro, nos termos do Art. 50 da Constituição Federal, seja convocado o Sr. Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Kandir, para prestar informações a este Senado sobre:

I - Execução do Orçamento da União - 1996, no que concerne:

a) Cancelamento de dotações orçamentárias, com fontes de recursos de nºs 155 e 110, no valor de R\$7.662.450,00, objeto do decreto de 28 de maio de 1996;

b) Critérios adotados para o contingenciamento da despesa, objeto do Decreto nº 1.923/96 que dispõe sobre a "compatibilização da receita e a execução da despesa";

c) Critérios adotados para a assinatura de convênios e liberação de recursos para Estados e Municípios, durante o mês de junho do corrente;

d) Em que escala de prioridade figuram as emendas coletivas - de bancada - aprovadas pelo Congresso Nacional para efeito de liberação de recursos? E as emendas individuais?

II - Vetos ao Projeto da LDO para 1997."

Na justificação, ressaltei que o tratamento da questão orçamentária para o ano de 1996 apresentou - como falei há pouco - um aprimoramento, uma melhoria substancial. Aquela velha problemática das emendas individuais foi praticamente superada e a prioridade passou a ser das emendas coletivas, das comissões permanentes, das bancadas estaduais e das bancadas regionais.

Eu mesmo fui o coordenador da Bancada do meu Estado, tendo havido total entendimento entre os representantes da Bancada paraense, quando discutimos com todos os Parlamentares - Senadores e Deputados - as prioridades do Pará, no caso, concentradas na infra-estrutura física: rodovia, energia e portos. Houve um consenso, do qual participou o Governador Almir Gabriel, quando discutiu-se e lavrou-se uma ata em que constam as decisões, que foram, portanto, globais, colocando-se as prioridades do Estado acima dos interesses individuais.

Grande parte das bancadas dos demais Estados fizeram o mesmo, significando que aprimoramos o processo; passamos a discutir, de forma mais clara, não os interesses localizados, mas os interesses globais, que dizem respeito a cada Estado. Nesse sentido, houve um aprimoramento, não só quanto às emendas, mas também quanto à metodologia, ao processo de discussão dos vários setores do Orçamento.

Portanto, podemos louvar o trabalho do Congresso Nacional em relação ao Orçamento deste ano - não tenhamos dúvida.

Mas ainda pecamos, ainda erramos, como temos errado há muito tempo, quando, ao invés de aprovarmos o Orçamento em 31 de dezembro, só o fizemos em abril.

Posteriormente, o Governo exarou um decreto, em maio, e nós preparamos uma legislação eleitoral exigindo que os convênios a serem assinados com os municípios teriam um prazo até 30 de junho.

O Governo pode alegar que limitamos o prazo da assinatura dos convênios e que não entregamos o Orçamento no prazo devido. São alegações pertinentes, claras e, até, justificadas. Mas há uma série de questões levantadas. O Governo, apesar de não ter os prazos necessários para a assinatura, tem milhares de convênios, como na área de Educação, de Saúde e outros. O próprio Ministro da Educação, conversando conosco, mostrava as dificuldades operacionais que tinha de, em um mês, assinar convênios relativos ao FNDE com praticamente todos os municípios brasileiros; portanto, milhares deles. Não tenho dúvida de que nessas dificuldades alguns equívocos devem ter sido cometidos.



Também há uma série de denúncias em relação à assinatura desses convênios que a imprensa e os parlamentares, de forma veemente, estão mostrando.

Ora, esses fatos precisam ser esclarecidos. Por essa razão é que estamos convocando o Ministro Antônio Kandir para, de viva voz, vir a este plenário explicar quais são os critérios utilizados na liberação de verbas no período pré-eleitoral, o contingenciamento e os critérios que privilegiaram alguns setores em detrimento de outros, prejudicando, com isso, muitos Estados, muitos Municípios. Portanto, a explicação do Ministro Antônio Kandir é fundamental para esclarecer equívocos que tenham ocorridos e as dúvidas e inquietudes que estão por todo o Brasil.

**O Sr. Mauro Miranda** - Permite-me um aparte, nobre Senador Coutinho Jorge?

**O SR. COUTINHO JORGE** - Com todo o prazer, nobre Senador Mauro Miranda.

**O Sr. Mauro Miranda** - Gostaria de corroborar a exposição de V. Ex<sup>a</sup> e endossar o seu requerimento de convocação, de convite ao Ministro Antônio Kandir. Tenho as mesmas preocupações que V. Ex<sup>a</sup>. Em meu Estado, Goiás, não sei por que, o Deputado que teve a sua relação mais bem aquinhoadada é do Partido do Governo, enquanto o Deputado do PCdoB nada recebeu, em termos de aprovação e liberação de suas emendas. Também tenho a mesma linha de pensamento de V. Ex<sup>a</sup>: não concordo, de imediato, com a CPI para resolver esse caso, até porque não foi liberado recurso nenhum, só foi assinado o convênio ainda. Então, fico muito feliz pelo fato de V. Ex<sup>a</sup>, em sendo do Partido do Governo, estar se adiantando em consertar imediatamente essas desigualdades de atendimento no Orçamento da União, justamente V. Ex<sup>a</sup> que tanto trabalhou no ano passado para aprimorar o sistema da Comissão Mista de Orçamento. V. Ex<sup>a</sup> mudou os rumos daquela Comissão e esta Casa toda reconhece isso. Agora, vem V. Ex<sup>a</sup> cobrar do Executivo uma posição clara, explícita e com critérios quanto ao modo de liberação dos recursos. Meus parabéns! Quero só reforçar a tese de que, também no meu Estado, todas as Bancadas de todos os Partidos Políticos fecharam em torno de emendas estaduais, com a aprovação do Governador do Estado, e essas não estão tendo prioridade. Entretanto, com relação às emendas de caráter pessoal, vimos o atendimento substancial e muito diferenciado para um Deputado do Partido do Governo, portanto, o de V. Ex<sup>a</sup>, enquanto que um Deputado do PCdoB, que tem emendas importantíssimas para o Estado, não teve nenhuma das suas atendidas.

**O SR. COUTINHO JORGE** - Senador Mauro Miranda, queria complementar que, de fato, houve um aprimoramento no nosso processo na comissão, do qual participei intensamente; tanto que a convocação do Ministro não objetiva apenas explicações relativas aos convênios, mas ao processo de contingenciamento e aos cortes claros, aos vetos apostos ao Orçamento; ou seja, que S. Ex<sup>a</sup> venha explicar os aspectos do veto da LDO, com os quais ninguém se importa muito, mas que são importantes. São vetos às propostas que nós e outros Parlamentares fizemos, e que a comissão aprovou, que vêm dar clareza, transparência ao Orçamento da União. São uma série de informações e de demonstrativos que incluímos na LDO e que o Governo vetou.

O Governo tem interesse em trabalhar com clareza e com a verdade. Portanto, que o Ministro venha nos explicar esses vetos, que não são apenas técnicos, mas que têm um sentido.

É importantíssimo que o Ministro venha discutir não só esse problema de convênio, que expliquei há pouco. Aqui há vários ex-Governadores e ex-Ministros que sabem que um processo de assinatura de convênio feito em um mês pode ter muitos equívocos e pode levar a se definirem prioridades, o que acredito tenha ocorrido. Mas o Ministro pode explicar.

E não é só isso. Há as emendas coletivas que foram aprovadas pelos Estados em favor de uma visão global de cada um deles. Estados como o nosso abriram mão de emendas individuais. Estou apresentando também à comissão, Senador Mauro, uma emenda de resolução que altera a Resolução nº 2, do Congresso Nacional, no que diz respeito às comissões permanentes, aumentando o número de emendas coletivas - as de Bancadas de 10 para 20 - e reduzindo as emendas individuais. Ou seja, devemos priorizar as emendas coletivas das Bancadas e das comissões permanentes e reduzir as individuais.

Concordo que tenhamos que ter algumas emendas individuais, por problemas políticos, mas o ideal seria que só tivéssemos coletivas - não há dúvida! Esse é o meu pensamento, mas entendo que muitos Parlamentares da Oposição necessitam da válvula de escape que é a emenda individual. Mas também entendo que ela deva ser reduzida; que o grande processo de discussão de emendas seja dentro da Bancada, quer dizer, se, em uma visão macroglobal de projetos que o Governo Federal tem o dever de financiar. Projetos na escala micro são de competência dos Municípios e dos Estados.

Temos que reverter o quadro atual. Por isso também estamos encaminhando à Comissão de Orçamento, da qual faço parte, uma emenda modifica-

tiva que altera exatamente o número de apresentação de emendas individuais, reduzindo-as e ampliando as emendas de comissões permanentes e de Bancadas.

**O Sr. Ernandes Amorim** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. COUTINHO JORGE** - Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ernandes Amorim.

**O Sr. Ernandes Amorim** - Senador Coutinho, essa questão do Orçamento é muito polêmica. Ouço V. Ex<sup>a</sup> dizer que quer assumir metade da culpa pelo fato de não terem sido distribuídos os recursos das emendas dos Parlamentares aos Estados, afirmando que foi até por falta de tempo e responsabilizando, em parte, os Senadores. Sabemos que o Projeto do Orçamento chegou atrasado ao Congresso e também sabemos que o Presidente o teve em mãos por muito tempo, devendo, portanto, ter atendido às emendas, à distribuição de recursos para os Estados. Por outro lado, conhecemos, também - inclusive o Presidente da República -, as dificuldades por que passa o País, ou seja, a falta de recursos. Entretanto, notamos que alguns segmentos foram atendidos, enquanto a maioria dos Parlamentares sequer teve a chance de participar da oportunidade de levar recursos para os seus Estados. Nós, nesta Casa, não podemos assumir a responsabilidade de não ter distribuído esses recursos por falta de tempo, até porque se tivemos que mandar dinheiro para determinado Município ou Estado isso se faz em 24 ou 72 horas, mediante convênios. O que causa espanto é não saber onde está o dinheiro do País; aonde estão indo esses recursos? O Orçamento destinava um terço para o pagamento da dívida interna, o que, acredito, não foi investido - e sempre tem acontecido, pois estimulam essa dotação no Orçamento, mas não pagam a dívida interna. Seis meses se passaram e nada foi repassado dessas emendas, pelas quais o Congresso tanto trabalhou, discutiu, dispôs-se com os próprios Estados e com as Lideranças. Não consegui para o meu Estado sequer um palito de fósforo queimado. Bem falou o nobre Senador Humberto Lucena, em um pronunciamento proferido nesta Casa, que existe um desrespeito a nível de Executivo e Congresso Nacional, porque nós trabalhamos a metade do ano, às vezes o ano inteiro, para formalizar o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional e o Presidente da República, simplesmente, por decreto ou por contingenciamento não atende, não respeita a lei que foi aprovada, mudando todo o destino do Orçamento. Então, cabe ao Senado não se culpar por essa não-distribuição de

recursos e procurar verificar, junto ao Governo Federal, quais as medidas para o próximo Orçamento. Daqui a pouco, não adiantará perder horas e horas em discussões, indispormo-nos junto aos nossos Estados e ao nosso eleitorado, dizendo que vamos levar recursos através de emendas, porque isso não tem acontecido, pelo menos desde que cheguei ao Senado. Precisamos colocar isso às claras. E, a partir de agora, devemos fazer uma análise mais profunda, como faz V. Ex<sup>a</sup>, que tem muito mais tempo do que eu nesta Casa e que considero meu professor e orientador, com relação à questão orçamentária. Portanto, eu lhe peço que não culpe esta Casa ou os Congressistas.

**O SR. COUTINHO JORGE** - Senador Ernandes Amorim, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Nós aprimoramos o processo de apreciação do Orçamento, mas todos sabemos que não interessa só discutir, aprovar e ter critérios em relação à aprovação do orçamento pelo Congresso. O que é mais importante também, ou paralelamente, é o processo de acompanhamento da execução orçamentária. Esta Casa, lamentavelmente, não cumpre e nunca cumpriu esse papel. O segredo não é só elaborar o Orçamento, mas, sim, executar.

Quem pertenceu ao Poder Executivo sabe que se pode alterar o Orçamento pelo sistema de contingenciamento, remanejando verbas através dos chamados créditos adicionais. O importante é que passemos a acompanhar mensalmente a execução orçamentária - esse é o segredo! Eis as duas principais competências de qualquer Parlamento do mundo: aprovar planos e Orçamento e acompanhar suas execuções. O que o Governo está fazendo em favor da sociedade, consoante aquele instrumento importante, é um plano de Orçamento, aprovado pelo Poder Legislativo. Penso que isso é muito importante.

Este ano é atípico e, por ser um ano eleitoral, proíbe-se que, a partir do dia 30, assinem-se convênios. Os outros anos são normais. Para o Estado não é impedimento. Então, o Governo pode alegar que não houve tempo, porque o Congresso aprovou em abril, o decreto foi baixado em maio e ele teve somente um mês para liberar os convênios com os Municípios - com os Estados não tem problema.

Tenho quase certeza de que deve haver muitas irregularidades em relação a isso. Esperamos que o Ministro Antônio Kandir venha aqui e fale claro, esclarecendo que realmente houve dificuldades operacionais e, assim, tire as dúvidas que todos temos em relação a esse ponto importante, neste ano eleitoral. É isso que queremos.

A nossa grande falha é não termos instrumentos, experiência, vivência no acompanhamento da execução orçamentária. Mas esse é um defeito que não é só do Congresso Nacional, mas também das Assembléias Legislativas. Quem foi Governador sabe que as Assembléias também discutem o Orçamento, mas não o acompanham, não têm experiência, tradição, de acompanhar a execução orçamentária. Isso é um equívoco de todo o Parlamento brasileiro, seja federal, estadual ou municipal.

**O Sr. Roberto Requião** - Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. COUTINHO JORGE** - Concedo o aparte ao nobre Senador Roberto Requião.

**O Sr. Roberto Requião** - Nobre Senador Coutinho Jorge, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de criticar o processo orçamentário. É bom que isso parta de tucanos do bico de lacre, como V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Carlos Wilson. E o faço com a tranqüilidade e a liberdade de quem abriu mão de todas as suas emendas e as entregou a um Governo adversário, porque faço Oposição ao Governo do Paraná, mas mesmo assim entreguei as emendas possíveis ao nosso Governador. Agora, Senador Coutinho Jorge, cada vez mais eu me convenço daquela verdade já cantada pelo nosso Oliveira Viana: "Nada mais se parece a um luzia do que um saquarema no poder." Quando o Senador Carlos Wilson declara à imprensa que já havia advertido, anunciado ao Presidente da República o que estava acontecendo com o Orçamento, verifico que o comportamento das pessoas na Oposição, quando fazem a pose sistemática de democratas, de perfeccionistas no processo legislativo, é muito diferente da sua posição no poder. Cada vez mais me convenço de que nada mais se parece a um luzia do que um saquarema no poder.

**O Sr. Flaviano Melo** - Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. COUTINHO JORGE** - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Flaviano Melo** - Senador Coutinho Jorge, com relação a essa desculpa do prazo para assinar os convênios, por ser um ano eleitoral, acho que nós resolveremos esse problema de uma vez a partir do momento em que pegarmos as emendas - em torno de 10 tramitando na Casa - e mudarmos os prazos de envio da LDO e da Lei Orçamentária para o Congresso Nacional. Se a Lei Orçamentária continuar a chegar no final do primeiro semestre, vamos sempre ter problemas para aprovarmos esse Orçamento antes do fim do ano. Até porque, entre outubro e novembro, começam a chegar à Casa as suplementações para serem discutidas na Comissão de Orçamento. Eu mesmo tenho um projeto modificando esses prazos. E só vamos acabar com essa história de tempo no momento em que mudarmos

essas datas e também penalizarmos o Congresso caso não aprove até o dia 31 de dezembro do ano em curso. Mas eu gostaria também de abordar que o Governo Federal diz que não deu tempo para assinar convênios, porém o que me admira muito, por exemplo, é que o orçamento do INCRA, um órgão do Governo Federal, que não está sujeito a esse prazo eleitoral, está com seu orçamento contingenciado. Nós mesmos, da Bancada do Acre, temos uma emenda para o INCRA e esses recursos estão lá contingenciados. Se o Governo quer fazer reforma agrária, em face da questão dos sem-terra, ele precisa agilizar e acabar com essa brincadeira de contingenciar o orçamento do INCRA. É inadmissível que o Governo, se tem problemas para assentar gente, não coloque infra-estrutura - e nossa emenda é para isso - nos atuais assentamentos, levando as pessoas a saírem dos seus lotes, aqueles que já os têm. Considero muito providencial a vinda do Ministro Antônio Kandir a esta Casa, para explicar as razões também desses contingenciamentos.

**O SR. COUTINHO JORGE** - Senador, agradeço o seu aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Senador Coutinho Jorge, a Mesa informa a V. Ex<sup>a</sup> que o seu tempo já se esgotou.

**O SR. COUTINHO JORGE** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Gostaria de lembrar que temos de alterar prazos para que o Congresso possa aprovar, até 31 de dezembro, o Orçamento, a fim de que não tenhamos alegação do Governo. É preciso ainda aprimorar uma série de instrumentos nesse processo, tanto que, para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, estamos agora a discutir, na comissão, as contas dos vários Presidentes da República, do período Collor e do anterior, mas falta-nos instrumentos dentro da resolução para discutir, de forma mais firme e segura, exatamente pelo Congresso Nacional, essa prestação de contas.

Tanto que amanhã, na Comissão de Orçamento, já há uma resolução montada, discutida com a Liderança, em que deveremos incluir uma reunião especial para tratar do exame e julgamento das contas do Presidente da República, tema que merecerá um próximo discurso da nossa parte no plenário do Senado Federal.

Sr. Presidente, por ora, eram essas as considerações que eu queria trazer aos Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

*Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Levy Dias)** - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, como Líder, por 5 minutos, para comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno da Casa.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE.** Como Líder. Para uma comunicação.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, solicito a palavra, neste instante, para abordar o mesmo assunto já tratado aqui pelo Senador Coutinho Jorge.

O Ministro Antônio Kandir afirmou que a distribuição dos convênios recentemente assinados com as prefeituras obedeceu única e exclusivamente o critério técnico. Para checarmos essas informações, fizemos um levantamento técnico dos convênios publicados no *Diário Oficial* no dia 29 de junho de 1996, exatamente o último dia em que poderiam ser publicados em função da lei eleitoral. Registro, inclusive, que, nessa data, o *Diário Oficial* dedicou mais de 100 páginas à publicação de convênios. Ao fazer, portanto, um levantamento dos convênios, chegamos a algumas constatações interessantes. É lógico que apresentaremos uma amostragem bastante significativa em função dos Estados que foram verificados - São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Ceará, etc.

Vimos, por exemplo, que a distribuição desses convênios obedeceu única e exclusivamente o interesse político e eleitoral do Governo. Registro também que não apresentei nenhuma emenda individual; assinei apenas as emendas de Bancada do meu Estado, apesar de o Governador do meu Estado não ser do meu Partido.

**O Sr. Ramez Tebet** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Não sei se cabe aparte, Senador. Pergunto à Mesa se é possível. Se couber, terei o máximo prazer em concedê-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Levy Dias)** - Não cabe aparte, Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Vejamos o exemplo do Rio Grande do Sul. A Bancada do PMDB daquele Estado tem sete Deputados, ou seja,

22,58% do número de Deputados Federais. O valor dos convênios publicados na undécima hora representam 45,04% do total de convênios. A Bancada do meu partido, o PT, no Rio Grande do Sul representa também 22,58% dos Deputados daquele Estado. No entanto, o percentual de convênios aprovados atinge 0,91%.

Vamos deixar Minas Gerais e São Paulo por último, porque são casos à parte.

No Estado de Pernambuco - vamos já registrar, inclusive, a denúncia do Deputado do PSDB de Pernambuco -, os convênios publicados no dia 29 de junho, último dia, diz o seguinte: a Bancada do PFL foi contemplada com 90,06% do volume de recursos dos convênios que foram assinados no dia 29. A Bancada do meu Partido, o PT: 0%.

Estado da Bahia: Bancada do PFL: 59%; do PMDB: quase 20% e do PT: 0%.

Estado do Ceará:

- Bancada do PSDB: 67,50%;

- Bancada do PT: 0%;

Estado de São Paulo:

- PT: 0%;

Estado de Minas Gerais:

- PT: 0%.

Estou lembrando-me daquele personagem do Jô Soares que diz: "Sabes quanto vales? Vales zero". Talvez a Bancada do PT represente isso para o Ministro.

**O Sr. Ramez Tebet** - Apresentaram emendas?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Todos esses Estados apresentaram emendas. Podemos até mandar para todos os Srs. Senadores o levantamento dos excluídos, que não diz respeito somente à Bancada do PT. Dentre os excluídos existem muitos parlamentares que são, inclusive, da bancada governista. Acabei de dar o exemplo do Estado de Pernambuco, onde 90% foi para o PFL.

Observamos na maioria dos Estados - Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará - que o Governo escolheu como aliado preferencial um dos partidos da base governista, de modo geral, o partido do governador, quando esse partido apóia a base.

No caso de São Paulo e Minas Gerais, a distribuição entre os partidos da base governista foi mais ou menos equitativa. Mas nesses Estados há um outro aspecto que merece ser registrado: os convênios que não têm relação com emendas de parlamentares, ou seja, foram assinados discricionariamente pelo Executivo, atingem nesses Estados um volume equivalente aos convênios que têm relação com emendas de parlamentares. Queremos lembrar, inclusive, que o grande escândalo da época da CPI do

Orçamento estava relacionado muito mais a esses convênios assinados discricionariamente pelo Executivo do que por convênios que tinham vinculação com emendas de parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado, Senador.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de concluir, eu gostaria de dizer que somente agora é que estamos entendendo o significado do que disse o Ministro Sérgio Motta. Disse S. Ex<sup>a</sup> que o Governo deveria deixar de masturbação sociológica e partir para a prática. Na verdade, o que se viu é que, mais uma vez, as verbas do Orçamento foram utilizadas de maneira eleitoreira e fisiológica, o que é lamentável, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - Peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** (PFL-SC. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é para contraditar o que ouvi dos oradores sobre essa questão do Orçamento, pela Liderança do Governo.

Em primeiro lugar, sem querer entrar no mérito dos erros ou dos acertos que possam ter sido provocados nessa relação das emendas parlamentares com o Governo, é claro que temos parte de culpa nisso tudo que aí está. Por que é que, num País do tamanho do Brasil, com um Governo complicado como é o nosso, ainda temos que ter, no Orçamento, emendas individuais? Por que é que este País não pode, de uma vez por todas, fazer emendas coletivas? Ou, melhor ainda, dentro da técnica de gerência e da orçamentária, programas de governo? Por exemplo, que existisse na Lei de Diretrizes Orçamentárias um programa de governo concernente à moradia, e nós, Parlamentares, estaríamos lutando por um número de moradias que fosse construído no meu Estado, no Nordeste, no Norte ou no Sul; ou um programa de recuperação de estradas, e, assim, estaríamos lutando, coletivamente, por quilômetros de estradas que seriam recuperadas na Bahia, em Santa Catarina, no Paraná ou em qualquer outro Estado. É lamentável que ainda se tenha que brigar por emendas individuais em que o Governo comete erros pela pressão parlamentar, mais ou menos forte de um determinado Estado e, que, em vez de consertarmos o problema, lamentamos que isso tenha ocorrido. Também quero lamentar que tenha ocorri-

do essa relação difícil entre Parlamentares e Governo. Mas quero aproveitar a oportunidade, como Senador e como parlamentar, para sugerir que possamos, de uma vez por todas, elaborar o Orçamento, e que isso não aconteça mais. Esse tipo de briga só envergonha a administração pública do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito se tem falado, desta tribuna, com relação aos êxitos e aos óbices, ou dificuldades do Plano Real.

O fato é que, se, por um lado, o Governo teve sucesso absoluto, incontestável e reconhecido - até pelos adversários políticos - na estabilidade econômica, através do combate à inflação, por outro lado, não há como negar que estamos tendo reflexos extremamente preocupantes em relação à política monetária e cambial.

Por diversas vezes, já tive a oportunidade de denunciar estes desdobramentos maléficos. Creio até mesmo que já passou o tempo de se tomar uma medida adequada. Urge que se busque a correção.

À medida em que o tempo passa, constatamos diuturnamente o imobilismo governamental em face desses perversos desdobramentos, desdobramentos esses causados pelas taxas de juros que são das mais elevadas do mundo.

E cresce a nossa preocupação com a possibilidade de que esse crescimento exponencial da dívida pública interna leve inviabilidade à Federação.

Esse crescimento sinalizado vem sendo reiteradamente alertado a partir da equivocada política monetária do Governo. Já ouvi muitos Senadores falarem sobre o assunto, e, ainda ontem, o Senador Casildo Maldaner falou aqui dessa preocupação. Hoje, trouxe algumas constatações a mais.

Durante um quarto de século, tivemos vários fracassos no combate à inflação. Governo e povo desenvolveram mecanismos de convivência com a espiral inflacionária. No momento atual, estamos tendo, pela primeira vez, um combate sério à inflação, mas, lamentavelmente, o crescimento da dívida interna vem sufocando o setor produtivo brasileiro e solapando a competitividade das nossas exportações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo Federal, Estadual e Municipal, em vez de se sentarem à mesa e buscarem uma solução real para o impasse, parecem estar desenvolvendo perigosos mecanismos de convivência, tentando uma válvula que reputo exaurida, a válvula da rolagem da dívida.



Todavia, se durante os anos recentes, o jeito brasileiro funcionou - ainda que precariamente, achamos a forma da correção monetária para a inflação, etc. -, as rodadas exaustivas de negociação têm tido cunho apenas paliativo, e, hoje, o modelo grita sinais de exaustão e esgotamento que, se ignorados, fatalmente irão gerar como consequência primeira o desequilíbrio no frágil modelo de estabilização, construído, principalmente, com o sacrifício do crescimento econômico e de seus perversos reflexos nos indicadores de qualidade de vida de amplo e majoritário conjunto da sociedade.

O Governo Federal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fechou abril com uma dívida de R\$138 bilhões em títulos em poder do setor privado. Desse total, R\$28,2 bilhões estão em títulos do Banco Central que foram emitidos e trocados por papéis estaduais antes do Plano Real, para tornar viável a rolagem das dívidas dos Governos dos Estados e Municípios.

Apenas dois meses depois, a dívida já bate às portas de R\$190 bilhões, numa política cega e suicida. O Governo tem pago de juros, em média, cerca de R\$2,4 bilhões/mês. Os encargos financeiros sobre os títulos públicos federais e sobre os depósitos compulsórios acumularam o fluxo expansionista de R\$2,5 bilhões em maio, segundo o boletim do Banco Central, página 6.

A tendência construída a partir de informativos do próprio Banco Central é de que o passivo federal aumente perigosamente, como decorrência do programa de saneamento do sistema financeiro nacional e outros socorros, generosos socorros, a grupos localizados da economia: agricultores, prefeituras, Sistema Habitacional, etc., que introduzem o perigosíssimo componente aleatório na política monetária míope que sangra impiedosamente os cofres públicos.

Segundo dados apropriados junto às autoridades monetárias, para sustentar essa "política de ajuda", a União se utiliza da emissão de moedas e do lançamento de títulos do Tesouro, aumentando o endividamento federal. Programas de socorro podem significar emissão de títulos no valor de R\$45 bilhões.

Segundo notas técnicas constantes dos boletins informativos do mercado financeiro, a dívida líquida do setor público já representa, hoje, 32,7% do PIB, ou seja, R\$219,8 bilhões em março.

Vejam só, Srs. Senadores, que quando se comparam esses dados com os dos Estados Unidos ou de países da Europa, dizemos: "Nos Estados Unidos chega a 70% do PIB." Só que lá, eles têm 20 anos para pagar e aqui temos que rolar a cada 90 dias.

A dívida interna líquida tem crescido avassaladoramente (cerca de 7,7% nos últimos três meses), elevando sua incidência sobre o PIB de 26%, em dezembro de 95, para 27,3%, no final do primeiro trimestre de 96, num ritmo inteiramente incompatível com o crescimento da economia, especialmente o das receitas públicas.

Até quando será possível a manutenção dessa incompatibilidade? Os limites de saturação do modelo estão claramente definidos.

Todavia, na prática, a visibilidade dessas operações e seus efeitos no déficit do setor público tendem a ser encobertos graças a mecanismos contábeis à disposição dos especialistas. Em artigo de **O Estado de S. Paulo**, sob o título **Aumento da dívida pode ser uma bomba invisível**, verificamos que esses mecanismos estão sendo desmistificados pelos economistas que não são do Governo. Diz o artigo, que peço seja transcrito integralmente nos Anais, que:

"O passivo federal pode piorar perigosamente, advertem economistas, com os programas de socorro sustentado pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central.

(...)

A emissão de mais papéis federais, para salvar bancos e atenuar crise financeira de Estados, de Municípios e até de categorias econômicas, tende a complicar esse quadro. No entanto, o efeito é dissolvido contabilmente. Quando se emitem títulos para ajuda financeira, normalmente se inscrevem nas contas, como contrapartida, créditos correspondentes. Os autores da nota divulgada pelo Banco de Investimentos Garantia mostram vários exemplos. Assim, as letras lançadas pelo Banco Central, para substituir no mercado títulos de Estados e Municípios, acrescentaram cerca de R\$28 bilhões à dívida interna bruta do Governo. Ao mesmo tempo, a contabilidade registra um crédito igual, contra Governos de Estados e prefeituras. O efeito sobre a dívida líquida, portanto, é nulo ou quase nulo. No caso do Proer, a ajuda dos bancos resulta em emissão de moedas e, portanto, em dívida federal (a base monetária é um débito das autoridades). Mas é inscrito, simultaneamente, um crédito contra as instituições financeiras."

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse mecanismo, contabilmente, funciona, mas, na realidade, é bom lembrarmos que em Economia e em

Administração não há milagres, e não podemos continuar, indefinidamente, a fazer esse jogo que estamos fazendo com as dívidas crescendo exponencialmente.

Com o objetivo de reforçar os sinais concretos do esgotamento do modelo, optei por uma metodologia que particulariza a dívida mobiliária no contexto da dívida pública. Assim, construí um caminho crítico, apropriando a evolução das participações percentuais da dívida mobiliária na receita anual de ICMS e de transferências constitucionais no período de julho de 1994 a maio de 1996 e projeções para os meses vindouros, a partir de dados do Banco Central, contemplando um crescimento médio da relação dívida/receita no período de janeiro de 1995 a abril de 1996.

Estudamos oito casos: Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Mato Grosso serve de contraponto à Paraíba.

Um quadro comparativo nos dá conta de que em julho de 1994, a Bahia estava pagando sobre o ICMS de transferências constitucionais 15% ao Governo Federal; a dívida, hoje, atinge 16%. Acontece que quando chegarmos em abril de 1997 já será de 19% e quando chegarmos em julho de 1997 teremos, em relação à Bahia, 21%. Mato Grosso, em julho de 1994, estava em 11%; ou seja, o que veio de transferência para Mato Grosso, em relação ao ICMS de transferências constitucionais; a amortização da dívida representa hoje 12%; em julho de 1995 era 16%. A Paraíba hoje está em 0,1%. São Paulo, que hoje está em 68%, chegará a 75% em seis meses.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que estamos querendo dizer? Para uma dívida de R\$1,6 bilhões - é o caso da Paraíba -, o que arrecadamos ou, no caso do estudo, o que recebemos de transferência é insuficiente para pagar esse serviço da dívida. É preciso que se encontre, em curtíssimo prazo, um mecanismo de compensação em que se faça um casamento das contas, anule-se a maioria delas entre o que se deve e o que se tem a receber, de forma a baixar esses ativos.

Hoje, o que estamos vivendo na República é uma inteira ficção. Os Estados não têm condições de continuar girando essas dívidas, temos que encontrar uma solução para fazer a sua amortização; temos que encontrar uma solução, porque, com esse juro, as arrecadações dos Estados, como um todo - não só as transferências -, são insuficientes para pagar o serviço da dívida.

No caso da Paraíba, nós estamos arrecadando cerca de R\$70 milhões e o serviço da dívida, hoje, totalizaria R\$65 milhões, sobrando R\$5 milhões para pagar folha e tudo o mais.

Sabemos que a maioria dos Estados está acima dos 60% dispostos em lei. Tem Estado que gasta 92% com pessoal - a grande maioria - e verifica-

mos que essa situação é pura e simplesmente impraticável.

Ontem, o Senador Casildo Maldaner abordava este assunto. Hoje volto a ele, porque a preocupação é muito grande. Não encontraremos saída para os Estados, que têm essas dívidas crescentes, se não fizermos um encontro das contas. É preciso que o façamos e, em seguida, que façamos a securitização das dívidas.

A economia dos Estados está em péssimas condições, e não há Estado em situação diferente. Há dois ou três que podemos dizer que não estão nessa situação calamitosa. Mas a maioria dos municípios também está na mesma situação.

Por isso, fica aqui o apelo, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, para que os Estados e Municípios encontrem, junto ao Governo Federal, uma solução definitiva para essa que parece ser a sua maior cruz - das economias dos nossos Estados, dos nossos Municípios e, por que não dizer, também da União.

É preciso achar, a curto prazo, solução para esse problema, o que só percebo que poderá acontecer através de um encontro de contas. Talvez, se nos sentarmos ao redor de uma mesa e fizermos esse encontro de contas, achemos alguma solução, porque a simples rolagem da dívida é impossível e inviável.

**O Sr. Ramez Tebet** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. NEY SUASSUNA** - Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ramez Tebet** - Senador Ney Suassuna, sei que V. Ex<sup>a</sup> está encerrando o seu pronunciamento e concede-me o aparte por generosidade, mas eu queria aplaudi-lo mais uma vez, porque V. Ex<sup>a</sup> reflete, nessa tribuna, o clamor da própria Federação, que o Senado representa. Mais uma vez, nós temos a satisfação de ouvir o seu SOS, feito em nome da Paraíba e de outros Estados, em favor da Federação brasileira. Todos nós concordamos - e é preciso que o Governo Federal se sensibilize com isso - que é necessário encontrarmos uma fórmula imediata para salvar os Estados brasileiros. Então, antes que V. Ex<sup>a</sup> desça dessa tribuna, eu quero aplaudi-lo e, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, fazer do seu grito o meu também.

**O SR. NEY SUASSUNA** - Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que tenho sido um tanto quanto persistente nesse assunto, mas é algo a respeito do que estão fazendo ouvido de surdo, mas que mais cedo ou mais tarde vai crucificar todos nós e vai pôr em risco o equilíbrio desta Federação.

Muito obrigado pelo apoio de V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY SUASSUNA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

## OPINIAO

### *Aumento da dívida pode ser uma bomba invisível*

O passivo federal pode plorar perigosamente, advertem economistas, com os programas de socorro sustentados pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. Esses programas devem beneficiar agricultores endividados, bancos oficiais, bancos privados, governos estaduais, prefeituras e sistema habitacional.

Para prestar toda essa ajuda, a União tanto precisa emitir moeda quanto lançar títulos do Tesouro e do BC, ampliando o endividamento federal. Os programas podem resultar na emissão de títulos no valor de até R\$ 45 bilhões.

A curto prazo, no entanto, o efeito contábil dessas operações poderá não ser muito visível na dívida líquida, nem no déficit do setor público, segundo comentário divulgado em boletim do Banco de Investimentos Garantia.

A dívida líquida do setor público, R\$ 219,8 bilhões em março, corresponde a 32,7% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo cálculo do Banco Central. Os números aparecem numa tabela divulgada na última semana. Aquela proporção não variou a desde janeiro e cresceu muito pouco depois do fim do ano.

Em dezembro, União, Estados, municípios e estatais deviam, descontados seus créditos, R\$ 211,3 bilhões, ou 32,2% do valor da produção interna. Em reais, o acréscimo foi de 4%. Esses valores in-

cluem os compromissos com credores e devedores externos.

A dívida interna líquida, porém, tem crescido de forma sensível. Aumentou 7,7% em três meses, de R\$ 170,3 bilhões para R\$ 183,4 bilhões. Como parcela do PIB, passou de 26% no fim do ano para 27,3% no final de março.

A dívida interna foi inflada principalmente pela emissão de títulos federais. O estoque de papéis emitidos cresceu de R\$ 106,7 bilhões para R\$ 130,7 bilhões, com variação de 22,5% em apenas três meses, ou 7% ao mês, descontada a inflação. O ritmo é claramente incompatível com a expansão da economia e da receita pública. Terá, portanto, de ser contido.

A emissão de mais papéis federais, para salvar bancos e para atenuar a crise financeira de Estados, de municípios e até de categorias econômicas, tende a complicar esse quadro. No entanto, o efeito é dissolvido contabilmente. Quando se emitem títulos para ajuda financeira, normalmente se inscrevem nas contas, como contrapartida, créditos correspondentes. Os autores da nota divulgada pelo Banco de Investimentos Garantia mostram vários exemplos. Assim, as letras lançadas pelo BC, para substituir no mercado títulos de estados e municípios, acrescentaram cerca de R\$ 28 bilhões à dívida interna bruta do governo. Ao mesmo tempo, a contabilidade re-

gistra um crédito igual contra governos de Estados e prefeituras. O efeito sobre a dívida líquida, portanto, é nulo ou quase nulo. No caso do Proer, a ajuda aos bancos resulta em emissão de moeda e, portanto, da dívida federal (a base monetária é um débito das autoridades). Mas é inscrito, simultaneamente, um crédito contra as instituições financeiras.

A lista de exemplos é maior, mas esses dois bastam para esclarecer o assunto. Restam, porém, três dúvidas muito importantes, apontadas no boletim:

■ os beneficiários dos empréstimos e dos refinanciamentos poderão não pagar suas dívidas ao Tesouro e ao BC. Em alguns casos — isto o boletim não diz — esse pagamento é bem pouco provável. Nesse caso, o crédito contábil de hoje pode ser mera ficção;

■ os juros pagos pelo governo e pelo BC, para sustentar os programas de ajuda, podem ser maiores que as receitas obtidas em operações vinculadas. Isto o boletim também não diz, mas o presidente do BC já reconheceu: os juros cobrados pelo Proer serão menores, provavelmente, que o custo dos papéis emitidos para neutralizar a expansão monetária resultante. Aí, perda praticamente certa.

■ diante da piora do passivo federal, os tomadores de títulos públicos poderão cobrar juros maiores para rolar a dívida pública.

# PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA NA RECEITA ANUAL DE ICMS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

	BA	MG	MT	PB	RJ	RS	SC	SP
jul/94		15%	102%	11%	0,1%	79%	97%	25%
ago/94		15%	102%	12%	0,1%	80%	98%	25%
set/94		15%	104%	12%	0,1%	82%	101%	26%
out/94		15%	107%	12%	0,1%	83%	104%	27%
nov/94		16%	110%	12%	0,1%	85%	107%	27%
dez/94		16%	113%	13%	0,1%	87%	110%	28%
jan/95		17%	116%	13%	0,1%	88%	113%	29%
fev/95		17%	118%	13%	0,1%	89%	116%	30%
mar/95		17%	120%	14%	0,1%	92%	120%	31%
abr/95		18%	126%	15%	0,1%	95%	125%	32%
mai/95		18%	129%	15%	0,1%	97%	128%	34%
jun/95		19%	134%	16%	0,1%	101%	133%	35%
jul/95		19%	141%	16%	0,1%	105%	138%	37%
ago/95		20%	146%	17%	0,1%	109%	144%	38%
set/95		21%	151%	18%	0,1%	113%	148%	39%
out/95		22%	156%	18%	0,1%	116%	153%	40%
nov/95		22%	160%	19%	0,1%	120%	157%	42%
dez/95		23%	164%	19%	0,1%	123%	162%	43%
jan/96		23%	169%	20%	0,1%	126%	166%	44%
fev/96		24%	173%	20%	0,1%	129%	170%	45%
mar/96		24%	177%	20%	0,1%	132%	174%	46%
abr/96		25%	180%	21%	0,1%	135%	178%	47%

Fonte: Banco Central

Nota: receita de ICMS exclui a parcela transferida aos municípios

# **PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA NA RECEITA ANUAL DE ICMS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (PROJEÇÃO PARA MAIO/96 A DEZ/98)**

	BA	MG	MT	PB	RJ	RS	SC	SP
mai/95	15%	105%	12%	0,1%	81%	100%	26%	66%
jun/95	15%	105%	12%	0,1%	82%	101%	26%	66%
jul/95	16%	108%	12%	0,1%	84%	104%	27%	68%
ago/96	16%	111%	12%	0,1%	86%	107%	27%	69%
set/96	16%	113%	13%	0,1%	88%	110%	28%	70%
out/96	17%	116%	13%	0,1%	89%	113%	29%	72%
nov/96	17%	119%	14%	0,1%	90%	117%	30%	73%
dez/96	17%	122%	14%	0,1%	92%	120%	31%	74%
jan/97	18%	124%	14%	0,1%	94%	123%	32%	75%
fev/97	18%	130%	15%	0,1%	98%	129%	33%	79%
mar/97	18%	133%	16%	0,1%	100%	132%	35%	81%
abr/97	19%	138%	16%	0,1%	104%	137%	36%	84%
mai/97	20%	145%	17%	0,1%	108%	143%	38%	88%
jun/97	21%	150%	17%	0,1%	112%	148%	39%	91%
jul/97	21%	155%	18%	0,1%	116%	153%	40%	94%
ago/97	22%	160%	19%	0,1%	119%	158%	42%	97%
set/97	23%	165%	19%	0,1%	123%	162%	43%	100%
out/97	23%	169%	20%	0,1%	126%	167%	44%	103%
nov/97	24%	174%	20%	0,1%	130%	171%	45%	105%
dez/97	25%	178%	21%	0,1%	133%	175%	46%	108%
jan/98	25%	182%	21%	0,1%	136%	179%	47%	110%
fev/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
mar/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
abr/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
mai/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
jun/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
jul/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
ago/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
set/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
out/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
nov/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%
dez/98	26%	186%	22%	0,1%	138%	183%	48%	112%

Fonte Banco Central

Nota tomou-se, para efeito de projeção, o crescimento médio mensal da relação dívida/receita no período janeiro de 1995/abril de 1996, que apresentou os seguintes percentuais 2,7% (BA), 3%(MG), 3,1% (MT), 3,3% (PB), 2,8% (RJ), 3% (RS), 3,3% (SC), 2,8% (SP)



**O SR. JOSÉ SARNEY** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB-AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço a palavra para uma rápida comunicação para solicitar que conste dos Anais, fazendo parte integrante do meu pronunciamento, o artigo que hoje foi publicado na **Folha de S. Paulo** pelo Ex-Ministro Delfim Netto, com o título **Pequena e média empresa**.

E não resisto a ler alguns tópicos desse artigo:

A pequena e média empresa precisa de estímulos (obviamente controlados) porque ela é um instrumento importante no processo de desenvolvimento:

1) ela é a sementeira do fator mais escasso naquele processo que é o talento empresarial. A pequena e média empresa é o mecanismo quase biológico, que faz experimentos para selecionar aquele talento. É por isso que a quantidade de nascimento e morte de empresas é elevada: o que importa é que os sobreviventes têm em si o fator escasso e o gene do crescimento futuro;

2) ela é enorme consumidora do talento inventivo e da capacidade de aperfeiçoamento do processo produtivo e do produto do trabalhador isolado;

3) ela é grande empregadora devido à flexibilização das relações de trabalho e, frequentemente, incorpora uma imensa solidariedade entre patrões e empregados;

4) a experiência de países tão diferentes como a Alemanha e a Coréia mostram a sua enorme capacidade adaptativa para as exportações, onde podem construir nichos especializados. Hoje, mais da metade das exportações industriais coreanas são realizadas por pequenas e médias empresas que recebem suporte especial do seu governo.

Na Alemanha é quase inacreditável o número de patentes obtidas por pequenas e médias empresas, justamente porque são um núcleo de concentração do talento empresarial e inventivo;

5) as pequenas e médias empresas têm um lugar natural no processo produtivo diversificado porque são um fator estimulante

te da competição e do ajuste da produção às exigências dos consumidores.

Também, Sr. Presidente, desejo fazer um pequeno comentário. A imprensa, hoje, veicula uma notícia que diz ter origem em fontes tributárias do Governo: diz que o projeto, aprovado pelo Senado, que dá tratamento privilegiado à pequena e média empresa, prejudica, tira recursos da área da saúde e do Fundo de Participação dos Estados.

Ora, Sr. Presidente, não sabíamos que os recursos da saúde eram oriundos da pequena e da média empresa, nem que o Fundo de Participação dos Estados também se originava na pequena e na média empresa. Isso foi divulgado pelos jornais, hoje.

Acredito que todos nós sabemos perfeitamente que tais afirmações não são verdadeiras. O próprio Ministro da Saúde, hoje, diz que R\$2 bilhões de reais são desviados da saúde por fraudes, e que ele está tentando reverter essa situação.

Então, o que devemos fazer e estamos fazendo, o que o Senado fez, no momento histórico desta convocação, foi dar cumprimento aos arts. 170 e 179 da Constituição, que determinam que se dê um tratamento privilegiado às pequenas e médias empresas.

O sentimento de retirar recursos e impostos das pequenas e não das grandes empresas é, sem dúvida, uma linha de conduta que deve acabar neste País.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ SARNEY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

**Folha de S. Paulo**

#### **PEQUENA E MÉDIA EMPRESA**

**Antonio Delfim Netto**

Na última semana foi aprovado no Senado um projeto de lei que estabelece benefícios fiscais para a pequena e média empresa. Trata-se de um projeto abrangente e ousado de autoria do ex-Presidente José Sarney.

O governo, por meio de suas lideranças, tentou procrastinar a sua aprovação. Foi preciso uma enérgica intervenção do autor do projeto para que aquelas lideranças se conformassem em aprová-lo e enviá-lo para a Câmara, "onde esperam que ele seja devidamente amputado". O argumento respeitável é que, segundo o Ministro da Fazenda, a renúncia fiscal embutida no projeto é da ordem de R\$4 bilhões.

As lideranças do governo anunciaram essa fantástica cifra, mas, quando desafiadas, foram incapazes de apresentar a planilha de cálculo. O Ministro da Fazenda, obviamente, havia transmitido uma informação dada pela Receita Federal, mas no momento do embate do Senado ninguém foi encontrado que pudesse dar substância àquela cifra.

Na Câmara o debate será longo, mas não cremos que existam muitos deputados dispostos a levar a sério a cifra apresentada sem uma cuidadosa demonstração de sua procedência. Mesmo assim, é duvidoso que a Câmara aceitará a apresentação apenas dos "efeitos negativos" (renúncia fiscal) do projeto, sem uma análise mais profunda dos seus aspectos positivos e que, eventualmente, contrarrestarão a queda de arrecadação pelo aumento do nível de atividade da economia e pelo aumento do nível de emprego.

A pequena e média empresa precisam de estímulos (obviamente controlados) porque ela é um instrumento importante no processo de desenvolvimento:

1) ela é a sementeira do fator mais escasso naquele processo que é o talento empresarial. A pequena e média empresa é o mecanismo, quase biológico, que faz experimentos para selecionar aquele talento. É por isso que a quantidade de nascimento e morte de empresas é elevada: o que importa é que os sobreviventes têm em si o fator escasso e o gene do crescimento futuro;

2) ela é enorme consumidora do talento inventivo e da capacidade de aperfeiçoamento do processo produtivo e do produto do trabalhador isolado;

3) ela é grande empregadora devido à flexibilização das relações de trabalho e, freqüentemente, incorpora uma imensa solidariedade entre patrões e empregados;

4) a experiência de países tão diferentes como a Alemanha e a Coréia mostram a sua enorme capacidade adaptativa para as exportações, onde podem construir nichos especializados. Hoje, mais da metade das exportações industriais coreanas são realizadas por pequenas e médias empresas que recebem suporte especial do seu governo.

Na Alemanha é quase inacreditável o número de patentes obtidas por pequenas e médias empresas, justamente porque são um núcleo de concentração do talento empresarial e inventivo;

5) as pequenas e médias empresas têm um lugar natural no processo produtivo diversificado porque são um fator estimulante da competição e do ajuste da produção às exigências dos consumidores.

**Antonio Delfim Netto** escreve às quartas-feiras nesta coluna.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - V. Exª será atendido, Senador José Sarney, na forma regimental.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Concedo a palavra a V. Exª, para falar em nome da Liderança do PPB, por 5 minutos.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** (PPB-MA. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o constituinte que fez a Constituição-Cidadã criou um dispositivo sem imaginar que esse dispositivo pudesse ser tão deturpado. Estou me referindo à edição de medidas provisórias.

O constituinte deu 30 dias de vida para a medida provisória. Após os 30 dias, se não transformada em lei, ela morreria. O que verificamos, neste País, é que a medida provisória passou a ser medida permanente. MP não se refere mais a medida provisória, mas, sim, a medida permanente.

E o pior de tudo é a impressão que fica: que o Congresso Nacional é o responsável pelas várias reedições de medidas provisórias.

A Bancada do Partido Progressista Brasileiro reuniu-se e está distribuindo hoje à imprensa a nota que passo a ler:

A Bancada do Partido Progressista Brasileiro no Senado Federal, ao decidir pronunciar-se sobre o quadro vivenciado pela Casa, no qual o imenso volume de medidas provisórias enviadas pelo Executivo descaracterizam e tumultuam seu funcionamento, e, considerando:

- que há, por exemplo, na Casa, medida provisória que, embora constitucionalmente devesse durar apenas 30 dias, é reeditada por 38 (trinta e oito) vezes, estando, portanto, 3 anos e 2 meses sem solução;

- que, nas comissões destinadas a apreciar as medidas provisórias, o Poder Executivo, através das lideranças dos partidos majoritários que lhe dão sustentação, determina preferências para a escolha do Presidente e do Relator, acordando, inclusive, em não dar andamento à matéria, como é o caso da que trata do salário mínimo;

- que, assim, o papel imposto a nós, Parlamentares, é o de coadjuvantes de uma

encenação perniciosas às atividades legislativas;

- que a atual situação concorre para um enorme prejuízo da imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública, que considera sermos nós os responsáveis pela não apreciação das medidas provisórias e, em particular, a imagem de cada Senador, membro da Comissão, que não tem como responder quando questionado sobre a data das reuniões,

Resolve, no resguardo do Partido, abrir mão do direito de indicar, a partir desta data, membros do PPB, para integrarem as Comissões Especiais de exame e emissão de parecer de medidas provisórias.

Assino-o, como Líder e com o apoio dos outros membros da Bancada.

Essa nota, Sr. Presidente, é apenas para firmar uma posição, para que se saiba que o PPB não aceita ser coadjuvante dessa reedição de medidas provisórias, que, na realidade, ocuparam o espaço destinado a nós, pela Constituição e pelo povo, que representamos nas duas Casas legislativas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Por permuta com o Senador Casildo Maldaner, concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** (PFL-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para dividir com os companheiros um fato ocorrido ontem, relacionado com um trabalho que tive oportunidade de apresentar à Mesa do Senado. É um projeto de lei que considero importante para o Brasil de hoje: a regulamentação da atividade de consórcio no Brasil.

Todos sabemos que, hoje, mesmo com o decréscimo que houve, as taxas de juros no País estão em níveis insuportáveis para quem compra no crediário, para quem compra à prestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Senador Vilson Kleinübing, a Mesa pede licença a V. Ex<sup>a</sup> para prorrogar, de ofício, por 15 minutos, o período destinado ao Expediente, para que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir o seu pronunciamento.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - Obrigado.

Esse sistema de crediário acaba se tornando possível apenas às pessoas, às famílias ou aos assalariados que têm capacidade de retirar do seu orçamento o valor referente à prestação da compra efetivada. Às vezes, eles não dão tanta importância

ao valor dos juros que estão pagando, mas sim se a prestação cabe ou não no seu rendimento mensal. Quem tem mais posses acaba efetuando a compra à vista. Alguns se enganam com o cheque especial ou com o cartão de crédito. A única opção do pequeno, do pobre, do assalariado para poder comprar o seu automóvel, o seu eletrodoméstico, para realizar o seu sonho da casa própria, em muitos casos, é o consórcio.

O sistema de consórcio foi criado neste País. Não é comum em países desenvolvidos da Europa ou nos Estados Unidos. Hoje, ele existe no Brasil, no Chile, em Portugal e em alguns outros. Mas o sistema de consórcio foi desvirtuado ao longo do tempo pelos planos econômicos existentes e pela falta de segurança do sistema de administração de consórcios. O Brasil já teve 10 milhões de consorciados, que já movimentaram US\$12 bilhões. Hoje, o País tem apenas 4 milhões, e houve uma queda vertiginosa no movimento financeiro desse sistema de comércio.

Essa é uma fórmula criada para aumentar a produção e o consumo internos e a geração de empregos. Porém, precisamos equacionar esse problema que acabou acontecendo, porque as pessoas não têm segurança para adquirir seus produtos através do consórcio.

Hoje, quem administra, quem fiscaliza esse sistema é o Banco Central. Só para que V. Ex<sup>s</sup> tenham uma idéia, neste momento, 12 mil automóveis não foram entregues e não se sabe que fim levou o dinheiro. Portanto, se alguém entrar na Justiça, quem acabará pagando essa conta é o Banco Central. Daqui a pouco, vamos ter o Proer dos consórcios.

Por isso, através de estudos que fizemos com a equipe de assessores legislativos do Senado, com a equipe de técnicos do Banco Central, com a equipe da União Nacional de Consumidores Consorciados, inclusive por uma idéia que foi levantada pelo Dr. Aurélio Moreira, um consumidor aposentado que se dedicou a esse assunto, nos últimos quatro meses elaboramos o projeto que encaminhamos ontem à Mesa.

Ele tem características claras e bem modernas. A fiscalização parte do Banco Central. Cria-se um Instituto Nacional do Consórcio Privado, custeado pelo próprio sistema de consórcio; cria-se um seguro para que o consorciado não sofra prejuízo em função da má gestão da administradora; cria-se um cadastro nacional nesse instituto dos consorciados. E, além disso, é estabelecida uma série de regras para

que o consorciado tenha total segurança ao entrar num grupo e fazer com que o seu dinheiro não seja perdido ou pela inflação, ou pela má gestão.

O consorciado terá uma carta de crédito. Ele poderá comprar onde bem entender o seu produto. Três dias depois de contemplado, prevê a lei que o seu dinheiro deverá estar depositado numa conta vinculada. A conta do consórcio é à parte. A prestação de conta tem que ser mensal com o extrato dessa conta. Empresas e auditorias serão contratadas para fiscalizar a empresa consorciada, e esse mecanismo de seguro e de fiscalização pela própria entidade e pelo próprio associado vai revitalizar o sistema, que é importante para o Brasil.

Eu quis transmitir parte dessas informações hoje aos colegas Senadores, primeiro para mostrar, especialmente aos companheiros, que o trabalho foi muito bem elaborado. Vai receber emendas, vai receber novas adaptações, mas temos que solucionar o problema do consórcio. Ele deve voltar a ser seguro, para que o consumidor assalariado tenha oportunidade de efetuar as suas compras através do mesmo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além disso, como V. Ex<sup>as</sup> sabem, sou contra essas taxas de juros altíssimas que o País está pagando. Não adianta somente ser contra e não fazer nada. Uma das formas de fazermos as taxas de juros baixarem é criar mecanismos inteligentes para que as populações não precisem recorrer ao sistema de crédito e pagar de 5 a 6% de juros ao mês.

Esta semana, mandei fazer um levantamento para saber quanto uma empresa está pagando de desconto em duplicata atualmente, quando as taxas de juros diminuíram. Está pagando 5% ao mês, quando já esteve entre 7 a 8%. No cartão de crédito, já esteve entre 9 a 10% ao mês.

É impossível uma economia funcionar dessa forma; é impossível, mesmo com estabilidade, termos uma economia sadia, quando o dinheiro rende muito mais do que qualquer indústria, do que qualquer empresa e até do que o próprio sistema de comércio. Hoje, temos lojas que, ao invés de ganharem dinheiro com o produto que estão vendendo, estão ganhando com a financeira que montaram para fazer esse processo de financiamento.

Por isso, encaminhei esse projeto. Espero que ele seja discutido, melhorado e que o Congresso possa dar a sua contribuição para que se evite essa taxa de juros. Tenho ouvido falar muito sobre isso, mas, se não tomarmos medidas com relação ao endividamento público, como falou hoje aqui o Senador

Ney Suassuna, o que adianta reclamarmos, se a cada sessão aprovamos mais endividamento público? Já nem falo de rolar os títulos e as dívidas que já existem; refiro-me aos acréscimos que provocamos, a cada semana, de novas dívidas.

Com o Governo endividado, com o Sistema Financeiro apresentando todas essas dificuldades, com a falta de escrúpulos que vemos em nosso País, não vamos ter solução.

O consórcio, como outras medidas, pode provocar alternativas para solução. O consórcio é a forma brasileira de evitar-se que o setor financeiro gane dinheiro. Mas, para que funcione, precisa de segurança. E segurança podemos proporcionar através da lei que está agora com o Senado da República. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Flaviano Melo, ainda na Hora do Expediente.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. FLAVIANO MELO** (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, o jornal **Correio Braziliense** de hoje traz notícia que tem a seguinte manchete: "Posseiros apanham da PM no Acre". "Nem crianças e mulher grávida escapam da violência de um pelotão de militares que foram desocupar a fazenda Bauru".

Passo a ler a reportagem:

Cerca de 80 posseiros que há cinco meses ocupavam a Fazenda Bauru, às margens da estrada do Amapá, a 10 km do centro de Rio Branco, foram violentamente espancados ontem por um pelotão da Polícia Militar do Acre. A violência durou mais de duas horas. Crianças, homens e mulheres foram surrados, algemados e pisoteados. Cinco pessoas ficaram feridas.

Os PMs cumpriam mandado de reintegração de posse expedido pela juíza Regina Célia Longuini, da 7ª Vara Cível. Eram 16 militares sob o comando do tenente Castro. Foi um massacre. Só não houve mortos devido à presença da gente, disse o fotógrafo Sérgio Valle, do jornal **A Gazeta**.

Mais adiante:

"É de emudecer qualquer pessoa", comentou o Procurador da República Franklin Rodrigues da Costa, ao saber do massacre. Na semana passada Costa e os Procuradores Luiz Francisco Fernandes de Souza e

Sérgio Monteiro Medeiros pediram intervenção federal no Acre, alegando "grave comprometimento da ordem pública."

O Comandante da PM do Acre, coronel Gilvan de Oliveira Vasconcelos, garantiu que vai analisar a ação dos policiais na desocupação da Fazenda Bauru. "Se for constatado abuso, os policiais vão responder a inquérito."

Registro que de maneira alguma concordamos com a forma violenta pela qual agiu a Polícia ao cumprir as ordens judiciais. Registro também que recentemente li notícias segundo as quais a juíza Regina Célia Longuini estava intermediando uma solução negociada para essa invasão.

Vale ressaltar que não se trata do Movimento dos Sem-Terra, porque a Fazenda Bauru na realidade não é uma fazenda; é uma área urbana da Cidade de Rio Branco, próxima à estrada. De fato, lá existem esses 80 sem-teto - não são sem-terra -, que estão procurando obter uma área urbana para residir. A questão dos sem-teto na cidade do Rio Branco decorre do fato de que, desde 1990 não existe política habitacional por parte do Governo do Estado e nem da Prefeitura de Rio Branco. Não mais estão sendo construídas casas populares, nem estão sendo implantados loteamentos urbanizados naquela cidade. A cada dia cresce o número de pessoas que migram das áreas rurais, dos seringais desativados para a cidade. Essa área chamada Bauru deve ser uma pequena chácara ou uma pequena propriedade.

Repudio veementemente a ação da Polícia Militar, a cujo Comandante peço providências no sentido de que se apure se houve violência, como diz o jornal. Peço também tanto ao Governo do Estado como ao Prefeito Municipal de Rio Branco para que comecem o estudo de um programa de loteamento urbanizado naquela cidade, que, como eu disse, vive um grande déficit habitacional. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Flaviano Melo, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 1996**

**Dispõe sobre garantias de dívidas trabalhistas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O juiz do trabalho, de ofício ou a requerimento da parte autora, havendo fundado receio de frustração do pagamento, poderá exigir, da outra parte, caução em dinheiro ou outra forma de garantia do débito trabalhista.

§ 1º Não sendo possível à parte efetuar depósito em dinheiro, a título de caução, o juiz facultará outra modalidade de garantia, inclusive o depósito de bens ou apólice de seguro.

§ 2º Será fundamental nos autos a decisão do magistrado sobre as razões que determinaram o recolhimento de caução, ou de outra forma de garantia.

§ 3º É condição essencial à autorização da garantia, além de outras, a critério do juiz, que o requerente tenha endereço certo, onde possa ser citado.

§ 4º Aos patronos incumbe manter atualizados os endereços de seus representados, para eventual citação.

Art. 2º O valor da caução será depositado em instituição bancária, se possível no próprio tribunal, e será liberado à parte vencedora da ação somente após o trânsito em julgado da sentença trabalhista.

Art. 3º Os bens, consignados como garantia de dívida trabalhista, podem ser adjudicados diretamente ao requerente, se vencedor da ação, dispensando-se, neste caso, a praça e o leilão.

Parágrafo único. A adjudicação judicial direta dos bens, gravados em garantia, será autorizada somente após ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que o devedor tenha efetuado o pagamento correspondente, ou manifestado interesse em resgatá-los.

Art. 4º A parte requerida, se concordar, poderá ser designada depositária dos bens dados em garantia.

Art. 5º Havendo apuração de cálculos, estes não poderão ultrapassar a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sentença.

Art. 6º Responde por perdas e danos a parte que agir de má-fé.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

#### **Justificação**

As ações trabalhistas revestem-se de condições excepcionais, primeiro, porque as partes quase sempre se apresentam em desequilíbrio econômico e, segundo, porque seus deslindes nem sempre acompanham com fidelidade os termos das sentenças condenatórias.



De fato, somente as partes bem representadas, e em causas de valores mais significativos, logram submeter seus pleitos aos graus superiores da jurisdição. Com isso, a grande maioria dos empregados, que constituem as partes economicamente menos favorecidas, eventualmente obtêm resultados positivos em sentenças trabalhistas, mas enfrentam a inexecutabilidade desses julgados, quer pela ocultação de bens, ou outra modalidade de fraude, perpetrada pelo devedor, quer por outra impossibilidade, de ordem prática ou técnica, que acabam por inviabilizar o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Atualmente, ao magistrado compete atender quase estritamente ao que for solicitado pela parte, porquanto, no direito brasileiro, a maioria dos procedimentos não admite àquele agir de ofício.

A proposição que ora submetemos à apreciação dos ilustres Pares tem em mira, de forma precípua, dar feição trabalhista própria às ações dessa natureza, sem que estas necessitem acompanhar os ritos de ordem cível, especialmente o da execução.

Esses ritos são ministrados pelo Código de Processo Civil, que detém a condição de norma subsidiária da Consolidação das Leis do Trabalho, ao qual são remetidas as causas trabalhistas em fase posterior à exarcação da sentença de mérito, ensejando, na prática, a abertura de processo, apenas para executar a sentença, embora nos próprios autos, ou senão – e não é raro – a mera desistência da parte, pela dificuldade de obter a prestação jurisdicional.

Estabelecida a caução, esta poderá ser levantada pelo vencedor, requerente ou requerido, garantindo-se que a sentença, de fato, terá eficácia.

A condição que se estabelece, de que a parte requerente tenha endereço certo, decorre da necessidade de manter-se o direito de defesa do requerido, especialmente porque acorrem à Justiça do Trabalho, além dos autores legítimos, outros, induzidos pela possibilidade da obtenção de proveito trabalhista sob falsos pretextos. No mesmo sentido, o dispositivo sobre perdas e danos.

Por fim, a possibilidade de o magistrado decidir, de ofício, sobre o recolhimento de caução, ou de fixar outra garantia, após examinar o feito e avaliar a capacidade econômica das partes, imprimirá, com certeza, maior agilidade à conclusão dos processos trabalhistas, evitando a interposição de recursos apenas como medida protelatória. – Senadora **Emília Fernandes**.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - O projeto de lei vai à publicação e será remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 724, DE 1996**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Artigo 50 da Constituição Federal, seja convocado o Exmo. Sr. Ministro do Planejamento Dr. Antonio Kandir, para prestar informações a este Senado sobre:

I – Execução do Orçamento da União – 1996, no que concerne:

a) Cancelamento de dotações orçamentárias, com fontes de recursos de nºs 155 e 110, no valor de R\$ 7.662.450,00, objeto do Decreto de 28 de maio de 1996.

b) Critérios adotados para o contingenciamento da despesa, objeto do Decreto nº 1.923/96 que dispõe sobre a "compatibilização da receita e a execução da despesa".

c) Critérios adotados para a assinatura de convênios e liberação de recursos para Estados e Municípios, durante o mês de junho do corrente.

d) Em que escala de prioridade figuram as emendas coletivas – de bancada – aprovadas pelo Congresso Nacional para efeito de liberação de recursos? E as Emendas Individuais?

II – Vetos ao Projeto da LDO para 1997

#### **Justificação**

O tratamento da questão orçamentária pelo Legislativo, para o ano de 1996, apresentou um grande salto qualitativo especialmente no tocante à discussão e aprovação de emendas. Lamentavelmente não se tem observado o mesmo procedimento por parte do Poder Executivo, o que pode ser medido pelos reiterados pronunciamentos feitos nesta Casa, em repúdio ao processo de liberação de recursos. A imprensa escrita também tem se ocupado insistentemente da matéria. Portanto, é relevante a presença do Senhor Ministro, para que sejam esclarecidas as dúvidas em caráter definitivo.

No que se refere aos vetos à LDO-1997, o Executivo alegou exiguidade de prazos para atender às modificações introduzidas pelo Congresso Nacional o que é, no mínimo, inaceitável. A grande maioria dos dispositivos inovadores traduz o desejo do Congresso de redefinir regras em prol da transparência e do bom cumprimento do estabelecido na lei orçamentária, não justificando, portanto, os vetos por parte do Executivo.

Sala das Sessões, 24 de julho de 1996. – Senador **Coutinho Jorge**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, II, c, 9, do Regimento Interno da Casa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 725, DE 1996**

Senhor Presidente

Nos termos dos arts. 210 e 215 do Regimento Interno do Senado Federal, venho solicitar a transcrição no Diário do Senado Federal, para que conste dos anais desta Casa, o pronunciamento feito pelo presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Costa de Queiroz, sob o título "Uma Nova Agenda para o Nordeste", durante o II Fórum BNB de Desenvolvimento e I Encontro Regional de Economia, em 19 de julho de 1996, por ocasião do 44º aniversário da instituição.

#### **Justificação**

No pronunciamento a que se refere o presente requerimento, o presidente do Banco do Nordeste do Brasil faz um breve histórico da orientação desenvolvida pela instituição, mostrando o que já fez pela região e, em especial, o que pretende fazer no futuro. Aponta as potencialidades do Nordeste e mostra a necessidade de uma política regional que, desdobrada da política nacional de desenvolvimento, possa conduzi-lo a um surto de crescimento sustentado. Registra, enfim, "o surgimento de uma nova cultura e visão que elimina o tradicional e equivocado estereótipo de um Nordeste cronicamente carente, sorvedouro dos recursos públicos". Afinal, a região hoje já contribui diretamente para o desenvolvimento da nação como um todo.

Ficará também registrado o importante encontro promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil em seu 44º aniversário para discutir uma nova agenda para o Nordeste, tema central do pronunciamento.

Sala de Sessões, 24 de julho de 1996. – Senador **Freltas Neto**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Nos termos do art. 210, o requerimento que acaba de ser lido será remetido à Comissão Diretora para decisão.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

Brasília, 22 de julho de 1996

OF. Nº 176/96

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular, e

do Deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente, para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.509-6, de 19 de julho de 1996, que "Isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior eleitoral"

Atenciosamente, – **Fernando Gabeira**, Líder do PV.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O ofício lido vai à publicação.

*A Presidência designa os Deputados indicados pela Liderança do PV para integrar a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.509-6, de 1996, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.*

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

Brasília, 22 de julho de 1996

OF. Nº 177/96

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular, e do Deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente, para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.506-2, de 19 de julho de 1996, que "Altera a legislação do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro".

Atenciosamente, – **Fernando Gabeira**, Líder do PV.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O ofício lido vai à publicação.

*A Presidência designa os Deputados indicados pela Liderança do PV para integrar a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.506-2, de 1996, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA**

##### **Item 1**

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição Nº 22, DE 1996 (nº 41/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao

parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 1996, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

Transcorre hoje o quarto dia útil de discussão.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, a discussão prosseguirá na sessão deliberativa subsequente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 2:**

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996 (nº 233/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o art. 34 e o Título VIII, Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal e o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

Parecer sob nº 418, de 1996, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, com emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

Em discussão.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Exª para discutir a matéria.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** (PTB-RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos no segundo dia de discussão desse projeto. Trata-se de proposta do Poder Executivo, que altera a Lei Maior deste País no que se refere à Educação, basicamente ao ensino fundamental. A matéria dispõe sobre a divisão de responsabilidade entre os níveis de governo e busca, de certa forma, um comprometimento maior com a valorização salarial do magistério.

É importante registrar algumas considerações relativas à questão da Educação neste País. Segundo dados publicados, um quinto da população brasileira com idade superior a quinze anos não sabe ler nem escrever. Isso significa aproximadamente 20 milhões de pessoas sem condições de contribuir com o desenvolvimento do País ou usufruir dele.

Esse número triplica se considerarmos os chamados analfabetos funcionais – pessoas que não completaram a 4ª série do 1º Grau.

Segundo a ONU, toda pessoa que só faz quatro anos de escola primária tende a regredir ao anal-

fabetismo, pois não consolidou uma base de conhecimento para continuar aprendendo.

É decisivo que as escolas de 1º Grau melhorem os índices de aprovação, aprendizagem e de permanência na escola, para evitar a evasão, principalmente nas primeiras séries, e assim impedir o crescimento do analfabetismo.

O Governo Fernando Henrique, como qualquer outro governo, neste final de século, devido às exigências impostas pelo avanço tecnológico, pelos dados de repetência, evasão escolar, desvalorização salarial dos professores, será julgado pelo que fizer em relação à educação.

Sem avanços concretos e substanciais na educação, pouca repercussão terá a queda nas taxas de inflação, as privatizações ou a abertura do mercado de trabalho.

Precisamos, sim, qualificar o nosso povo.

Segundo pesquisa do Instituto Vox Populi, 99% dos brasileiros consideram a escola importante para sua vida.

Durante décadas, o País ignorou a educação. Investiu-se muito em infra-estrutura, em construção de prédios faraônicos, mas se esqueceu da atenção necessária à qualidade, tanto do saber que o aluno recebe como do trabalho desenvolvido pelos professores e a sua devida valorização.

Pouco se fez pelo ensino básico, pela valorização dos nossos especialistas, pelos funcionários das escolas; talvez estejamos vivendo hoje um arrocho mais profundo em termos dos salários profissionais.

No Rio Grande do Sul, um Estado onde a educação ainda está, comparativamente a outros Estados, em melhor situação, o salário básico de um professor, em 1975, correspondia, aproximadamente, a R\$500 de hoje. Atualmente, em 1996, o salário básico de um professor é de R\$59. Isso é uma miséria, uma desgraça e, acima de tudo, uma vergonha. E temos informação de que o salário médio dos professores, em muitos Municípios da região Nordeste, está em torno de apenas R\$32.

Não vemos quase nenhum investimento na profissionalização e, o mais grave, os professores não são vistos e respeitados como profissionais.

O resultado disso é que, de cada 100 crianças, somente 44 concluem a 8ª série e menos de 20 terminam o 3º ano do 2º Grau.

Os trabalhadores são profundamente atingidos, porque o nível de escolaridade dos trabalhadores brasileiros é de 3,5 anos, contra 8,7 anos dos argentinos e 7,5 anos dos chilenos.

Sabemos que é cada vez maior a exigência dos empregadores de um melhor nível de escolaridade dos candidatos a novos empregos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a PEC nº 30, hoje assim numerada, que deu entrada na Câmara com o número de PEC nº 233, traz a possibilidade de intervenção nos Estados que descumprirem a aplicação do mínimo exigido para a educação.

No art. 35 da nossa Constituição já está prevista essa possibilidade de intervenção dos Estados nos Municípios. É muito importante que se dê tratamento igual à União em relação aos Estados.

A Câmara manteve o princípio da gratuidade do ensino público em todos os níveis, o que é profundamente positivo, suprimindo a alteração proposta no original.

Eram também previstas no projeto enviado pelo Executivo alterações relativas à universidade, ao art. 207 da nossa Constituição. A Câmara, por meio do debate, entendeu que se deveria suprimir dessa primeira modificação, em termos de educação, questões relativas à universidade, que seriam tratadas à parte, em outro momento, a partir de uma grande discussão nacional.

A União, de certa forma, desobrigava-se do compromisso de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. A Câmara manteve e ampliou esse compromisso, incluindo a equalização de oportunidades e o padrão mínimo de qualidade, mantendo a função redistributiva e supletiva da União.

A proposta original mantinha os Municípios atuando prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar, que compreende as idades de 4 a 6 anos.

A Câmara ampliou essa faixa, colocando que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, compreendendo as idades de 0 a 6 anos, portanto, atingindo creche e pré-escola, o que é fundamental.

Havia uma preocupação generalizada em relação ao que estava contido no original de que a União abriria mão da responsabilidade com a erradicação do analfabetismo.

A Câmara, preocupada com isso e atendendo aos anseios da sociedade, dos professores e dos estudantes, manteve que nunca menos de 30% dos recursos do art. 212 da Constituição Federal, que define os percentuais mínimos para a educação, e também dos recursos complementares serão utilizados para o ensino fundamental e erradicação do analfabetismo.

Hoje, ficamos satisfeitos ao ler uma nota do **Jornal do Brasil** dizendo que o MEC realizará programa contra o analfabetismo. Se realmente for verdade o que está anunciado, que a partir de setembro um novo programa do MEC atingirá os 1.111 Municípios mais pobres do País, buscando diretrizes e programas para trabalhar os analfabetos na faixa dos 12 aos 18 anos, esse fato será de grande importância. Dessa forma, o Governo Federal estaria – estará, tenho certeza – reafirmando o seu compromisso com a erradicação do analfabetismo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto original vindo do Executivo previa um fundo de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério. A Câmara acrescentou: "de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental", o que garante e amarra mais o compromisso, inclusive com os recursos.

A inclusão de uma nova prioridade – remuneração dos professores – é um ponto inquestionável e fundamental. Sessenta por cento dos recursos de cada fundo serão destinados ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício do magistério.

Isso é o que diz o projeto que está aí, que teve, inclusive, parecer favorável do Relator a esse respeito, Senador Lúcio Alcântara.

Porém, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaríamos de questionar e dizer que estamos elaborando uma emenda, porque entendemos que a expressão "pagamento dos professores" está, em primeiro lugar, distanciada, desvinculada, da própria LDB que recentemente aprovamos.

Falamos em profissionais da educação, porque queremos que os diretores, os orientadores educacionais, os supervisores – que são os especialistas, que têm o compromisso maior com a qualidade, com o intercâmbio entre professor/aluno, aluno/direção, direção/professor -, sejam valorizados.

Temos que pensar nisso profundamente – e desde já peço o apoio e a atenção dos Srs. Senadores. Temos que garantir um salário mais digno para todos aqueles professores e principalmente àqueles que estão dentro da escola pública. Não podemos penalizar os especialistas porque ousaram estudar mais. Quem são os especialistas? Quem é o supervisor? Quem é o orientador? Aqueles que estudaram mais, se especializaram e hoje são os responsáveis maiores pela qualidade do ensino ministrado nas escolas.

Por outro lado, é preciso esclarecer melhor, ou o Governo, ou talvez o Sr. Relator desta matéria, o valor que será destinado à remuneração dos professores. Estes e a sociedade têm o direito de receber

a informação e saber a intenção mais precisa e correta sobre o assunto. Não se podem criar falsas expectativas, sob pena, inclusive, de nós, Parlamentares, sermos responsabilizados.

Em seu relatório, o Relator fala em salário mínimo nacional para os professores, em torno de R\$300, como já se tem ouvido falar. O Governo, quando mandou esta matéria para a Câmara dos Deputados, na sua exposição de motivos, fala em salário médio para os professores em torno de R\$300. Portanto, não se pode criar uma falsa expectativa.

Reafirmo, portanto, que o professor e a sociedade precisam ter isso muito claro. Estamos falando de salário médio e não de salário mínimo para o professor. O ideal seria que tivéssemos um salário mínimo profissional nacional para os professores. Não conseguimos na LDB. Talvez até pudéssemos construir também algo nesse sentido, no momento em que estamos analisando essas questões relativas à educação.

Por outro lado, quanto à definição pela União de um valor mínimo nacional por aluno -e fala-se em R\$300,00 por aluno/ano- também temos que levantar algumas questões. No nosso entendimento, dever-se-ia partir da qualidade mínima do ensino e de quanto isso custa, e não partir do gasto médio por aluno/ano. Então, estaríamos trabalhando com a qualidade, quanto seria necessário para se manter o aluno na escola e para que garantir-lhe um ensino de qualidade.

Graças a Deus, a Câmara, também preocupada com isso, buscou garantir que, progressivamente, num prazo até 5 anos, haja um ajuste das contribuições dos Fundos, visando assegurar um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino definido nacionalmente. Mas vejamos V. Ex<sup>as</sup> que isso será construído em até 5 anos e não de forma mais imediata.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaríamos de lembrar que, quando se fala em educação, não podemos admitir e continuar aceitando que se fale em gasto. Quando se fala em educação, fala-se em investimento. E, neste ponto, gostaria de destacar que o Rio Grande do Sul, o meu Estado, é considerado heróico e patriótico, segundo palavras do eminente ex-Senador João Calmon, defensor da educação neste País. Já em 1988, quando fez a sua alteração na Constituição Estadual, o Estado determinou que no mínimo 35% resultantes dos impostos deverão ir para a educação, quando a Constituição Federal e os outros Estados designam apenas 25%.

Então, o que queremos mostrar é que, investindo em educação, Sr. Presidente, buscando fazer com que os recursos cheguem ao aluno, às escolas

e ao professor, teremos um povo mais educado. O Relatório recentemente divulgado pelo PNUD coloca o Rio Grande do Sul em primeiro lugar, em termos de desenvolvimento humano. Isso se conquista com trabalho sério e com investimentos, porque, sem recursos, não se faz educação. Não consigo ver de outra forma. Se não investirmos no professor, qualificando-o; se não investirmos no aluno, colocando bibliotecas, laboratórios, material suficiente e necessário para o deslanchar do seu saber, vamos ter sempre um povo que assiste a aulas, mas que não aprende, um trabalhador que não tem condições de ter uma qualificação maior, inclusive para este momento de competitividade em que vive o País.

O Rio Grande do Sul ainda enfrenta muitos problemas: salários defasados, escolas, prédios monstruosos construídos sem necessidade, professores com salários ainda abaixo do que deveriam ganhar. Mas quero crer que, com essa medida que está sendo tomada, com algumas correções que ainda podemos fazer, e com o cuidado que certamente o Governo terá ao regulamentar essa lei, será um primeiro passo na direção de resgatar as injustiças feitas e as discriminações mantidas com relação à educação e a seus profissionais.

Há necessidade de modificar essa verdade de longos anos, desmontar esse caráter cada vez mais perverso da educação, acabar com o clientelismo, com os quadros inchados por contratos; temos que valorizar o concurso público, que é o que dá, realmente, a melhor entrada e o melhor trânsito para o professor. Precisamos valorizar os critérios de eficiência, capacidade e valorização dos profissionais de educação. Às vésperas do ano 2000, com o mundo progressivamente se transformando, é cada vez mais difícil manter o Brasil, a oitava economia do mundo, em um sistema educacional primitivo para 60 milhões de pessoas.

A propalada globalização, a integração mundial, em qualquer terreno, não se viabilizará sem apostar decisivamente na educação; a educação não apenas como forma de dotar o Brasil de conhecimento, de tecnologia, mas também de prover a cidadania. Está aí o relatório de desenvolvimento do PNUD, definindo o tema educação como prioritário para o crescimento das economias de forma ampla centrada no ser humano.

Eu diria ainda que aguardo ansiosamente que o Governo dê uma atenção especial, também, ao ensino de segundo grau e ao ensino universitário.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trazendo este assunto para o debate nesta

Casa, que tem o seu espaço de decisão e de contribuição para o nosso País, conclamo V. Ex<sup>as</sup> a, juntos, buscarmos soluções para a questão da educação, que é fundamental sob o meu ponto de vista, principalmente no que se refere ao ensino básico e à valorização do Magistério.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Continua a discussão. (Pausa)

Não havendo mais oradores que queiram fazer uso da palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento de adiamento da discussão da proposta de emenda constitucional a ser apreciada nas sessões de sexta e segunda-feira próximas, transformando essas sessões em não-deliberativas, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 726, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 279, alínea c, combinado com o art. 372 do Regimento Interno, e ainda de acordo com o Parecer nº 296, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o adiamento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996 (nº 233/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o art. 34 e o Título VIII, Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de que a 4ª sessão de discussão se realize em 6 de agosto próximo.

Sala das Sessões, 24 de julho de 1996. – **Jader Barbalho – Ney Suassuna – Valmir Campelo – Romeu Tuma – Sérgio Machado.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Aprovado o requerimento, será cumprida a deliberação de Plenário.

Esclareço ao Plenário que a sessão de amanhã continuará sendo deliberativa com a discussão da matéria constante da Ordem do Dia.

A Presidência comunica aos Srs. Senadores que já se encontra publicada nos Avulsos da Ordem do Dia de hoje a agenda do mês de agosto.

As matérias encontram-se publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos, à disposição dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Íris Rezende, primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

**O SR. IRIS REZENDE** (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos últimos meses temos ouvido muitos pronunciamentos de Srs. Senadores a respeito da agricultura neste País, o que demonstra uma permanente preocupação de S. Ex<sup>as</sup> com esse segmento importante da nossa economia. E é também para falar a respeito da agricultura que venho, hoje, a esta tribuna.

O agricultor brasileiro não reivindica favores ou privilégios: ele clama apenas por um tratamento compatível ao que vem sendo dispensado a outros setores da economia, para os quais não faltam incentivos e medidas de proteção.

Não é compreensível que, num país de dimensões continentais como o nosso, onde o **agribusiness** responde por quase 40% do PIB, esse importante segmento da nossa economia continue sendo relegado à condição de setor de segunda classe.

Felizmente, o produtor é um abnegado. Moldado pelo imponderável, é um homem que não se deixa abater pelas dificuldades como falta de crédito, ausência de subsídios, infra-estrutura deficiente, alto custo dos insumos e, em resumo, pela inconsistência da nossa política agrária.

Apesar da imagem que se tenta transmitir do agricultor brasileiro como sendo incapaz, incompetente, explorador dos recursos públicos, os dados estatísticos desmentem os críticos e mostram uma realidade muito diferente. Exemplo disso é o crescimento físico da produção brasileira de grãos, que evoluiu 52% nos últimos 15 anos, enquanto a área plantada cresceu apenas 20%. Portanto, apesar do ambiente hostil e do isolamento econômico, o agricultor soube incorporar novas tecnologias e abrir caminho para superar eventuais limitações, porém, sem correspondência em lucros, como consequência de uma política de preços mínimos há muito ultrapassada.

Estima-se que o valor bruto da produção da safra de 1994/95 representou apenas 59% do faturamento anual médio, obtido no último quinquênio da década anterior; nesse mesmo período, as culturas tiveram a seguinte variação: arroz, menos 46%; feijão, menos 28%; soja, menos 33%; milho, menos 25%; trigo, menos 89% e algodão, menos 54%. Constatou-se, ainda, que a queda total do valor bruto da produção, ou seja, aquilo que representa a renda do produtor, foi de R\$8,2 bilhões, correspondendo a menos de 41%.

O valor bruto da produção das culturas em análise, entre as safras 1993/94 e 1994/95, caiu de R\$14,6 bilhões para R\$11,5 bilhões (menos 21%), o que agravou ainda mais a situação financeira do produtor rural, tornando-o insolvente.

O desastre oficial para com a agricultura parece, contudo, não ter limites. Verifica-se nos últimos anos que, apesar do nosso imenso potencial para a produção de alimentos, o governo vem fazendo opção pelas importações.

Estudos feitos pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior revelam que, no período de 1990/95, a importação de produtos agrícolas passou de US\$2,4 milhões para US\$6,5 milhões, sem incluir a importação de insumos. Somente em 1995, comparativamente a 1994, as importações apresentaram, em termos de valor, um crescimento de 40%.

A política cambial inibe exportações e facilita importações, inclusive a de países que subsidiam seus agricultores. As autoridades governamentais devem demonstrar, no caso da agricultura, a mesma agilidade que têm mostrado em relação a alguns setores industriais.

Vou citar aqui o caso do algodão. Enquanto os tecidos semi-industrializados ou industrializados estão sujeitos a alíquotas de importação de 30% a 40%, a matéria-prima (algodão em pluma) importada paga apenas 3% de imposto de importação. Do total das exportações mundiais de algodão, o Brasil absorve 10%. Este ano, por exemplo, para uma produção de 506 mil toneladas, deveremos importar 360 mil toneladas.

A pretexto de proteger a indústria brasileira de tecidos, estamos sacrificando a cultura de algodão, que em algumas regiões, como Goiás, Mato Grosso e parte de São Paulo, consegue ser até mais competitiva do que a cotonicultura de muitos países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos.

Em cinco anos, o Brasil reduziu em um milhão de hectares a área plantada de algodão, desempregando 205 mil trabalhadores rurais. O que se constata é que o Brasil se transformou num importante importador de produtos de origem agrícola.

No ano passado, do total das importações agrícolas, o trigo respondeu por 14%, o algodão por 8,4%, o arroz por 4,3% e os produtos lácteos, incluindo leite em pó, queijo e requeijões, por 8,2%, que sozinho representou um dispêndio de US\$500 milhões. Importamos, também, quantidade significativa de milho, soja em grãos, cebola e alho. Esse quadro parece que vai persistir.

Ontem, os principais meios de comunicação deram destaque à informação sobre a quebra da safra 1995/96, que deverá ficar em torno de 74,2 milhões de toneladas, representando uma redução de 8,5% na oferta de grãos, comparativamente à safra passada.

As previsões pelo Ministro da Agricultura indicam que vamos deixar de produzir 6,5 milhões de toneladas de grãos, obrigando o País a recorrer, uma vez mais, ao mercado internacional para atender à demanda interna. A área plantada sofreu uma queda de 4%, o que significou uma redução de 1,5 milhão de hectares.

Paralelamente ao aumento das importações, como consequência do contínuo enfraquecimento da agricultura, o nosso País tem condições efetivas de ampliar as exportações de alguns produtos, como suco de laranja, frangos e frutas. No entanto, falta uma política mais agressiva de combate às barreiras não alfandegárias impostas por diversos países.

O Governo tem os meios para reduzir a vulnerabilidade do mercado brasileiro, valendo-se dos próprios acordos internacionais assinados junto à Organização Mundial de Comércio (OMC), que prevêem mecanismos de defesa comercial contra exportações predatórias, especialmente aquelas subsidiadas.

As autoridades brasileiras precisam ser mais diligentes no sentido de captar tais práticas e coibir ação predatória através da imposição de barreiras não tarifárias, como fazem outros países em relação a diversos produtos brasileiros, que não conseguem ser exportados sob as mais absurdas alegações.

Enquanto escancaramos nosso mercado aos produtos estrangeiros de origem agrícola, o mesmo tratamento não encontramos lá fora. As barreiras ao comércio agrícola, na sua maioria, referem-se a restrições sanitárias e fitossanitárias.

As barreiras não-tarifárias estão sujeitas a restrições quantitativas e exigência sanitária de toda a sorte.

Nos Estados Unidos, produtos de exportação brasileira, como suco de laranja concentrado, carne bovina, frutas, legumes e açúcar, estão sujeitos a restrições de acesso ao mercado.

O disputado mercado internacional para carnes de aves alcança mais de US\$6 bilhões, onde concorreremos com os pesados subsídios concedidos pelos Estados Unidos às suas exportações. Estima-se, por outro lado, uma perda anual de divisas da ordem de US\$1,5 bilhão em função das barreiras existentes somente no mercado norte-americano.



Na União Européia, maior mercado para os produtos agrícolas brasileiros, são grandes os entraves ao comércio e mereceriam um exame mais aprofundado. Levantamentos adicionais indicam restrições para produtos diversos nos mercados do Canadá, Chile, Uruguai, México, Suíça, Rússia, Coreia do Sul, Japão e demais países asiáticos.

As vésperas do plantio de uma nova safra (1996/97), que se estima em 81 milhões de toneladas de grãos, ou seja, cerca de 7 milhões de toneladas a mais do que será colhido este ano, existem, contudo, algumas distorções que precisam ser corrigidas com urgência para que não sejam comprometidas as metas fixadas pelo Governo.

Uma questão igualmente preocupante é o custo dos insumos. Não se pode pensar em uma agricultura comercial sem fertilizantes e defensivos agrícolas. É ilusão pensar em agricultura competitiva com práticas rudimentares de cultura. São insumos fundamentais para se atingir produtividades compatíveis com uma agricultura comercial.

A forte dependência brasileira da matéria-prima importada, como a uréia, deixa o agricultor brasileiro à mercê das importações. O custo da tonelada de uréia subiu cerca de 70% em um ano: a tonelada, que era vendida a US\$150,00 em maio de 95, está sendo comercializada a US\$250,00. No sudoeste goiano, o preço, a nível do produtor, subiu de R\$240,00 para R\$310,00 a tonelada.

O MAP, fosfato de monoamônio, essencial nas culturas de milho e cana-de-açúcar, subiu de R\$190,00 a tonelada para R\$210,00. São produtos que estão sujeitos, inexplicavelmente, a uma alíquota de importação de 6%.

No ano passado, o Brasil importou 300 mil toneladas de uréia e 450 mil toneladas de MAP. Para este ano, a previsão é de um acréscimo de 10% nos volumes importados, o que demonstra claramente a importância desses insumos para o setor agrícola.

As mesmas facilidades que estão sendo concedidas a outros produtos importados devem ser estendidas às matérias-primas essenciais para se ter uma agricultura competitiva e em condições de manter os preços em níveis indispensáveis à estabilidade do Real. Sem milho, por exemplo, estaremos comprometendo a oferta de proteína animal, especialmente frangos e suínos.

No caso dos defensivos, a situação é ainda mais dramática. Levado por motivos ambientais, a respeito dos quais não podemos nos descuidar, o Ibama tem imposto tantas exigências aos fabricantes nacionais que os agricultores ficam totalmente

dependentes das importações dominadas pelas multinacionais.

Existem casos absolutamente incompreensíveis, como o custo de alguns herbicidas, comprometendo seriamente a produtividade. Esses defensivos custam para a agricultura brasileira, em média, 40% mais do que os pagos pelos demais agricultores da América Latina.

O Classic (clorimuron etil), considerado o melhor herbicida para a cultura da soja, está custando no Brasil R\$340,00 o quilo, enquanto que o mesmo princípio ativo na Argentina e no Uruguai custa R\$190,00 o quilo. Vejam bem, R\$340,00 para R\$190,00. Esse diferencial se explica pelo único fato do clorimuron etil estar sendo produzido na Argentina.

Para que se tenha uma idéia da falta que faz a ausência de concorrência, vou citar o caso do glifosato, o melhor herbicida para o plantio direto em cerrado. Enquanto o produto era totalmente importado, seu preço chegou a R\$23,00 o litro. Após a concessão de registro a uma empresa brasileira, passou a ser vendido a R\$15,00 o litro e, hoje, já está sendo comercializado a R\$8,00.

O Tebulliron, herbicida indicado para a cultura da cana-de-açúcar, teve seu preço reduzido de R\$38,00 o quilo para cerca de R\$18,00, assim que foi autorizada a comercialização no Brasil de produto com o mesmo princípio ativo importado da África do Sul.

O mercado brasileiro de defensivos agrícolas movimenta por ano cerca de US\$1,6 bilhão. Não fossem exigências muitas vezes exageradas, poderíamos reduzir esses gastos para US\$1,1 bilhão, ou seja, uma economia anual de US\$ 500 milhões. Mesmo que parte desses recursos fosse usada para financiar os testes das indústrias nacionais e para controle ambiental, ainda assim teríamos uma economia bastante significativa.

Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, não estou defendendo aqui o uso indiscriminado de defensivos agrícolas que venham a comprometer o nosso ecossistema. Refiro-me apenas à necessidade de se criarem condições para que empresas brasileiras produzam em território nacional os mesmos princípios ativos, dominados hoje pelas multinacionais no exterior.

São exigidos testes experimentais que chegam a custar US\$3 milhões, o que é totalmente incompatível com a capacidade de investimento da indústria nacional.

A necessidade de defender o meio ambiente não pode ser argumento para deixar o agricultor dependente exclusivamente do defensivo fabricado no exterior e comercializado pelas multinacionais.

Mas os problemas da agricultura não param por aí. Por falta de financiamento adequado, os agricultores estão sacrificando a correção da acidez do solo, especialmente no cerrado.

Ciente da importância da calagem, o Ministério da Agricultura vai permitir que uma pequena parcela dos financiamentos de custeio de safra seja usada na compra de calcário. Isso é um paliativo, que não atende às necessidades dos agricultores, especialmente se pretendemos extrair toda a potencialidade produtiva dos cerrados.

A política monetária, com taxas de juros escorchantes, mata o crédito rural, que já vinha agonizando de inanição desde o início da década de 1980.

Desta forma, evidentemente, não poderemos avançar.

A mecanização do campo também vem sendo comprometida, em consequência dos elevados custos financeiros. Os financiamentos são concedidos, através do BNDES, com recursos do FAT, a uma taxa de TJLP mais 6%, o que corresponde, no final, a cerca de 21% de juros ao ano. Os custos financeiros para aquisição de um trator ou uma colheitadeira estão tão elevados que só os encargos financeiros seriam suficientes para o agricultor comprar outra máquina.

Esse quadro se refletiu de imediato na demanda, que caiu de 40 mil unidades em 1994 – ano em que foi lançado o Plano Real –, para 19 mil unidades em 1995. Para este ano, as estimativas mais otimistas indicam que serão negociadas no máximo 20 mil máquinas agrícolas.

A verdade é que a disponibilidade de crédito rural está muito aquém das necessidades do setor. Os grandes produtores, especialmente de soja e café, estão recorrendo às linhas de crédito externas sujeitas à correção cambial, além dos juros.

Estima-se que este ano deverão entrar no País, para financiamento de atividades agrícolas voltadas à exportação, US\$1,3 bilhões. É uma previsão discreta, pois não me surpreenderá se essa captação superar os US\$2 bilhões. O crédito rural a taxas controladas, que já chegou a financiar dois milhões de produtores rurais, este ano deve atender apenas 480 mil.

A título de estimular a produção de alimentos básicos, o Ministério da Agricultura colocou à disposição dos produtores recursos da ordem de R\$1 bilhão para financiar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Entretanto, a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) levanta sérias dúvidas a respeito do Pronaf. Para ter direito aos recursos do programa,

com taxas de juros de 9% ao ano, o produtor com até quatro módulos fiscais não pode ter empregados contratados. Deve contar apenas com mão-de-obra familiar, estimulando o agricultor a despedir o trabalhador ou deixá-lo na informalidade, sem direito aos benefícios sociais e trabalhistas que a legislação ainda garante.

Lembra a CNA que o Estatuto da Terra estabelece que um produtor, sem empregados, contando com mão-de-obra familiar, somente consegue explorar adequadamente uma área correspondente a um módulo fiscal. O que exceder a esta área necessitará de empregados permanentes para ser explorado ou, então, não poderá ser cultivado. Embora seja de 1964, esta definição continua sendo tecnologicamente válida num largo contexto da agricultura brasileira.

Portanto, o Pronaf, ao contrário de estimular o emprego no meio rural, estará ampliando a informalidade e, com isso, ampliando o contingente de bóias-frias.

A ausência de investimentos em infra-estrutura se insere no contexto do "Custo Brasil", ao lado da questão tributária e de outras que anulam a eficiência dos produtores brasileiros; quando seu produto sai da fazenda, vai perdendo competitividade.

A política tributária taxa tão violentamente nossos produtos, inclusive na exportação, que nossa competitividade fica seriamente comprometida. A carga tributária é excessiva. Chega, em média, a 30% do custo final dos alimentos, mesmo no caso daqueles que compõem a cesta básica.

A revisão tarifária poderá contribuir para uma redução nos custos dos alimentos em nível de consumidor e elevar a competitividade dos grãos no mercado internacional.

O Brasil é o único país que exporta imposto. Na Europa Ocidental, a carga tributária é próxima de zero quando se trata principalmente de produtos básicos.

A atual política governamental, ao discriminar o setor agrícola, está contribuindo para o inchaço dos centros urbanos na medida em que aumenta o desemprego no meio rural. Os trabalhadores rurais migram para as cidades em busca de emprego, quando se sabe que a solução está no próprio meio rural. Afinal, para cada emprego criado na agricultura são gerados três no meio urbano.

Vemos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a agricultura brasileira apresenta deficiências em várias frentes, compondo um caudal de desacertos que, num futuro não muito distante, poderá sufocar os produtores rurais.

**O Sr. Osmar Dias** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. IRIS REZENDE** – Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Osmar Dias** – Até gostaria que V. Ex<sup>a</sup> concluísse o seu pronunciamento pela sua importância, qualidade e consistência. Em poucos minutos, V. Ex<sup>a</sup> citou e analisou um amplo leque de problemas que a agricultura enfrenta e, melhor do que isso, ofereceu sugestões para que essas questões sejam reduzidas. Também mencionou pontos fundamentais para que a agricultura brasileira se torne competitiva. A questão do custo dos insumos é um tanto alarmante no plantio da safra que vai ser agora semeada. Da mesma forma, a questão das alíquotas de importação é algo que estremece o poder de competição da agricultura brasileira, porque estamos sempre no caminho inverso, importando subsídios e exportando impostos. Não dá para competir dessa forma. O mundo é dinâmico. A globalização da economia mundial exige que o Brasil modernize o setor produtivo primário; caso contrário, nós não conseguiremos abastecer o mercado interno, o que, aliás, já está acontecendo, com reflexos muito ruins em setores fundamentais, como a suinocultura, a avicultura e a produção leiteira, que já estão pagando muito caro pelo insumo básico – no caso, o milho. Enquanto o produtor tem uma enorme dificuldade para equilibrar receita e custo na produção de milho, estamos caminhando muito lentamente, e até para trás, porque o volume de produção que conseguimos este ano já foi praticamente atingido em anos anteriores. Lembro-me de que quando V. Ex<sup>a</sup> era Ministro chegamos bem perto disso, há oito, nove anos atrás. Ou seja, enquanto a FAO prega a necessidade de crescimento de nossa produção anual em pelo menos 3%, e isso constante, voltamos para trás e já estamos comemorando o fato de recuperarmos a produção do ano passado. É muito pouco, Senador Iris Rezende. Lembro-me de que, quando tínhamos crédito, a produção cresceu. Quando V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro, recorde o esforço que se fez para colocar crédito à disposição e estabelecer programas nacionais de recuperação dos recursos naturais, como os que tivemos oportunidade de executar no Paraná, com a coordenação de V. Ex<sup>a</sup> no Ministério, com sucesso absoluto no aumento da produtividade. Temos que reduzir custos e aumentar a produtividade para competir. A experiência de V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa uma contribuição tão grande que gostaria de continuar a ouvi-lo. Obrigado, Ministro Rezende, e parabéns pelo pronunciamento e pelo que V. Ex<sup>a</sup> fez pela agricultura brasileira.

**O SR. IRIS REZENDE** – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Peço permissão para incluir o seu aparte em meu discurso, valorizando, assim, o nosso pronunciamento nesta tarde. Desejo, inclusive, salientar que V. Ex<sup>a</sup> tem procurado defender nesta Casa, com muita veemência, a agricultura brasileira, fazendo-o com muita legitimidade, pois é profundo conhecedor de nossa agropecuária.

Quanto a esse aspecto, deixo o meu testemunho de quando eu era Ministro da Agricultura e V. Ex<sup>a</sup>, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná. V. Ex<sup>a</sup> se mostrou um dos grandes esteios de nosso trabalho para que o Brasil alcançasse, naquela época, três super safra contínuas, conseguindo abraçar, com toda a sua força, o Programa Nacional de Conservação do Solo, fazendo com que grande percentual de solo daquele estado ficasse protegido com o trabalho de sua Secretaria. Tive a oportunidade de estar em três municípios em companhia de V. Ex<sup>a</sup>, para inaugurarmos, pela última vez, o último metro quadrado onde foram executados serviços de conservação do solo.

Tenho em V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa, a exemplo de inúmeros outros Senadores, um grande parceiro nesta luta. O que nos preocupa, na verdade, é o futuro do Brasil, que depende da agricultura, conforme várias vezes por nós salientado.

Se há sete anos, durante o Governo do Presidente Sarney, o Brasil colhia 72.200 mil toneladas de grãos, não se justifica que tanto tempo depois continuemos a colher pouco mais do que isso. Muita coisa está errada ou quase tudo está errado.

Ocupa hoje a Pasta da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária – o que devo salientar – o Senador Arlindo Porto, um grande Ministro, conhecedor dos problemas da nossa agricultura, um homem público dotado dos melhores sentimentos de nacionalismo e de espírito público.

Pelo fato de eu ter sido ministro, posso afirmar que se o Ministro da Agricultura não contar com o apoio decisivo do Presidente da República, dos Ministros do Planejamento e da Fazenda, não será capaz de fazer milagre neste País. Se conseguimos sucesso – devo afirmar isso – é porque encontrei no Presidente Sarney um Presidente decidido em relação à agricultura. Permanentemente, – duas, três, quatro, cinco vezes por dia, por semana e por mês – o Ministério da Agricultura procurava se entender com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Planejamento para que se adotassem medidas compatíveis com as necessidades da agricultura.

Bastou que o Governo promovesse pequenas modificações quanto ao seguro agrícola, aos recur-

sos para o custeio e à garantia do preço mínimo para que o agricultor se sentisse realmente sustentado para abrir mais a sua produção.

**O Sr. José Fogaça** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. IRIS REZENDE** – Com muito prazer, Excelência.

**O Sr. José Fogaça** – Senador Iris Rezende, V. Ex<sup>a</sup>, ao lado de outros Senadores, como os Senadores Osmar Dias, Pedro Simon, o nosso Senador Arlindo Porto, que está no Ministério, o Senador Lúdio Coelho e outros, é um dos grandes conhecedores desta matéria: agricultura. Posso dizer que esta Casa tem talvez os maiores **experts** na matéria, e estou entre aqueles que defendem com veemência a alocação de recursos no Orçamento ou a emissão de títulos públicos para equalizar a taxa de juros e subsidiar a agricultura brasileira. V. Ex<sup>a</sup> traz aqui algo absolutamente verdadeiro e creio que será verdade por muito tempo: a baixa rentabilidade do setor agrícola. Estamos vivendo um programa de estabilização econômica que exige preços baixos dos alimentos, portanto, o alimento tem de chegar barato à mesa do trabalhador. Parece-me que é correto e os agricultores não se opõem a isso. Mas, juntamente com a função quase que prioritariamente social da agricultura, há também a função econômica, pois deve garantir lucro e renda para quem produz, sob pena de o processo produtivo se desorganizar e se desmontar no País. Estou, pois, entre aqueles que defendem que é justo, necessário e até indispensável, Senador Iris Rezende, que se aloquem recursos para garantir uma equalização de taxas de juros no financiamento. Pela via dos preços, creio que caminhamos para um período de baixa rentabilidade por um longo tempo, tendo em vista que é preciso garantir o poder aquisitivo de quem gasta com alimento quase 40 ou 50% do salário que recebe. Penso ser responsabilidade da sociedade brasileira e do Congresso Nacional entender a questão, não permitindo que a agricultura seja desmantelada, porque pode-se ter um ano de defasagem produtiva, é possível até que um segundo ano não seja totalmente desastroso, mas um terceiro ano consecutivo, com preços muito baixos e, evidentemente, sem o apoio necessário à agricultura, vai doer seriamente nos estoques e no futuro do País. Por esses motivos, gostaria de enfatizar a importância do registro de V. Ex<sup>a</sup>. Não podemos argumentar que é preciso aumentar os preços dos alimentos. O que temos que fazer é estabelecer situações pelas quais a agricultura se torne uma atividade economicamente rentável. A forma

pela qual o Governo pode participar é por intermédio do subsídio, do apoio financeiro, que abre perspectivas para aumentar a produção, não somente aumentando a produção, mas também garantindo rentabilidade para quem produz e vende produtos agrícolas. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que seu pronunciamento é da maior importância. É estrategicamente decisivo, pois este é o momento em que o plano de safras está sendo aplicado e, caso fracasse mais uma vez, podemos caminhar para uma situação – aí sim, Senador Iris Rezende – desastrosa.

**O SR. IRIS REZENDE** – Muito obrigado, Senador José Fogaça, pelo brilhante aparte que V. Ex<sup>a</sup> nos deu nesta tarde, o que nos torna ainda mais seguros em relação a esse pronunciamento, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> representa um estado que, ao longo dos séculos, tem respondido em grande parte pela produção de alimentos deste País.

O Estado do Rio Grande do Sul tem uma importância muito especial, assim como todos os estados do Sul, na produção de alimentos. É uma região que conseguiu alcançar, primeiramente, a tecnologia na produção de alimentos, até mais sofisticada e que tem ajudado a difundir essa tecnologia Brasil afora. Basta dizer que hoje milhares de gaúchos, de paranaenses e de catarinenses se acham espalhados pelo nosso Centro-Oeste, ajudando-nos a desenvolver a agricultura, que já alcança uma produtividade razoável e, por que não dizer, em alguns casos, uma produtividade superior à de outras regiões tradicionalmente produtoras do País.

É necessário que todos nós, como V. Ex<sup>a</sup>, gritemos sem parar, até que as autoridades da área econômica do Governo se sensibilizem, até que entendam que a agricultura merece, no contexto da nossa economia, um tratamento muito especial, não de favor mas de justiça.

Repito o que já disse aqui certa vez: a agricultura não é uma atividade fácil. Ela exige muito. Exige até sacrifícios. Se fosse fácil, a zona rural estaria cheia de gente e as cidades, vazias. Há pouco mais de 50 anos, 80% da população brasileira vivia na zona rural. Hoje, 82% de nossa população está nas cidades e apenas 18% na zona rural. Em poucos anos, a situação inverteu-se, o que vêm demonstrar que as autoridades, ao longo dos anos, têm errado em sua política para a agricultura.

É interessante salientar que até há algum tempo nós tivemos estoques de alimentos para sustentar a política de estabilização econômica. Num determinado momento passou o País a importar. Até quando encontraremos lá fora alimentos suficientes para abastecer o Brasil?

O Senador Osmar Dias é testemunha do que ocorreu com o trigo. Em dois anos, em 1987 e 1988, nós conseguimos elevar a nossa produção de trigo de 1,8 milhão para 6 milhões de toneladas, quase tomando o Brasil auto-suficiente na produção de trigo. Encontramos resistência, naquela época, da área econômica, que alegava que o nosso trigo custava muito caro. O que aconteceu? Com a importação, os produtores de trigo foram sacrificados, tiveram que reduzir sua produção. E hoje está o Brasil pagando o olho da cara pelo trigo que compra. Se naquela época nós o adquiríamos por US\$130,00 ou US\$140,00 dólares a tonelada, hoje estamos pagando pelo trigo mais de US\$300,00 a tonelada.

**O Sr. Carlos Bezerra** – Senador Iris Rezende, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. IRIS REZENDE** – Concedo-lhe o aparte com muita satisfação e muita honra, Senador Carlos Bezerra.

**O Sr. Carlos Bezerra** – Senador Iris Rezende, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento de profunda importância para o País. V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade para falar sobre esse assunto, pois foi o Ministro da Agricultura que colheu a maior safra agrícola de toda a história brasileira. Mas, infelizmente, Senador Iris Rezende, no jogo do poder a agricultura está mal posicionada. Não tem a força dos banqueiros ou das grandes empresas. Por isso, está penando. Está praticamente falida, por conta dos planos de Governo: o Plano Collor e agora o Plano Real, que atingiu a agricultura em cheio. Veio a securitização, que é um paliativo, pois não equacionou o problema de toda a agricultura. Existem os bolsões falidos, como é o caso dos arrozeiros do Rio Grande do Sul, dos produtores do Mato Grosso, que, por sinal, têm um perfil diferente dos do Sul do Brasil. Mas neste País toma-se uma medida só para todo o País, como se o País fosse igual. Não é! As regiões são diferentes. O tamanho da propriedade da nossa região é diferente do de Santa Catarina, do Paraná ou do Rio Grande do Sul. E a decisão política não acontece. E os agricultores estão sofrendo. Hoje no meu estado 80% dos produtores estão comprometidos. Não conseguem financiamento, não conseguem nada, porque não tiveram como acertar suas contas. Portanto, Senador Iris Rezende, é urgente, é extremamente importante que se encontre uma solução definitiva para o problema da agricultura brasileira. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do seu pronunciamento. Todos nós devemos engajarnos nessa luta para convencer o Governo Federal a encontrar uma solução definitiva para a agricultura

brasileira. É preciso não apenas solucionar os problemas que apontei aqui. No País, deve haver uma política agrícola definitiva. O agricultor deve saber o que fazer hoje e amanhã. O agricultor não pode ficar ao sabor do vento. A cada dia, toca-se uma música diferente, e o agricultor acaba "entrando no samba", como ocorreu nos planos econômicos passados. Coloca-se a perder toda uma vida de trabalho, de sacrifício e de luta por conta de políticas econômicas fracassadas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. IRIS REZENDE** – Ilustre Senador Carlos Bezerra, sou eu quem lhe agradece o aparte. V. Ex<sup>a</sup>, como ex-Governador do Estado do Mato Grosso, ex-Prefeito da importante cidade de Rondonópolis e hoje Senador da República, vive diuturnamente o problema de milhares de produtores daquele estado, que, como os do nosso estado, sofrem as consequências de políticas econômicas que os arrasa selvagemmente.

O impacto sobre a agricultura de cada plano econômico que se institui neste País tem sido inaceitável, trazendo consequências irremediáveis.

Temos em V. Ex<sup>a</sup> aquele parceiro de primeira linha nesta luta, porque todos sabemos que, com a agricultura consolidada neste País, não teremos dúvida quanto ao sucesso do nosso futuro.

Também queremos dizer que a agricultura não resiste mais a essas medidas paliativas. V. Ex<sup>a</sup> se referiu à securitização. A securitização não vai resolver o problema. No dia em que vencerem as prestações, o pequeno proprietário vai ficar sem a propriedade. Aí não serão mais 50 ou 100 mil sem-terras a ameaçar com a invasão de propriedades neste País. Outros tantos mil estarão engrossando essas fileiras. O que ocorre hoje no campo é que todo aquele que foi alcançado pelo plano de estabilização devendo aos bancos não tem saída, porque o preço dos seus produtos ficou estabilizado ou caiu – na quase totalidade os produtos tiveram os preços reduzidos – e a parte de suas propriedades que podia responder pelo pagamento desses débitos hoje vale 1/3 do que valia há dois anos.

Por exemplo, aquele proprietário de mil hectares de terra, que antes seria capaz de cumprir seus compromissos com a venda de duzentos hectares, hoje tem que vender a propriedade inteira, e não consegue saldar os seus débitos. Esta, a realidade que nos faz a cada momento mais preocupados.

**O Sr. Totó Cavalcante** – Senador Iris Rezende, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. IRIS REZENDE** – Com muita honra, concedo o aparte ao Sr. Senador Totó Cavalcante.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Senador Iris Rezende, a Presidência deseja informar a V. Exª que, em que pesem a merecida atenção e a vontade dos Srs. Senadores em apartear o pronunciamento de V. Exª, dada mesmo a relevância do tema que V. Exª traz, está encerrado o tempo destinado ao discurso de V. Exª.

Assim, pediria que houvesse a oitiva apenas desses dois apartes já solicitados, que, encareço, sejam breves, em atenção, repito, à relevância do pronunciamento do Senador Iris Rezende.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, agradecemos a observação de V. Exª e concedemos os apartes ao Senador Totó Cavalcante e, posteriormente, ao Senador Pedro Simon, após o que prometemos concluir o nosso pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Devo dizer que V. Exª, na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é bem mais severo do que eu, na Presidência eventual dos trabalhos deste Plenário.

**O SR. IRIS REZENDE** – Eu, faça-se justiça, não estou insurgindo-me contra a posição de V. Exª.

Concedo, pois, o aparte ao Senador Totó Cavalcante.

**O Sr. Totó Cavalcante** – Com a aquiescência do ilustre Presidente da Mesa pela tolerância em relação ao tempo, quero dizer, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, que este é um momento sério para o País. Os sem-terra de hoje talvez sejam os "com-terra" de ontem. Esse é um tema que, aliás, tanto o partido de V. Exª discute. Entendo, com a permissão de V. Exª, Senador Iris Rezende, que um dos discursos mais importantes que ouvi durante a minha temporada nesta Casa foi o de V. Exª. Assim, quero cumprimentá-lo porque o fez, primeiro, por ter suas origens plantadas no campo. Falou com propriedade também porque, como Ministro, nos tempos duros de uma transição política, quando se fazia uma Constituinte e toda a sociedade estava também em convulsão, V. Exª ensinou ao País como se produzia, possibilitando ao povo uma supersafra. Portanto, Ministro Iris Rezende, hoje Senador da República, eu gostaria de dizer a V. Exª que, neste momento em que se fala em real, se reprime um setor de produção com a desculpa de combater a inflação, no meu entender – e acredito que V. Exª também entenda assim –, não se combate inflação fechando um setor de produção, em especial, o setor agrícola deste País. Além de cumprimentá-lo, peço a V. Exª que mostre a este País a receita que, como Ministro, no conflito da transição, V. Exª deu a este País: uma supersafra.

**O SR. IRIS REZENDE** – Agradecemos o aparte de V. Exª, que muito nos honrou, valorizando o nosso pronunciamento nesta tarde e permitindo que ele integre o nosso discurso. Embora há pouco tempo nesta Casa, conhecemos V. Exª há muito. Desde a sua meninice, convivemos com V. Exª e sabemos que traz, na própria carne, a angústia, as apreensões e o sofrimento do homem do campo. Aqui no Senado, V. Exª é, na verdade, uma peça legítima nesse processo de defesa da agricultura em nosso País.

**O Sr. Pedro Simon** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. IRIS REZENDE** – Ouço V. Exª, Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** – Nobre Senador, não há dúvida de que é da maior importância o pronunciamento de V. Exª e também da maior oportunidade. Em Porto Alegre, neste final de semana, as manchetes dos jornais diziam que no Rio Grande do Sul 85% dos agricultores haviam entrado no plano de securitização já haviam recebido o dinheiro e que o total aplicado pelo Governo chegava a cinco milhões. Todo esse dinheiro, que devia ter vindo na época do plantio, é menos do que o Governo deu para o Banco Nacional, é o que o Governo deu para os agricultores, com um ano de atraso, nesse plano de securitização. V. Exª diz bem que o Brasil chegou a produzir seis milhões de toneladas de um trigo um pouco mais caro. Afirmavam que era um trigo um pouco inferior. Com o tempo, a produtividade no Paraná e em outros estados vinha aumentando permanentemente. Quanto à qualidade, não se discute e, como bem disse V. Exª, chegamos aos seis milhões de toneladas para atender ao consumo. Importávamos um milhão e oitocentos mil toneladas. Quando produzimos os seis milhões de toneladas, seria o momento da "festa", de decretarmos um feriado nacional e dizermos: agora, no próximo ano vamos ser auto-suficientes como produtores de trigo. Neste caso, é como afirmou V. Exª. Como o nosso trigo custava US\$150...

**O SR. IRIS REZENDE** – Subsidiado...

**O Sr. Pedro Simon** – ...a US\$150, e o trigo estrangeiro, subsidiado, entrava a US\$90, boicotavam-no. O termo é este. A orientação do Governo era a de não plantar trigo. Fui debater com as autoridades para dizer-lhes que não estava entendendo e responderam-me: "É devido à globalização do mundo". Só ser formos idiotas para plantarmos trigo, cujo custo será de US\$150 a tonelada, se podemos importá-lo a US\$80! O Governo orientou, estimulou e boicotou quem quisesse plantar o produto. A ordem era a de não plantar trigo. E foram vitoriosos! Como

diz V. Ex<sup>a</sup>, de seis milhões baixamos para menos de dois milhões. E, de um milhão e oitocentos vão importar seis milhões de toneladas, como afirmou V. Ex<sup>a</sup>, a US\$250 a tonelada. Vão pagar US\$100 por tonelada! Preferimos pagar US\$100 a mais por tonelada do trigo estrangeiro a pagar o trigo nacional. Ora, meu querido Senador Iris Rezende, isso é um escândalo, é uma incompetência, uma irresponsabilidade, uma falta de previsão que não existe no mapa! Teria sido mil vezes melhor sermos auto-suficientes na produção de trigo! Tendo pago US\$150, não estaríamos hoje com 8 milhões de trigo, e não teríamos importado uma tonelada. Seria muito melhor pagarmos US\$150 pela nossa tonelada, enquanto o trigo lá fora custasse US\$100, do que o que está acontecendo agora: estamos pagando US\$250 e deixamos de pagar US\$150 para o trigo nacional! O mais importante, meu querido Senador, é que isso parece a coisa mais natural. Não se vê ninguém falar, nem o Ministro, nem o Presidente da República, nem o homem do Banco do Brasil, ninguém fala coisa alguma a respeito. Essa é a política deste Governo. No Rio Grande do Sul, meu bravo, brilhante e extraordinário Ministro Iris Rezende, estão entregando ao Banco do Brasil, 9, 10, 25, 30 hectares, de famílias que trabalharam a vida inteira na terra, de famílias que têm quatro, cinco gerações de trabalho na terra.

Há poucos dias o Presidente José Sarney falava sobre a necessidade de isso ser proibido, pois o Banco do Brasil coloca em seus editais de venda lotes de seis, dez ou doze hectares. O que fez o Presidente do Senado indagar: "Pode ser vendido um hectare menor que o módulo?" Como é que o Banco do Brasil pode vender seis, dez ou doze hectares? Pois estão fazendo isso. E o que está ocorrendo não é um privilégio do Rio Grande do Sul, pois os que lá têm terra, estão perdendo-a. Os sem-terra invadem porque não têm terras. Por outro lado, o Sr. Olacyr de Moraes e outros grandes proprietários querem se desfazer da terra por não ser rentável. Seria importante que o Governo dissesse sobre sua política econômica. Por que o Sr. Olacyr de Moraes, que tem uma propriedade completa e bem moderna – V. Ex<sup>a</sup> e eu estivemos lá –, de grande produtividade, em que todos os seus empregados têm casas, terrenos, e os filhos desses empregados podem estudar, quer desfazer-se daquela propriedade? Este trabalho desenvolvido por Olacyr de Moraes deveria, na minha opinião, servir de modelo a outras propriedades. E esse cidadão quer vender essa propriedade, porque, diz ele, no Brasil não dá para ter terras. Ele prefere ficar com o banco, prefere fazer uma ferrovia e qualquer outra coisa, mas não quer ficar com a terra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Nobre Senador Pedro Simon, seu tempo está esgotado.

**O Sr. Pedro Simon** – Nobre Senador, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento. Mas creio que está na hora de o Presidente Fernando Henrique Cardoso mostrar qual a sua política agrícola para o Brasil.

**O SR. IRIS REZENDE** – Senador Pedro Simon, agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> por seu honroso aparte e peço permissão para fazer minhas as suas palavras. Ao mesmo tempo, gostaria de registrar publicamente o meu reconhecimento pelo excelente trabalho que, em apenas um ano, V. Ex<sup>a</sup> conseguiu realizar no Ministério da Agricultura. V. Ex<sup>a</sup> criou um estrutura da qual me vali e, dando-lhe seqüência, foi possível fazer com que a agricultura brasileira experimentasse dias realmente auspiciosos. V. Ex<sup>a</sup> em apenas um ano, trazendo nos ombros os anseios do gaúcho, dos agricultores do sul, realmente deixou marcada a sua presença no Ministério da Agricultura, pelo sucesso, pela responsabilidade e pelo amor com que defendeu a causa da agricultura.

Sr. Presidente, agradecendo à generosidade da Presidência, vamos encerrar o nosso discurso, conclamando os ilustres Senadores a não se calarem até que o poder público Federal, Estadual e Municipal entenda que da agricultura depende o futuro deste País.

Estamos, na verdade, cansados de presenciar o lançamento de planos e mais planos econômicos, e, em nome do sucesso econômico desses planos, vemos impor-se à agricultura brasileira grandes sacrifícios. E nem sempre esses planos alcançam o sucesso desejado.

Esperamos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso – um homem movido pelo ideal, pelo espírito público, pelo sentimento patriótico –, imponha à sua assessoria econômica a elaboração de uma política de estabilização, que se consolide sem o sacrifício da agricultura, porque não adianta plano econômico consolidado e o povo, no futuro, morrendo de fome.

Assim, Sr. Presidente, esperamos que a agricultura, realmente, seja reconhecida pelas autoridades, porque pela sociedade ela já o é. Para isso, basta que as autoridades interpretem os sentimentos da sociedade urbana oriunda da zona rural, profunda conhecedora das dificuldades rurais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** (PFL-BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último dia 19, a convite do Sr. Ministro da Marinha, Almirante Mário César Rodrigues Souza, um grupo de parlamentares baianos, de diferentes partidos, visitou o II Distrito Naval e as instalações da Base Naval de Aratu. Recebidos no comando – e eu integrava esse grupo –, depois de algumas explicações a respeito do funcionamento geral do comando e de suas atividades, fomos conduzidos até a Base Naval de Aratu.

O Comandante do II Distrito Naval, Vice-Almirante Luiz Fernando Portela Peixoto, fez uma elucidativa exposição sobre as tarefas do comando e particularmente quanto as atividades da Base Naval de Aratu. Nessa exposição, o Vice-Almirante nos elucidou sobre vários assuntos a respeito dos quais evidentemente não tínhamos pormenores, particularmente quanto às funções que o Comando Naval desempenha de patrulhamento da costa e do mar ao longo de toda a parte de jurisdição desse comando. E fez referências esclarecedoras a propósito também do funcionamento em particular da Base Naval de Aratu, ali comandada pelo Capitão de Mar-e-Guerra Paulo Marques de Oliveira.

Pudemos, então, visitar as instalações. Estivemos em um navio de patrulhamento, navio de varredura, e recebemos também uma explicação muito interessante a respeito da função do dique, onde são recolhidos não apenas os navios da Marinha, mas navios de organismos estatais e mesmo de particulares quando precisam de receber revisão.

A singularidade dos trabalhos desse dique é da maior relevância pela ajuda que dá a navios de diferentes origens que estejam necessitando de reparo ou de revisão. Por outro lado, quer na visita quer na exposição feita pelo Comando, tivemos oportunidade de apurar a deficiência do aparelhamento que serve ao II Distrito Naval. Embora todas as instalações bem cuidadas e os navios todos mantidos com rigorosa higiene e em perfeito estado de conservação, não são evidentemente eles o suficiente para que a Marinha de Guerra possa desempenhar suas tarefas numa jurisdição de tão longo alcance.

Esta manifestação é feita não em tom de crítica, mas reveladora da observação. De sorte que o próprio Ministro possa avaliar a necessidade de atender às exigências do II Distrito Naval, amplian-

do-lhe o aparelhamento de maneira que possa atender a suas obrigações em toda extensão de sua jurisdição.

Faço assim este registro não apenas num testemunho de cortesia, mas também como uma observação do que ali vimos e na expectativa de que o II Distrito Naval possa contar com recursos e aparelhamentos maiores para amplamente cumprir suas tarefas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou realmente chocado! Apesar de toda a experiência que adquiri em todos esses anos no trato com o angustiante problema das drogas, não consigo reter minha indignação diante do que está acontecendo na terra de onde venho, como uma amostra do que se passa por este nosso Brasil afora.

Graças ao diligente e dedicado trabalho de um pugilo de pesquisadores da Escola Paulista de Medicina, integrante da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, e do Hospital Geral de Taipas, estabelecimento pertencente à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, podemos comprovar cientificamente a calamidade em que se transformou o uso do **crack** – a mais perniciosa das drogas do momento – nas camadas mais desafortunadas da população nos últimos três anos.

Os resultados da pesquisa, coordenada pela Uniad – Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, daquela universidade, não deixa margem a dúvidas: estamos frente a frente com uma grande desgraça neste fim de século.

Vários professores, preocupados com o uso do **crack**, foram a campo para verificar o que aconteceu, após dois anos, com os primeiros usuários internados na cidade de São Paulo.

Ao historiar o que fizeram, os pesquisadores lembram que, até o meio da década de oitenta, o uso da cocaína no Brasil era um fenômeno quase que exclusivo de alguns grupos de elite econômica ou social. Com a maior oferta da droga, consequência do aumento da produção pelos países andinos, o Brasil passou a sofrer com o aumento do uso dessa substância.

Na primeira onda de proletarianização da cocaína, predominavam os usos nasal e endovenoso, sendo este último responsável por um grande número de usuários infectados pelo vírus HIV, cuja maioria já atingida pela morte. Não houve no País – ressaltam

os pesquisadores – uma política de prevenção capaz de evitar tais mortes desnecessárias. A Inglaterra, por exemplo, que adotou políticas preventivas contra a AIDS desde o começo dos anos 80, evitou essa mortalidade excessiva. Conseqüentemente, o índice de infecção pelo HIV entre usuários de drogas naquele país gira em torno de 1%; no Brasil, esse índice é de 50%.

A pesquisa acentua que, a partir de 1992, começou uma segunda onda de uso de cocaína, com o advento da utilização do **crack**, na cidade de São Paulo. O **crack** é simplesmente a cocaína fumada. Não se trata, portanto, de uma nova droga, mas, sim, de uma nova forma de uso de cocaína.

Informações vindas dos Estados Unidos já alertavam sobre os efeitos devastadores dessa forma de uso da cocaína em inúmeros grupos sociais norte-americanos. Sendo o **crack** mais barato que outros tipos de droga e tendo uma absorção mais rápida e mais efetiva, maior até do que a obtida pela aplicação endovenosa de cocaína, ele tem um potencial de dependência muito maior do que qualquer outra droga usada no mundo. Pelo fato de ser estimulante e seu efeito durar somente alguns minutos, o usuário costuma tentar obter uma fonte de abastecimento constante e a qualquer custo. Envolve-se, assim, mais facilmente no tráfico, na criminalidade e em outros tipos de complicações sociais.

Quero fazer apenas um alerta. O que é fumado em larga escala é a pasta, que vem em forma bruta, com várias impurezas; portanto, envenena e mata o usuário com mais rapidez. O **crack** americano é de base livre, **free base**, composto de bicarbonato de sódio, éter, água destilada e cloridrato de cocaína, formando a pedra e os cristais.

Em 1990, somente 17% dos usuários em tratamento no hospital citado eram viciados em **crack**, em 1993, esse número passou para 64%. Atualmente, mais de 90% desses doentes fazem uso de **crack**.

A falta de dados dificulta o planejamento dos serviços destinados a tratar usuários de drogas e faz com que a condição a ser tratada fique envolta em muitos mistérios. Para planejar com mais propriedade esses serviços e compreender melhor o que sucede no meio daquele tipo de população, os pesquisadores foram investigar o que havia acontecido com os primeiros usuários de **crack**, internados no Hospital Geral de Taipas a partir do começo de 1993.

Esse hospital possui uma enfermaria para tratamento específico de problemas relacionados com álcool e drogas. A partir de 1993, houve um expressivo aumento no número de usuários de **crack**, e os

pesquisadores procuraram avaliar os 103 primeiros pacientes internados, em termos de drogas que usavam na primeira internação, complicações sociais e mentais, condições de alta, pacientes recuperados, ainda usando drogas, mortos ou presos.

Ao serem internados, os pacientes eram muito jovens, com média de idade de 23 anos. Na maioria, ou seja 98%, eram do sexo masculino; 73% eram solteiros; 60% eram desempregados e 80% já haviam recebido tratamento anterior.

Eis o resultado: 50 continuavam usando drogas; 29 não usaram drogas no ano de 1995 – portanto, em tese, esses estariam recuperados -, 9 estavam presos, 2 estavam desaparecidos e sem contato com a família, e 13 morreram – 7 por morte violenta, 5 por AIDS e 1 por overdose.

Então, com base nesses dados, verificamos que esse problema causa preocupação e exige do Governo uma política contra o uso de drogas, de prevenção do HIV, além de uma série de outros procedimentos a serem desenvolvidos principalmente junto à população menos favorecida, na qual estão inseridos os menores de rua, com os quais nos preocupamos. Estamos olhando a desgraça em que estão incorrendo essas pessoas com o consumo de drogas, principalmente com o uso do **crack** na forma original, que é a pasta de cocaína com todas as suas impurezas. Se V. Ex<sup>as</sup> observarem, os viciados utilizam sem parar um isqueiro para acender a droga, porque é necessária uma forte combustão para que ela realmente produza a fumaça que eles vão fumar. Isso vai levá-los à desgraça.

Se uma amostra de 103 pacientes drogados nos dá índices tão estarrecedores como esses, se o Governo não tomar providências no sentido de adotar uma política séria de prevenção contra o uso de drogas e de recuperação dos usuários, provavelmente no ano que vem teremos que lamentar esses índices pela ascendência dos seus números.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a Senadora Marina Silva, para uma comunicação inadiável.

**A SRA. MARINA SILVA** (PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, infelizmente, sou obrigada a trazer aqui, novamente, problemas de violência policial ocorridos no Estado do Acre.

Desta vez, trata-se do massacre praticado pela PM do meu Estado, num ato de despejo contra grupos de trabalhadores que estavam ocupando uma área de terra considerada improdutiva, da Fazenda

Bauru. Uma violência desnecessária contra inúmeras pessoas que foram espancadas e arrastadas, mesmo após estarem algemadas. Mulheres, crianças, pessoas idosas, foram desrespeitadas, num ato de barbarismo, de violência, que não pode ser justificado sob qualquer hipótese, até porque perpetrado por aqueles que deveriam ir ao local não para aterrorizar os cidadãos, mas para lhes dar proteção e tentar uma saída para o impasse ali instalado.

Com o mandado de desocupação, assinado pela Juíza Regina Longuini, a Polícia Militar do Acre, fortemente armada, transformou a Fazenda Bauru, no município de Rio Branco, ocupada por trezentas famílias de sem-terra, num verdadeiro campo de batalha. Aquelas famílias ocupavam a área desde maio deste ano. O confronto durou mais de três horas.

No mandado judicial, a juíza alegou que se tratava de área produtiva. Segundo a imprensa local, a fazenda é improdutiva e estava, há muito tempo, abandonada, e não havia nenhuma benfeitoria, o que contraria a alegação da juíza e os arts. 5º, inciso XXIII, e 186 da Constituição Federal.

Barracos foram derrubados, móveis destruídos, homens e mulheres espancados, alguns foram arrastados pelo chão algemados, uma mulher grávida foi espancada a golpes de cassetetes. Cerca de 60 pessoas ficaram feridas e 2 presas. É este o resultado de mais uma liminar concedida para os "donos da terra".

Amanhã estarei encaminhando uma cópia das filmagens, feita pela equipe de reportagem que se encontrava no local e que conseguiu registrar as cenas estarrecedoras, para o Ministério da Justiça e para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a fim de que providências sejam tomadas no sentido de reparar a injustiça e a violência praticadas contra aquelas pessoas.

Esses acontecimentos reforçam, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, três projetos de lei que apresentei a esta Casa, alterando artigos dos Códigos Civil, de Processo Civil e Penal, que versam sobre a questão da posse de imóveis rurais. Em todos os casos, fica patente a preocupação de fazer com que o instrumento legal corresponda às necessidades do tempo presente e explicita a função social da terra. Os três projetos que apresentei baseiam-se no dispositivo constitucional (art. 186) que diz que a terra deve cumprir com os requisitos da função social, ou seja, deve ser explorada adequadamente, dando respostas do ponto de vista social para as necessidades dos cidadãos, respeitando-se as leis ambientais e trabalhistas. Aquelas propriedades que não cumprem com essas determinações constitucionais devem, portanto, ser penalizadas, não sendo mere-

cedoras da proteção do Estado, do Poder Público, nos moldes em que deve acontecer com aquelas que cumprem com a função social da terra.

Não é justo que o Estado desaloje pessoas e as espanquem, utilizando força policial, para dar cobertura a um proprietário que desrespeita as exigências constitucionais no que se refere a esse avanço fantástico da Constituição de 1988.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os esforços que devam aqui ser envidados no sentido de fazer com que a reforma agrária possa tornar-se uma realidade em nosso País ainda são pequenos, face ao volume de acontecimentos que têm ocorrido por este Brasil afora, onde pessoas, sem nenhuma esperança e condição de sobrevivência, são tratadas como marginais, para se dar proteção àqueles que, além de não contribuírem com o processo produtivo de geração de emprego e renda, de arrecadação de tributos, funcionam como molas propulsoras da violência e do desrespeito aos direitos humanos, agindo, muitas vezes, articulados com a própria Justiça, que carece — devo dizer —, em muitos casos, de sensibilidade e de respeito pela vida das pessoas.

Um juiz não pode estabelecer, do seu gabinete, que determinadas ações sejam levadas a cabo, sabendo que poderá afetar a vida das pessoas, causando prejuízos irreparáveis, como é o caso de assassinatos. As cenas ocorridas no Município de Rio Branco revelam acontecimentos dessa natureza e deixam a todos estarrecidos.

Sr. Presidente, quero aqui fazer um breve registro de que o Município de Rio Branco tem se esforçado, por intermédio do Prefeito Jorge Viana, em fazer um processo diferente. Em governos passados, tivemos a prática de se construir casas nas cidades, incentivando o êxodo rural, onde as pessoas, sem alternativa de sobrevivência nas florestas, nos seringais e nos projetos de assentamentos, ocupavam essas casas, sobrevivendo de atividades muitas vezes marginais, subempregadas, criando e aumentando o cinturão de miséria. O Prefeito Jorge Viana está tentando fazer algo inverso. Ao invés de estimular o êxodo rural, está identificando famílias na periferia da cidade que vivem em condições de completa miséria, sem emprego, sem condições dignas de moradia e assentando essas famílias próximo à cidade. Temos o exemplo do Pólo Agroflorestal da Prefeitura de Rio Branco que dista 15 quilômetros da cidade e que dispõe de eletrificação rural, escolas, posto de saúde, onde as famílias, de posse de apenas três a quatro hectares de terra, estão conseguindo uma renda familiar de até cinco salários mínimos. É uma concepção diferente de como resolver o pro-

blema de moradia. Para um Estado carente como o nosso, não basta construir casas para que as pessoas saiam da condição anterior, de colônias, de seringais ou dos ribeirinhos, e venham morar nas cidades sem perspectiva de vida. É fundamental que se faça algo que garanta a essas famílias viver com dignidade. É isso que o Prefeito Jorge Viana está fazendo, inclusive com louvor.

Editorial do jornal **O Diário da Amazônia** diz que a Prefeitura de Rio Branco é um exemplo para toda as prefeituras da Amazônia, pelo trabalho de reforma agrária que vem sendo realizado pelo Município. Se as cinco mil prefeituras deste País fizessem o que o Prefeito Jorge Viana vem realizando, com certeza estariam dando uma grande contribuição à reforma agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

Os próximos oradores inscritos são os Senadores Pedro Simon, Romero Jucá e Mauro Miranda.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou apresentando à Mesa, com o número de assinaturas regimental, uma emenda à Constituição que trata da questão da fidelidade partidária.

Sr. Presidente, a razão que me fez apresentar esta emenda foi perceber a confusão que há na cabeça do povo brasileiro quanto aos partidos políticos. Por outro lado, não há momento melhor para que isso seja observado, nas próximas eleições municipais.

Neste Congresso fica claro e evidente o comportamento ideológico dos partidos. Aqui sabemos o que eles pensam quanto à forma de como a sociedade deve se organizar e ser. Na base, essa compreensão é pequena. É inacreditável os tipos de alianças que se produzem em eleições municipais como as que virão. Vemos pelos vários municípios deste País a união de partidos políticos antagônicos, aliados num processo eleitoral. Por exemplo, um candidato a prefeito pelo PFL tem como vice um político do PDT. Outras vezes, um candidato a prefeito do PSB tem um vice até mesmo do PPB, como aconteceu em um município.

Essa confusão que existe neste País contribui para a falta de informação e a conseqüente desigualdade social que existe em nossa Nação. Percebo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que os países mais desenvolvidos do mundo, onde existe um nível de justiça social elevado, como por exemplo os países europeus, os partidos políticos são, às

vezes, mais importantes do que os próprios candidatos. A sociedade, o povo de cada nação dessa sabe o que o partido pensa, o que o partido quer e quando ele vota, o faz escolhendo o partido, porque já sabe o que poderá vir a acontecer no exercício do Governo por aquele partido, independente da pessoa que esteja à frente dele, independente de quem seja o candidato que esteja falando por ele.

Nesses países do mundo avançado, do mundo onde existe acesso à informação, onde as pessoas têm condições de discernir o que é bom e o que é ruim, onde as pessoas votam com mais clareza, com mais percepção, há uma organização partidária forte, consistente, clara. O nível social das pessoas, o nível de justiça social, o nível de igualdade social é diretamente proporcional ao nível de organização partidária desses países.

O Brasil também precisa dar este passo e avançar no sentido de que as pessoas compreendam o que é o partido político, da importância da participação popular em um processo eleitoral e que os partidos não sejam utilizados apenas como máquinas cartoriais de eleger pessoas, como acontece na nossa Pátria hoje. Na grande maioria dos municípios brasileiros, as siglas partidárias nada mais são do que instrumentos cartoriais de eleger pessoas. Às vezes, o partido, em nível nacional, tem uma posição em que um seu candidato a prefeito ou a vereador, em determinado município, é radicalmente contrário a essa posição, mas ele está lá, porque ele não sabe como funciona isso.

Os partidos funcionam, na verdade, razoavelmente, de acordo com os seus programas e propostas políticas e ideológicas aqui no Congresso Nacional. Aqui, já não é completo mas razoável. Há exceções, como por exemplo, o Senador Josaphat Marinho, no PFL, é sempre uma exceção à maneira de pensar do PFL. Eu diria um Roberto Requião, entre outros, são exceções dentro do seu próprio partido, porque às vezes se colocam como representantes e defensores do programa do partido, mas o conjunto do partido age de maneira diferente.

O PFL tem uma postura política que está de acordo com o ideário político dele; o PPB também. O PMDB é algo um pouco indefinido como o PSDB. Eu diria que os Partidos mais ideologicamente formados aqui ou são os de esquerda, o PT, o PSB, o PPS, PCdoB, PCB e num outro nível ideologicamente bastante definido, o PFL e o PPB. Os outros ficam numa dança de uma certa indefinição política.

**O Sr. Totó Cavalcante** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Terei o prazer de lhe conceder o aparte após terminar a idéia.

Essa questão precisa ser definida. Nós, por exemplo, do PSB, fazemos um esforço extraordinário para mostrar às pessoas a importância do sigla partidária. De certa forma, proibimos até a coligação do nosso partido com determinados partidos que pensam de maneira completamente diferente de nós, que querem uma sociedade diferente da que queremos, ou que imaginam que a forma como eles querem seja a melhor. O fato é que procuramos orientar as pessoas para esse processo, e acreditamos que, na medida em que o povo brasileiro se aperceba disso, vamos avançar no processo de buscar a igualdade social, porque as pessoas vão estar mais orientadas, podendo compreender mais as coisas.

A emenda constitucional que apresento na sessão de hoje, com as 27 assinaturas regimentais, prevê que perderá o mandato qualquer cidadão que se eleger por um partido e que o abandonar no meio da carreira, ou qualquer cidadão que se eleger por um partido e que, se o partido democraticamente decidir por uma orientação partidária, votar contrariamente a ela, à semelhança do que acontece nos países do Primeiro Mundo, nos países onde o nível de justiça social é infinitamente maior do que o nosso.

**O Sr. Romero Jucá** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Senador Romero Jucá, ouço primeiro o Senador Totó Cavalcante. Em seguida, ouvirei V. Exª.

**O Sr. Totó Cavalcante** – Senador Ademir Andrade, cumprimento V. Exª quanto à preocupação dessa fidelidade. Por outro lado, quero dizer a V. Exª que o PPB, embora no seu pensamento seja um Partido de direita, lhes falo que venho de uma escola onde Guevara foi o meu guru; onde Fidel Castro era a esperança de uma história na libertação dos povos latino-americanos. Tive oportunidade também de ser preso tantas e tantas vezes pela Revolução, pois fazia parte de movimentos onde as alianças se agregavam junto ao antigo MDB para derrubar o esquema da ARENA. Hoje, entendo que embora o PPB, na sua concepção, seja de homens de extrema direita, podemos analisar que o próprio PSDB, que é um Partido tido como um avanço ideológico através do próprio Presidente da República, que fez aliança com o PFL, onde a cabeça é de uma evolução política e o corpo todo emperrado na extrema direita. Daí por que entendo que é hora de nós brasileiros deixarmos de nos comparar com a evolução dos países do Terceiro Mundo, até porque na política e na nossa formação cultural, temos esse grande choque advindo dos países europeus na sua desco-

berta e, de repente, adaptado de um determinado tempo para cá como escravo dos países americanos, em especial da América do Norte, copiar eternamente modelos políticos. Já é hora de entendermos que o homem e suas idéias estão também acima de qualquer estatuto, pois a sociedade evolui muito mais rápido do que a nossa vontade ou a vontade da agremiação, de acordo com os avanços necessários. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, Senador Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Agradeço a V. Exª, Senador Totó Cavalcante. A sociedade avança para um nível de justiça social – que é o que queremos as pessoas civilizadas, aquelas que têm pelo menos esse sentimento de indignação contra a injustiça dentro de si – onde todos consigam ser felizes e possam viver como cidadãos. Mas essa conquista só se dá na medida em que há consciência política. Em todos os países onde existe consciência política, existe também uma estrutura partidária definida, clara, objetiva, não essa confusão que existe em nosso País.

Conheço e percebo o comportamento e a história de V. Exª, sua maneira de agir dentro do Senado. E posso dizer, do meu pensamento, que V. Exª não combina com o PPB. Pela lógica, pelo seu ideal, se tivéssemos uma posição definida e clara, V. Exª evidentemente não estaria no PPB. Ou estaria no PDT ou no PSDB, em um partido social democrata, nunca no PPB. Precisamos contribuir para que essas coisas se definam, e é isso que estamos tentando fazer com essa emenda.

**O Sr. Romero Jucá** – Senador Ademir Andrade, V. Exª me concede um aparte?

**O Sr. Pedro Simon** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Ouço com prazer o nobre Senador Romero Jucá e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

**O Sr. Romero Jucá** – Senador Ademir Andrade, tive a satisfação de assinar a emenda que V. Exª apresentou ao Plenário, nesta tarde, e gostaria, em rápidas palavras, de fazer um comentário, pois eu a considero de extrema importância. V. Exª tem razão. Não podemos ter no País a política do personalismo, e hoje a política brasileira e também a administração pública brasileira são personalistas. Essa emenda resgata a seriedade e o ideário dos partidos políticos, porque teremos, com a fidelidade partidária, a formação de blocos ideológicos e de posicionamentos claros dos partidos políticos no Brasil, e isso não ocorre hoje. Se observarmos hoje as proposições

dos partidos políticos brasileiros, diríamos que 95% deles têm, no seu ideário, praticamente as mesmas coisas escritas, mas, na verdade, diferem na prática, e os seus membros diferem entre si também na prática política, e isso não pode ser. Creio que a proposta de V. Ex<sup>a</sup> vem resgatar a vida partidária e dar a importância necessária que os partidos políticos devem ter na evolução política e social do nosso País. Felicitoo pela emenda. Quero dizer que não só a assinei como serei um defensor na sua discussão. O meu voto será a favor, porque vejo na fidelidade partidária e no fortalecimento dos partidos políticos o caminho para fortalecer a democracia e a prática política no nosso País.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romero Jucá. Ouço com satisfação o nosso velho companheiro e Líder, Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** – O assunto de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante. Infelizmente, não só pelo horário, mas pelo momento que estamos vivendo, não deve atrair muito a atenção nem do Senado e nem da Câmara. Na minha opinião, nobre Líder, V. Ex<sup>a</sup> está abordando uma das questões mais importantes da História deste País. O fracasso deste País é muito ligado ao fracasso dos seus partidos políticos. O Brasil não tem e nunca teve tradição de partido político. No Império, havia dois partidos de mentirinha, onde o Imperador brincava. O parlamentarismo funcionava relativamente, diga-se de passagem: Os partidos até que eram nacionais, mas não tinham nenhum significado. Na Velha República, não tínhamos nem partidos nacionais. Existiam o Partido Republicano de São Paulo, o Partido Republicano de Minas Gerais, o do Rio Grande do Sul, mas o que realmente funcionava eram as alianças de governadores. Elegia-se o Presidente da República, que costurava acordos com os governadores dos Estados. Era, de modo especial, café com leite, Minas e São Paulo. Assim, eram eleitos os Presidentes da República. Os partidos nacionais só foram existir no Brasil depois da Constituinte de 1946. Havia todas as condições para que esses partidos nascessem de forma correta. Houve, entretanto, apenas um erro: esses partidos surgiram a partir da figura do Dr. Getúlio Vargas. Quem era a favor de Getúlio fazia parte do PSD ou do PTB; quem era contra era da UDN. Os partidos não se fundaram ideologicamente, mas sim em torno do mito de Getúlio Vargas. No PSD e na UDN existiam figuras de esquerda e de direita, pessoas conservadoras e reacionárias. Depois da morte do Dr. Getúlio, com o tempo, os partidos co-

meçaram a ter ideologia. O PSD passou a ser o Partido da estrutura rural, a UDN passou a ser o da elite intelectual da cidade e o PTB o Partido dos trabalhadores. O PDC surgiu nessa linha e, na época, era importante a nível internacional. Mas ocorreu a Revolução, que acabou com tudo, quando os partidos estavam começando a apresentar um conteúdo. Se a Revolução não tivesse acontecido, haveria um bom PTB e um grande PDS. O Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que já existia, estaria com conteúdo; haveria partidos com 40 ou 50 anos de existência, mas todos foram extintos. Restaram apenas dois Partidos: a Arena e o MDB. Na verdade, havia apenas um Partido, a Arena, pois o MDB era de mentirinha e servia para convalidar a existência da Arena. Vivi naquela época. Meu querido Líder, modéstia à parte, um dia haverá de se fazer justiça aos homens que faziam parte do MDB. Transformaram um partido de mentira, que existia para convalidar a Revolução. Naquela época, havia homens autênticos. No início, o MDB era um Partido de mentira, mas, aos poucos, debatemos, lutamos e lhe demos conteúdo, de tal maneira que ele explodiu em 1974 e a Arena foi perdendo poder. Então, resolveram extinguir os dois Partidos por projeto de lei. Eu já era Senador da República e fui o único orador que fez um discurso protestando contra a extinção do MDB. O Sr. José Sarney, à época Presidente da Arena, fez um discurso defendendo a extinção da Arena. No meu discurso, dizia ao Sr. Sarney: "Não vai adiantar. Essa extinção que vocês estão fazendo é de mentira. Estão extinguindo o MDB porque ele está forte demais e estão extinguindo a Arena porque ela está fraca demais. Mas vocês não vão fazer um partido grande, com o mesmo conteúdo, com a mesma gente, com a mesma maneira de ser". A extinção se deu fora de época, meu querido Líder. A tese que eu defendia era de que não podíamos ficar amarrados ao bipartidarismo, tínhamos que fazer o pluripartidarismo. Eu defendia que, convocada a Constituinte e feita a eleição, assumiríamos os nossos mandatos, extinguiríamos os partidos políticos, faríamos a nova Constituição. Depois de elaborada a nova Constituição, iríamos identificar o que V. Ex<sup>a</sup> disse, que o nobre companheiro não se adapta ao PDS. Iríamos então nos conhecer. Dar-se-ia um prazo de seis meses para um grupo de 30 ou 40 parlamentares escolherem os partidos políticos. Muita gente cometeu erros; muita gente, até de esquerda, precipitou-se. O Governo fez de propósito; o Governo extinguiu a Arena e exigiu o esfacelamento partidário da Oposição. E muita gente aceitou que isso tinha que ser feito.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Criou-se o voto vinculado.

**O Sr. Pedro Simon** – Exatamente. E eu era um dos acusados de querer manter o feudo do então MDB. E o que aconteceu? Foi aquela explosão partidária, e hoje estamos com trinta partidos sem nenhum conteúdo e, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo diz, sem nenhum significado. Para desgraça nossa, a maneira como foi eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso confunde ainda mais o quadro. O chique hoje seria a tal da socialdemocracia. Concorde V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Exatamente.

**O Sr. Pedro Simon** – A socialdemocracia está na moda no mundo inteiro. Contudo, o que fez o Senhor Fernando Henrique? Uma aliança com os conservadores e ganhou a eleição. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> vai concordar com o que vou dizer. Se o Brizola, ou o Lula, ou o Maluf, ou o Quéricia fosse o Presidente da República, hoje estaríamos já fazendo um grande partido socialdemocrata, que reuniria a maioria no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Peço ao Sr. Ademir Andrade que conclua o seu pronunciamento.

**O Sr. Pedro Simon** – Para formar-se esse partido, teríamos que estar na Oposição. Com a socialdemocracia no Governo e o Senhor Fernando Henrique aliado com a direita, não é possível. Tem razão V. Ex<sup>a</sup>. Eu também assinei a sua proposta, mas será um momento trágico, difícil, dramático este que estaremos vivendo. Não sei quando poderemos, efetivamente, fazer o que V. Ex<sup>a</sup> quer. E este o caminho: o mandato é do partido, não é do cidadão; quem entra no partido não pode sair; se sair, entrega o mandato. Partidos pode haver. Muitos pensam que, nos Estados Unidos, só existem o Partido Democrata e o Partido Republicano. Não! Há o Partido Comunista, o Socialista. Há dezenas de partidos, porém é necessário um **quorum** para que esses partidos possam eleger. Fazendo isso, teremos partidos políticos, e, tendo partidos políticos, V. Ex<sup>a</sup> está com a razão, este País entrará numa era de maior seriedade.

**O Sr. Romeu Tuma** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Senador Ademir Andrade, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Sr. Presidente, peço só um minuto para ouvir o Senador Romeu Tuma. Antes, porém, quero elogiar a capacidade do Senador Pedro Simon de resumir a história de maneira tão clara, tão real em tão pouco tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – A Presidência lhe concede o tempo solicitado.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Concedo o aparte, com grande satisfação, ao Senador Romeu Tuma por um minuto e encerrarei, em seguida, o meu pronunciamento.

**O SR. ROMEU TUMA** – Nobre Senador, em primeiro lugar quero concordar com as referências feitas ao Senador Pedro Simon. V. Ex<sup>a</sup> o chamou de velho líder. Eu diria: velho no conhecimento histórico que aqui demonstrou com o seu aparte, mas jovem na coragem dos bons combates. Senador Ademir Andrade, assinei o projeto com muita tranqüilidade. Fui vítima da Liderança de um Partido que simplesmente o usa para seus interesses pessoais. Formulo uma questão que eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> considerasse no seu projeto, durante os debates que, tenho certeza, faremos neste plenário, como disseram os Senadores Romero Jucá e Pedro Simon. Como serão fiscalizadas as direções partidárias, a fim de que respeitem os programas objetivos do partido, as cartas de princípio e tudo aquilo que dá substância ao partido político para representar um segmento da sociedade? Deve haver um tribunal de ética ou algo que possa, realmente, evitar o afastamento do membro do partido porque ele não concorda com algo que foge da norma de comportamento estabelecida na carta de princípios. Como evitaremos isso? Como evitaremos que a fidelidade partidária seja sempre invocada para prejudicar alguém que está de acordo com o comportamento e as regras exigidas pelas cartas dos partidos? Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, direi que teremos de discutir isso. Sabemos que, por exemplo, no Paraguai, país conturbado politicamente, o Partido Colorado\* tem um século de existência e nunca foi extinto, nem mesmo durante as revoluções. Portanto, é oportuníssimo que se discuta isso. Há pouco falava com alguns líderes, como o Presidente José Sarney e o Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre as leis eleitorais, que trarão uma dificuldade muito grande aos candidatos, porque a transparência exigida pela legislação não compromete o partido, mas o candidato. Essa ética que deveria gerir os partidos com relação à fidelidade partidária deveria também gerir as campanhas eleitorais. Não precisaria mais da Justiça ou de uma fiscalização externa. Os partidos, sim, teriam condições morais de se autogerirem e autofiscalizarem. Agradeço e parabeno V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Sr. Presidente, finalizo. Agradeço ao nobre Senador e esclareço que a questão do partido é algo concenente ao aperfei-



çoamento do processo de aprendizado. É evidente que se alguém forma um partido e sai a reivindicar filiados, sem que esses saibam o que está sendo discutido, esse partido passa a ser o partido de um "cacique", de alguém que tem uma direção e que manipula as pessoas como quer. Não é o que desejamos.

O nosso Partido, quando filia alguém, discute o seu programa, chama os filiados para reuniões, onde as questões são debatidas democraticamente. Os partidos que mais discutem, internamente, são os de esquerda: o PSB, o PT. Por quê? Porque estamos engajados num profundo processo de discussão. De fato, entre nós existe a democracia: a maioria decide e quando isso acontece a minoria tem que acatar. As decisões, porém, são tomadas de maneira democrática e participativa.

Muitas vezes já assistimos a isto acontecer. Eu, que fui Presidente do meu partido por dez anos, digo que quero algo para o meu Estado e, de repente, a base do partido toma uma decisão completamente diferente da minha.

Observem o caso do PT. Esse Partido queria que o PT do Rio de Janeiro apoiasse o Sr. Miro Teixeira em qualquer circunstância, mas a base do PT decidiu lançar um candidato próprio. É dessa maneira que queremos partido: com democracia interna e cada filiado tendo o direito de definir, de participar, de interferir no processo político.

Agradeço os apartes dos eminentes colegas e, passarei a ler, rapidamente, três parágrafos, que dizem o seguinte:

"Art.17 .....

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecerem normas de disciplina partidária.

§ 5º Perderá o mandato aquele que, por atitude ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, salvo se para participar, como fundador, da constituição de novo partido.

§ 6º A perda do mandato, nos casos previstos no parágrafo anterior, será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa."

Espero que a proposta seja discutida e aprovada no Senado, no Congresso Nacional, e que, com

isso, possamos contribuir para o aprendizado político da população brasileira. Essa é a única forma de atingirmos a justiça e a igualdade social em nosso País.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra, para uma comunicação, o Sr. Senador Pedro Simon. V. Exª dispõe de cinco minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho muito apreço e amizade pelo Sr. Ministro Ciro Gomes. S. Exª foi um grande Ministro da Fazenda no Governo Itamar Franco. Assumiu o cargo num momento muito difícil, quando um fato profundamente lamentável atingia o então Ministro da Fazenda. Foi uma decisão corajosa a do Presidente Itamar Franco. Não era o Sr. Ciro Gomes o homem preferido do candidato do Governo. Fernando Henrique Cardoso preferia o atual Ministro da Fazenda, que estava diretamente ligado a ele, pois era Presidente do Banco Central.

Itamar Franco houve por bem escolher o Sr. Ciro Gomes, por quem tenho amizade. Acompanhei seu trabalho como Ministro e após essa nobre missão. O mesmo ocorre atualmente, quando observo seu esforço em implantar suas idéias em vários debates, inclusive, muitas vezes divergindo do seu Partido e do seu Presidente da República em teses importantes e sérias. Porém, neste momento, sou obrigado a vir a esta tribuna falar sobre uma matéria, publicada no jornal **Tribuna do Ceará**, deste dia 24 de julho de 1996, onde esse meu amigo faz uma grave acusação ao ex e futuro Prefeito Juraci Magalhães, pessoa pelo qual tenho a maior estima.

Em primeiro lugar, lamento que a vida nos traga essas situações, porquanto vejamos: quem era Juraci Magalhães? Este fora Vice-Prefeito de Ciro Gomes que, por sua vez, precisou sair para ser Governador do Ceará. Dessa forma, a necessidade de ceder o seu lugar ao seu substituto imediato naquela cidade de Fortaleza que os aponta como grandes administradores nesse período.

Ainda hoje está o novo prefeito de Fortaleza a ser apontado, por todas as pesquisas, como o mais cotado dentre todas as prefeituras das capitais brasileiras.

Diz o querido amigo Ciro Gomes que Juraci Magalhães estaria influenciando o PMDB nesta Casa para que não fosse votada uma emenda à Constituição que permite aos afins serem candidatos.

Por ser mais velho – não sei se o Ciro Gomes já andava de calças curtas -, participei de um céle-

bre debate quando deputado estadual. O Dr. Leonel Brizola, cunhado do Presidente da República, João Goulart, queria ser candidato à presidência da República e lançava o célebre **slogan**: "Cunhado não é parente". Já naquela época, eu defendia a tese de que cunhado é parente. A Constituição brasileira está correta ao estabelecer a inelegibilidade de irmão, cunhado, filha ou nora de um presidente da República, de um governador ou coisa que o valha; esses não podem ser candidatos.

Esse é um assunto que defendo e não é de hoje. É uma tese – posso até estar errado – que venho há muito tempo defendendo e defendo agora. A Bancada do PMDB decidiu manter essa tese aqui no Senado. No entanto, no PMDB há quem discorde de mim, quem entende que esse assunto deve ser discutido. Sou contrário a isso; cunhado é parente e não se deve mexer na Constituição.

Há no PMDB quem acredite que isso deve ser discutido. Pode até ser, só que não às vésperas de uma eleição, depois de as convenções já terem sido realizadas, a dois meses da eleição. Seria e é um casuísmo que não ficaria bem.

O prezado Ciro Gomes está equivocado quando diz que nós, do PMDB, atendendo a um pedido do ex-prefeito Juraci, estaríamos fazendo com que essa emenda não fosse votada. Não recebemos – nem eu e ao que eu saiba ninguém do PMDB – nenhum tipo de telefonema. Eu não sabia e nem sei se o Juraci tem ou não algum interesse nessa matéria. O que sei é que o Presidente do antigo PDS, o Senador Esperidião Amin, que apresentou essa matéria, diz que a emenda é dele, mas faz questão de dizer que a apresentou como Presidente de Partido, atendendo a uma solicitação, mas que ele não está entrando no conteúdo, porque esse é da livre consciência de cada um.

O outro ponto, Sr. Presidente: o meu amigo Ciro Gomes haverá de concordar que ele foi um bom prefeito, mas que o Juraci também foi. Quem está lá hoje foi um grande Prefeito.

Foi com orgulho que vi, num congresso, na Turquia, em Istambul, quando se debateu o problema da cidade no mundo inteiro, o grande projeto. Ficamos felizes em Porto Alegre porque o projeto de orçamento participativo da cidade ficou entre os cem melhores, no quadragésimo terceiro lugar. Também ficamos muito felizes quando o projeto de Fortaleza foi o único brasileiro aprovado entre os dez que receberam menção, com prêmio entregue pela Primeira dama, Dona Ruth Cardoso. Entre os dez melhores projetos do mundo inteiro estava um projeto da

Prefeitura de Fortaleza em acordo com o convênio internacional, com uma entidade não-governamental na França.

Sr. Presidente, conheço Juraci Magalhães, acredito que é um homem de bem, simples, brincalhão, alegre, extrovertido, mas o tenho como um homem sério, e é o que todos de Fortaleza e do Ceará me dizem. Sei que também Ciro Gomes é um homem de bem. Penso que divergir é normal, ainda mais que começaram juntos. Têm posições diferentes, o que também é normal. Mas volto a repetir que tenho respeito pelo Ciro Gomes, pois ele poderia estar tranqüilamente batendo palmas a tudo o que está acontecendo. Mas tem coragem de divergir, de debater, de protestar. Tenho respeito também por Juraci. Não é à toa que ele está com mais de 60% nas pesquisas; não é à toa que, quando deixou a Prefeitura, o seu índice de popularidade era alto e também não é à toa que ele indicou o seu Secretário da Fazenda, que, mesmo sem nunca ter feito política, foi eleito e, durante os quatro anos, juntamente com Jarbas Vasconcelos, foi considerado o Prefeito de Capital de maior credibilidade nacional. Não é à toa que agora o Juraci está voltando com todo o prestígio. Há que se respeitar. Na política, podemos divergir.

Fico magoado porque os dois são meus grandes amigos. Tenho respeito, carinho e amizade pelo Ciro Gomes. Não me importa a inimizade entre ele e o Sr. Juraci. Não participo disso, porque minha opinião sobre Ciro Gomes é respeitável, e a recíproca é verdadeira. Tenho também o maior respeito pelo Juraci. Penso que é um grande Prefeito, um homem de bem e que tem o que me parece fundamental.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, concorda comigo, mas, segundo aquela célebre frase de Lincoln, pode-se enganar alguns durante todo tempo ou todos durante algum tempo, mas não se engana todos durante todo o tempo. O Sr. Juraci foi prefeito. Assumiu com um índice de popularidade alto. Indicou o seu Secretário, que ganhou estrondosamente, com índice de popularidade também alto. Agora, ele volta com o índice de popularidade alto. Será que o povo de Fortaleza é incompetente, não tem visão, não enxerga? Então, não há como desrespeitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já está esgotado.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder do PFL, até o término desta sessão.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PFL-RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedi a palavra como Líder do PFL para registrar com satisfação a atuação do Governo Federal e especificamente o resgate de um compromisso do Presidente da República com a região Norte do País, compromisso este gerado na sua campanha para presidente, que é exatamente o asfaltamento da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, cruzando todo o Estado de Roraima e indo até a fronteira com a Venezuela.

Durante a campanha, o Presidente Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se nesse sentido com a Bancada Federal e com os partidos políticos que o apoiavam, especialmente com o PSDB e o PFL; tivemos do Presidente da República, em uma audiência pessoal, o compromisso de que ensinaria essa ação com prioridades: que alocaria recursos para que efetivamente o sonho de pavimentar a BR-174 fosse transformado em realidade.

Venho à tribuna no dia de hoje motivado pelo programa **Palavra do Presidente**, realizado ontem, no dia 23 de julho, que Sua Excelência dedicou a este tema, que é exatamente a pavimentação da BR-174 e das BRs 317 e 425, enfim, das saídas que o Governo Federal vê para a região Norte de nosso Brasil.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, com satisfação, que o Governo Federal já alocou recursos, no ano passado, para a obra. E, este ano, conseguimos colocar na Comissão de Orçamento mais R\$12 milhões para a pavimentação também dessa estrada importantíssima. E que o Governo Federal, com o esforço pessoal do Presidente da República, do Ministro Pedro Malan e do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, conseguiu fechar financiamento com a CAF – Corporação Andina de Fomento – para financiar o restante dos recursos que faltam para o investimento, em torno de US\$150 milhões.

Gostaria de citar aqui uma parte do texto do pronunciamento de ontem do Presidente:

"Em pouco tempo, o preço do transporte da produção agrícola na Região Norte do País vai cair pela metade. E o Brasil vai ficar mais próximo da Bolívia, do Peru e da Venezuela. Isto vai acontecer porque o meu governo está cumprindo uma promessa de campanha: a construção de rodovias e a integração dos sistemas de transporte..."

"...Para corrigir isso, nós estamos concluindo a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista..."

"...O investimento é de 150 milhões de reais..."

Os recursos, junto com a parceria da CAF, serão financiados para que se conclua a obra."

E registro, Sr. Presidente, que, nos próximos dois anos, estaremos com a obra concluída. Quero ressaltar a importância desse investimento e quero reforçar, como disse, o esforço pessoal do Presidente da República, o esforço do PSDB e do PFL.

Gostaria de solicitar que, junto com minhas palavras, fizesse parte de meu pronunciamento a degravação do programa "Palavra do Presidente", programa exclusivo para o rádio, gerado no dia 23 de julho, que coloca, com o posicionamento do Senhor Presidente da República, toda a prioridade que o Governo Federal está dando para asfaltar essa estrada e para cumprir, como disse, um compromisso de campanha que, ao ser realizado, irá mudar para muito melhor a vida dos brasileiros que estão na Amazônia Ocidental. Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

#### **PALAVRA DO PRESIDENTE – PROGRAMA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EXCLUSIVO PARA O RÁDIO**

Em pouco tempo, o preço do transporte da produção agrícola na região Norte do País, vai cair pela metade. E o Brasil vai ficar mais próximo da Bolívia, do Peru e da Venezuela. Isto vai acontecer porque o meu governo está cumprindo uma promessa de campanha: a construção de rodovias e a integração dos sistemas de transporte ou seja, a ligação estradas, ferrovias, hidrovias.

Hoje, grande parte da produção de Manaus é transportada por avião, o que joga os preços lá para cima.

Para corrigir isso, nos estamos concluindo a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista. Em Roraima, e Boa Vista à Venezuela.

O investimento é de 150 milhões de reais e essa é mais uma parceria do governo federal com dois governos estaduais, o do Amazonas e o de Roraima. E mais ainda, é também uma parceria internacional. E que esse projeto da BR-174 está sendo financiado pela Corporação Andina de Fomento, a CAF. É a primeira vez que isso acontece.

A CAF é uma instituição formada por cinco países andinos e mais três que são da região: México, Trinidad e Tobago e Brasil. E eu lutava para que o nosso país fizesse parte dela desde que era ministro da Fazenda.

E por que essa obra é importante? Porque ela vai aumentar o nosso comércio com a Venezuela, um país que produz muito petróleo e que poderá comprar mais produtos brasileiros, inclusive os que são feitos na Zona Franca de Manaus.

Além disso, a BR-174 vai ser a nossa porta de acesso ao Caribe.

Por falar em porta de acesso, também estamos pavimentando as BR-317 e 425, para completar a ligação da região Amazônica com outros dois vizinhos, o Peru e a Bolívia. Com isso, provamos nosso interesse da integração com esses países e abrimos um caminho que, no futuro, pode nos levar até o Oceano Pacífico.

Agora o que vai mesmo impulsionar o desenvolvimento da região Norte é a integração dos transportes que, em breve, deixará de ser simples projeto.

Na hidrovía da Madeira, que liga Porto Velho, em Rondônia, ao porto de Itacoatiara no Amazonas, já estão sendo feitas obras de dragagem, balizamento e sinalização. Quando essa hidrovía estiver pronta, o preço do transporte da produção de grãos da região de Rondônia e do norte do Mato Grosso para o mercado internacional vai cair pela metade. E vai acontecer a mesma coisa com a produção agrícola do norte de Goiás, de Tocantins e do sul do Pará quando outra hidrovía estiver operando: a Tocantins/Araguaia. Numa primeira fase, ela vai chegar até a ferrovia de Carajás, através de uma pequena rodovia, em seguida ao porto de Itaquí, em São Luís e, por fim, ao porto de Barcarena, no Pará.

Isso tudo, mais o que o governo vem fazendo no setor de energia, vai gerar muito desenvolvimento em toda a região Norte. No final de junho passado, o ministro de Minas e Energia Raimundo Brito, participou do lançamento dos editais de licitação para a construção da chamada "Tramo Oeste do Tucuruí". Essa obra vai levar energia elétrica até cidades importantes do Pará como Altamira, Itaituba e Santarém. Hoje, elas são abastecidas por usinas termoeletricas a óleo diesel. A previsão é concluir Tramo Oeste de Tucuruí até o final de 98 e beneficiar 600 mil pessoas.

Outro projeto importante para a região Norte é o de exploração do gás natural de Urucum, que vai resolver o problema de energia da Amazônia.

Bem, acho que deu para você ter uma idéia do que nos estamos fazendo pela região Norte. Estamos construindo a infraestrutura. De um lado, pavimentando as rodovias e preparando a ligação com as hidrovias. E, de outro, ampliando a rede de energia.

Com transporte e energia, o Norte vai desenvolver-se mais rápido e abrir as portas para a integração com países que não são parte do Mercosul.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy)** – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda até as 18h30min.

**O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o povo goiano renova hoje o seu encontro anual entre o passado, o presente e o futuro. O dia 24 de julho é uma das datas mais caras para o calendário cívico do nosso Estado, quando o Governador e todos os serviços públicos do Estado se transferem para a antiga Capital, a histórica e nostálgica Vila Boa, hoje Cidade de Goiás, ou Goiás Velho, como preferem chamá-la carinhosamente os goianos de todas as gerações. É um dia de festa e de reencontro no ambiente rico de tradições e de fatos históricos cantados e consagrados em verso e prosa por Cora Coralina, doceira e poeta, uma das maiores expressões de saudade na cultura do Centro-Oeste.

Em dia de festa não poderiam faltar as inaugurações. E a agenda preparada pelo Governador Maguito Vilela e o prefeito Abner de Castro Curado não poderia ser mais expressiva para o significado da ocasião. Serão inauguradas a Faculdade Cora Coralina e diversas obras de infraestrutura pública no município, na presença do Ministro da Justiça, Nelson Jobim, representante do Presidente Fernando

Henrique Cardoso, que tem vínculos ancestrais com a cidade.

A cidade de Goiás foi o grande palco de luta nos primeiros movimentos pela redenção econômica do Estado. Foi lá que nasceu o maior vulto político de nossa História, o inesquecível Pedro Ludovico. Escolhido interventor no começo dos anos 30, ele fez de Goiás Velho o teatro de operações que mudou a fisionomia econômica e política do Estado, fazendo impor sua liderança inquestionável para buscar e obter o apoio federal na execução de suas grandes obras. A maior delas foi a fundação de Goiânia, inaugurada em 5 de julho de 1942. Mas foi ainda em Goiás Velho que ele recebeu Getúlio Vargas, em agosto de 1940, e fez um discurso histórico em defesa do desenvolvimento do Centro-Oeste.

Costuma-se dizer em Goiás que a História do Estado respira através do casario colonial e dos calçamentos irregulares da Vila Boa. Isso não é apenas uma imagem de retórica regionalista. É lá que estão de fato as raízes da cultura e da história de Goiás, com as terras e as pedrarias revolvidas pelos velhos garimpos e pela passagem dos bandeirantes.

A velha casa 5 do histórico Largo do Rosário ainda guarda as lembranças da primeira Imprensa Oficial do Estado. Ao lado da ponte sobre o Rio Vermelho fica a casa de Cora Coralina, como testemunho vivo de muitas décadas das saudosas tertúlias intelectuais e das serestas. Ainda é nesse ambiente bucólico que as pessoas enchem as calçadas nos finais de tarde, para as conversas sem começo nem fim que não existem na urbe moderna.

A data de hoje é uma homenagem dos goianos ao seu passado. Um passado que está resguardado pelo jeito de ser da velha Vila Boa e pela arquitetura colonial que é mantida como patrimônio histórico.

A transferência simbólica da capital para a antiga sede do Governo do Estado foi introduzida no calendário cívico de Goiás pelo então Governador Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, em 1961. Coube ao Governador Iris Rezende, em 1983, mudar de outubro para julho a data das comemorações, para coincidir com o aniversário de fundação da cidade. O Senado Federal, que também já abrigou Pedro Ludovico e Mauro Borges, pai e filho, como nomes dos mais ilustres da história desta Casa política, não poderia deixar de consignar em seus Anais a homenagem que procuro traduzir com as minhas palavras a nossa querida Vila Boa, Goiás.

É o meu depoimento, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mauro Miranda, o Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, destacou ontem, por ocasião do seminário sobre o Sistema Financeiro Nacional e Internacional do Banco Central, a importância da legislação que regulamentará o art. 192.

Entre outros aspectos, S. Ex<sup>a</sup> ressaltou a importância de se definir claramente os objetivos do Banco Central, sobretudo o de se preservar o poder aquisitivo da moeda nacional.

Esse é o tema da subcomissão que analisa a lei complementar; subcomissão essa que faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos, hoje presidida pelo Senador Vilson Kleinübing e que tem como relator o Senador José Fogaça.

O Senador José Fogaça fez importante proposta, consolidando diversas sugestões, levando em conta aquilo que está sendo apresentado também na Câmara dos Deputados. Sugeriu a todos nós, membros daquela subcomissão, que fizéssemos sugestões.

Encaminhei hoje ao Presidente Vilson Kleinübing, ao Senador José Fogaça e aos demais Senadores sugestões para o projeto de lei que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Quero destacar algumas das sugestões: primeiro, que, exatamente no ponto referido pelo Ministro Pedro Malan, haja, no art. 5º, uma nova redação para o caput: "O BC tem por objetivos principais garantir a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, medido por índices gerais de preços domésticos, e contribuir para o crescimento econômico, a geração de empregos e uma distribuição equitativa da renda, cabendo-lhe..." (o restante do texto continua como está.)

E também no inciso I do art. 5º, a redação seria: "ajustar o volume de meios de pagamento e de crédito às necessidades de preservação da estabilidade monetária com crescimento da economia, do emprego e equidade na distribuição da renda."

Sr. Presidente, não parece adequado enunciar a estabilidade monetária como único objetivo principal do Banco Central, tendo em vista os impactos da política monetária, sobretudo no curto prazo, sobre o

nível de atividade, de emprego e a distribuição da renda. Além disso, a expressão "fortalecimento da moeda nacional" parece imprópria, posto que significa, a rigor, valorização cambial ou deflação (queda no nível geral de preços).

O Estatuto do **Federal Reserve** dos Estados Unidos, por exemplo, estabelece três objetivos: a estabilidade da moeda, a maximização do nível de emprego e taxas de juros de longo prazo moderadas. Em pronunciamento recente sobre a estratégia da política monetária dos EUA, o vice-presidente do **Fed**, Alan Blinder, explicou essa diversidade de objetivos, que podem ser contraditórios em determinadas ocasiões, da seguinte forma:

Nós no **Fed** controlamos um instrumento que influencia o emprego no curto prazo; os americanos se preocupam profundamente com a questão do emprego; logo, é apropriado que o Congresso ordene ao **Fed** que preste atenção ao emprego também. Há quem queira que nós nos dediquemos inteiramente a um único objetivo – o combate à inflação – e esqueçamos totalmente o emprego.

Receio que aqui no Brasil esteja havendo um pouco esta negligência para com o emprego. Continua o vice-presidente:

Para que se faça isso, a lei teria que ser mudada.

Ora, o que eu gostaria era que a lei brasileira dissesse com clareza que o Banco Central tem que ter preocupação com a estabilidade de preços, sim, mas também com o emprego e com a equidade na distribuição da renda.

A questão do emprego no Brasil tem se tornado mais premente. Ainda ontem, a Fundação SEADE e o DIEESE revelaram que, na grande São Paulo, o desemprego atingiu taxa recorde de 16,2% da população economicamente ativa. Isso reforça a necessidade de incluir de forma explícita essa preocupação da reforma do BC. Quanto à questão da distribuição da renda, a sua relevância para o Brasil é muito grande, pois os dois últimos Relatórios do Banco Mundial Sobre o Desenvolvimento do Mundo destacaram o Brasil na liderança da desigualdade, da concentração da renda.

A política monetária pelos seus efeitos sobre os mercados financeiros, a taxa de inflação e o mercado de trabalho afeta inevitavelmente a distribuição de renda. Por exemplo, a adoção de uma política de juros altos por parte do BC beneficia os setores da sociedade portadores de títulos que rendem juros,

ao mesmo tempo em que atinge as pequenas empresas e leva trabalhadores a perderem o emprego. Cabe, assim, incluir expressamente a determinação de que o BC leve em conta a questão da distribuição de renda.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o restante das sugestões na íntegra, ressaltando uma sugestão adicional à referente ao art. 10, em que deve ser incluído um parágrafo único:

É garantida aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal a disponibilização de todas as informações e programas utilizados nos sistemas corporativos dos computadores do Banco Central, bem como seu uso e acesso por todas as formas e meios disponíveis.

Não compreendo, Sr. Presidente, por que o Banco Central, o Sisbacen interrompeu o acesso às informações ali contidas. Qualquer técnico do Banco Central pode ter acesso a essas informações, que Senadores hoje estão sendo impedidos de acessar.

Compromisso já havia sido firmado entre o Banco Central, o Sisbacen, o Prodasen e a Presidência do Senado Federal, mas, por alguma razão, não foi levado a efeito. Solicito à Presidência que verifique, junto ao Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, o motivo.

Gostaria que isso ficasse definido em lei. Os Senadores devem ter acesso pleno e completo a informações. Na era da informática, não precisaríamos estar requerendo informações, mês a mês, para saber como andam as Reservas, a evolução do Balanço de Pagamentos, o Serviço da Dívida. Temos de saber isso de forma direta, rápida, para cumprirmos a nossa atribuição de fiscalizar os atos do Executivo, conforme determina a Constituição.

Peço sejam transcritas, na íntegra, estas sugestões encaminhadas à Subcomissão que analisa o referido projeto.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU PRO- NUNCIAMENTO:**

#### **SUGESTÕES PARA O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO SENADOR JOSÉ FOGAÇA QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Prezados Srs. Senador Wilson Klénubing, Senador José Fogaça e demais Senadores membros do grupo de trabalho incumbido de elaborar projeto de lei complementar sobre o sistema financeiro nacional.

Seguem algumas observações e emendas, de caráter preliminar, sobre o projeto de regulamentação do artigo 192 da Cons-

tituição. Tratei apenas da parte referente à reforma do Banco Central e às suas relações com o resto da economia.

Como se sabe, a reforma do sistema financeiro é um assunto de grande complexidade e amplitude, portanto creio ser mais prudente que não se apresse a discussão sobre o assunto agora em julho. A apresentação destas sugestões preliminares é apenas uma contribuição inicial para um exame cuidados e completo do tema.

Nesta primeira etapa, um aspecto importante é reforçar os mecanismos que impedem ou dificultam a captura do BC por interesses de bancos públicos e privados, introduzindo na reforma do sistema financeiro, como preocupação prioritária, a quebra da relação simbiótica existente entre o BC e o sistema bancário.

#### **1) No artigo 5, sugiro nova redação para o caput:**

"O BC tem por objetivos principais garantir a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, medido por índices gerais de preços domésticos, e contribuir para o crescimento econômico, a geração de empregos e uma distribuição equitativa da renda, cabendo-lhe..." (o resto do texto continua como está).

#### **2) No inciso I do art. 5 a redação seria:**

"ajustar o volume de meios de pagamento e de crédito às necessidades de preservação da estabilidade monetária com crescimento da economia, do emprego e equidade na distribuição da renda;"

#### **Justificativa para as sugestões 1 e 2:**

Não parece adequado enunciar a estabilidade monetária como único objetivo principal do BC, tendo em vista os impactos da política monetária, sobretudo no curto prazo, sobre o nível de atividade, de emprego e a distribuição da renda. Além disso, a expressão "fortalecimento da moeda nacional parece imprópria, posto que significa, a rigor, valorização cambial ou deflação (queda do nível geral de preços).

O estatuto do Federal Reserve dos EUA, por exemplo, estabelece três objetivos: estabilidade monetária, a maximização do nível de emprego e taxas de juro de longo prazo moderadas. Em pronunciamento recente sobre a estratégia da política monetária dos EUA, o vice-presidente do Fed. Alan Blinder, explicou essa diversidade de objetivos, que podem ser contraditórios em determinadas ocasiões, da seguinte forma: "Nós no Fed controlamos um instrumento que influencia o emprego no curto prazo; os americanos se preocupam profundamente com a questão do emprego; logo é apropriado que o Congresso ordene ao Fed que preste atenção ao emprego também. Há quem queira que nós dediquemos inteiramente a um único objetivo – o combate à inflação – e esqueçamos totalmente o emprego. Para que se faça isso, a lei teria que ser mudada."

No Brasil, assim como em outros países, a questão do emprego tem se tomado mais premente, o que reforça a necessidade de incluir de forma explícita essa preocupação na reforma do BC. Quanto à questão da distribuição da renda, a sua relevância no caso do Brasil é muito grande; os dois últimos Relatórios do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento do Mundo colocam o Brasil com o maior índice de concentração da renda dentre todos os países para os quais há dados disponíveis.

A política monetária pelos seus efeitos sobre os mercados financeiros, a taxa de inflação e o mercado de trabalho afeta inevitavelmente a distribuição da renda. Por exemplo, a adoção de uma política de juros altos por parte do BC beneficia os setores da sociedade portadores de títulos que rendem juros, ao mesmo tempo em que atinge as pequenas empresas e leva à perda do emprego de trabalhadores. Cabe, assim, incluir expressamente a determinação de que o BC leve a questão da distribuição de renda.

3) Alinda no art. 5, acrescentar o inciso IX:

"ser o depositário das reservas internacionais do País."

#### Justificação

Essa função de depositário da liquidez internacional do governo está intrinsecamente ligada à de execução da política cambial (mencionada no inciso II desse mesmo artigo 5).

4) No art. 6, inciso XIV de ser acrescentada a passagem:

"... execução da política cambial, no contexto das diretrizes e do regime cambial estabelecido pelo governo."

#### Justificação:

A responsabilidade pelo dia-a-dia da política cambial cabe ao BC, as decisões estratégicas sobre a natureza do regime cambial dentro do qual se executa a política de câmbio devem ser tomadas pelo Governo. Por exemplo, a decisão de estabelecer um regime de câmbio fixo com conversibilidade, dadas as suas repercussões políticas e internacionais, não poderia ser tomada independentemente pelo BC. O mesmo se pode dizer das decisões como estabelecer, revogar ou alterar bandas cambiais, deixar o câmbio flutuar, participar de intervenções coordenadas nos mercados internacionais de câmbio com os BC de outros países etc.

Decisões fundamentais nessa área são sempre do campo de responsabilidade do Governo central. É o que ocorre de uma forma geral, mesmo naqueles países que contam com BC bastante independentes do Executivo. Na Alemanha, por exemplo, os termos em que ocorreu a unificação monetária com a Alemanha Oriental foram estabelecidos pelo Governo Federal contra a opinião do Bundesbank. Mesmo a execução da política cambial teria que ser coordenada com o Executivo, como ocorre nos EUA, por exemplo, onde o FED compartilha com o Tesouro a responsabilidade pela definição do valor do dólar em termos de outras moedas.

5) No art. 6º, o inciso XVII estabelece como privativa do BC uma competência que pode ser compartilhada com outros bancos federais e o próprio Tesouro.

Sugestão: transferir este inciso para o art. 7º, renumerando-o como inciso XII, sem entretanto alterar sua redação.

#### Justificação

Em determinadas circunstâncias pode ser interessante que as operações de natureza compensatória, para financiamento de déficits globais de balanço de pagamentos, sejam realizadas pelo Banco do Brasil ou pelo próprio Governo.

6) No art. 6º, no inciso XVIII suprimir a expressão "por prazo determinado".

#### Justificação

Nem sempre será conveniente que a centralização de câmbio seja decretada por prazo determinado. Em 1987, por exemplo, dado o estágio em que se encontravam as negociações com os credores internacionais, o Governo julgou conveniente centralizar as operações cambiais por prazo indeterminado.

7) Continuando no art. 6º, no inciso XIX, deve ser suprimida a expressão "mediante autorização do Senado Federal" e substituída por "com a obrigação de prestação de contas semestral ao Senado Federal".

#### Justificação

O BC precisa de flexibilidade e confidencialidade na administração diária das reservas internacionais; não seria factível submeter todas as operações no mercado financeiro internacional, de aplicação do caixa em diferentes ativos financeiros e por diferentes prazos, à aprovação do Senado. O que é factível e desejável é que exista uma prestação de contas a posteriori sobre os resultados obtidos pelo BC.

8) Alinda no art. 6º, inciso XXV, § 3º, deve-se corrigir e acrescentar referência à Câmara, proponho o seja acrescentada a seguinte expressão: "... perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara..."

9) Para finalizar as mudanças no art. 6º, inciso XXV, deve ser suprimido o § 5º

#### Justificação

A experiência internacional tem demonstrado que o BC deve ter meios de atuar como prestador de última instância e como organizador de operações de reestruturação de instituições financeiras, de modo a impedir a eclosão de crises financeiras de proporções sistêmicas. O que se deve exigir, e isso não tem ocorrido no caso do Proer, é que o Governo e o BC façam uma prestação de contas, com transparência, sobre a atuação das autoridades monetárias e da fiscalização bancária.

10) No art. 10 deve ser incluído o seguinte parágrafo único:

"É garantida aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal a disponibilização de todas as informações e programas utilizados nos sistemas corporativos dos computadores do Banco Central, bem como seu uso e acesso por todas as formas e meios disponíveis."

#### Justificação

As portas do século XXI, onde a globalização da economia exige rapidez cada vez maior na tomada de decisões, não se justifica que o enorme investimento público em sistemas informatizados, tanto no Banco Central como no Poder Legislativo, não possa ser utilizado pelos senhores Senadores para embasar suas análises. É irracional ainda tenhamos de recorrer a requerimentos escritos para obter informações que banqueiros e técnicos de segundo e terceiro escalões têm acesso on line.

11) No art. 12, § 1º, creio que o mandato de Presidente do BC deve ser de quatro anos, fazendo as modificações correspondentes no mandato do Conselho Deliberativo e tomando os mandatos não-coincidentes com o do Presidente da República.

#### Justificação

Não parece conveniente que o mandato do presidente e dos demais membros do Conselho Deliberativo tenha duração superior ao do mandato do Presidente da República, eleito pelo voto direto. Para limitar a influência do Executivo sobre o BC, bastaria tomar os mandatos do BC não coincidentes com os do Presidente.

12) No art. 13, deve ser acrescentado o seguinte parágrafo:

"Dos membros do Conselho Deliberativo não mais do que seis poderão ter pertencido ao quadro de instituição financeira, pública ou privada, ou de instituição multilateral de financiamento nos dois anos anteriores à sua nomeação."

13) Dar a seguinte redação ao art. 16:

"Nos 36 (trinta e seis) meses posteriores ao término do mandato, bem como no caso de exoneração ou demissão, não poderão, o Presidente do Banco Central do Brasil e os membros do Conselho Deliberativo, prestar serviços nas instituições do sistema financeiro definidas por esta lei complementar, salvo o próprio Banco Central do Brasil, assegurada, nesse período, a percepção integral da remuneração a que faziam jus. Em circunstâncias especiais, esse prazo poderá ser reduzido para 24 meses."

#### Justificação para as sugestões 12 e 13:

Essas alterações têm o sentido de assegurar maior autonomia ao BC em face dos interesses dos bancos e intermediários financeiros em geral. Esse objetivo é particularmente importante



no caso brasileiro, dado que a promiscuidade entre o BC e bancos alcança entre nós proporções graves. Os episódios recentes, e particularmente as imensas fraudes praticadas durante tanto tempo no Banco Nacional, reforçam a necessidade de garantir que o BC atue de acordo com o interesse público, com autonomia e comando sobre o resto do sistema financeiro.

A regra de entrada da sugestão 12 é flexível, pois permite que o Conselho Deliberativo conte com participação significativa de profissionais oriundos do mercado financeiro. Mas impede que pessoas com esse perfil tenham maioria no Conselho.

A regra de saída da sugestão 13 é a que se aplica no Bundesbank.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador José Bonifácio, para uma comunicação inadiável.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO** (PPB-TO. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa uma preocupação que reputo não só minha, mas também dos ilustres pares vindos de Estados longínquos e pobres, como o meu Tocantins.

Trata-se de notícia da extinção da Fundação Nacional de Saúde. Soube que, em seminários e encontros realizados em diversos municípios do meu Estado, a possível extinção da FNS tem sido o centro das discussões. A proposta, que tem como fundamento a descentralização das gestões de saúde, é do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Ocorre, no entanto, que nos seminários e encontros a que me referi, os Secretários Municipais de Saúde do Tocantins, têm se posicionado contrários à proposta.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a Fundação Nacional de Saúde não é um órgão eminentemente de vigilância epidemiológica. Parte integrante da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, a FNS participa da definição da Política Nacional de Saúde nas áreas de epidemiologia e controle de agravos, laboratórios de saúde pública, assistência à saúde do índio e políticas de saneamento básico, pautando seu relacionamento com Estados e Municípios através de cooperação técnica e assistência financeira.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, não tenho a menor dúvida de que o quadro sanitário do País será profundamente agravado caso essa extinção se concretize. A ausência de repasse de tecnologia pela FNS aos Estados e Municípios e a falta de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, notadamente os chamados "Agentes Comunitários de Saúde", serão os fatores preponderantes desse agravamento.

A esse respeito é prudente salientar que, durante o ano de 1994, a Fundação Nacional de Saúde

dispunha de uma força de trabalho da ordem de 54 mil servidores, sendo 46 mil com atuação no campo nos mais variados recantos do País. Esse contingente, entretanto, é insuficiente para atender às diversas atribuições do órgão. A situação agravou-se ainda mais com as políticas de demissão e incentivos à aposentadoria.

Não posso conceber, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, que a promoção da saúde pública seja interrompida ou cometida a outro órgão sem as características da FNS. Sua origem remonta ao ano de 1904, no "Serviço de Profilaxia da Febre Amarela e a Inspetoria de Isolamento e Desinfecção", passando por diversos institutos e serviços até chegar à Sucam e à Fundação SESP, tendo sido a ela legado o controle da febre amarela, a erradicação do *Aedes aegypti* no final da década de 70, a eliminação da malária no litoral brasileiro, a erradicação da varíola, entre outras tarefas.

Ao longo de quase um século, a experiência acumulada pela hoje Fundação Nacional de Saúde fez com que ela se tornasse o órgão de maior penetração rural do País. Não há um só canto do nosso vasto território que não tenha sido visitado por seus agentes. As suas ações de saúde e saneamento têm especial relevo na minha região, com destaque para os serviços prestados ao vale do Amazonas, às rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém, aos projetos Carajás e Jari e ao garimpo Serra Pelada.

No meu Estado, em particular, a importância da FNS é inquestionável. De 1991 a 1994, foi ela responsável pela saúde das populações indígenas, realizando destacado trabalho na região da Ilha do Bananal junto àquelas comunidades.

Vale salientar que a Associação Tocantinense de Municípios, representando todos os Municípios de Tocantins, fez manifesto contra a extinção da Fundação Nacional de Saúde. Esse manifesto foi assinado pelo Dr. Evaldo Borges Rezende, Presidente da ATM – Associação Tocantinense dos Municípios.

Vale lembrar, também, que parlamentares da Região Amazônica, além de ofício ao Senhor Presidente da República, também fizeram um manifesto com o apoio das Bancadas de Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins, Maranhão, Amapá, Roraima e Pará, que mostraram preocupação com a extinção da Fundação Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, abordei somente alguns aspectos no intuito de chamar a atenção para o que considero um grave erro de política pública de saúde: a extinção da FNS. O seu trabalho, sobretudo nas regiões mais distantes, consiste, em sua maioria, no único atendimento de saúde daquelas populações. Privá-los desse atendimento

será condená-los ao total isolamento e fomentar o ressurgimento das mais variadas epidemias.

As Secretarias de Saúde, principalmente as do Sul e do Sudeste, desejam a extinção da Fundação Nacional de Saúde com o intuito de alocar para elas os recursos destinados a esse órgão do Governo Federal, o que para o Norte e o Nordeste será um grave acontecimento que aumentará o sofrimento das populações mais carentes, que não têm condições de sobrevivência sem a assistência do Governo Federal na área da saúde.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora seja considerada uma atividade não oficial da ONU, conforme explicado nesse ofício, é importante que possa o Congresso Nacional acompanhar de perto os trabalhos dessa conferência internacional sobre o problema da prostituição infantil. Trata-se apenas de um registro, Sr. Presidente, porque, obviamente, a Comissão de Relações Exteriores vai examinar o assunto.

Gostaria de solicitar à Mesa que providenciasse a transcrição deste quadro resumo que o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, encaminhou-me hoje, respondendo ao ofício em que solicitei o estudo demonstrativo da perda de arrecadação que poderá ocorrer caso o Congresso Nacional aprove os Projetos de Lei nº 31 e 32, de 1996, de autoria do Presidente José Sarney. A estimativa da Receita Federal, informação que não dispúnhamos no dia da votação, é de que poderá haver uma perda de até R\$3.999 milhões. O Presidente José Sarney hoje contestou essa estimativa.

É muito importante que o Congresso Nacional tenha conhecimento dos dados e estude mais o assunto. Por isso requeiro a transcrição desse quadro, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO**

OF. Nº 172/96

Brasília, 24 de julho de 1996

Ilm.<sup>o</sup> Sr.

Dr. Everardo Maciel

MD. Secretário da Receita Federal

Sr. Secretário,

Conforme entendimento mantido com V. S.<sup>a</sup> gostaria que me fosse remetida cópia do relatório onde, através da análise dos

resultados do IPMF cobrado em 1993, a Secretaria da Receita Federal estimou que cerca de US\$490 bilhões, aproximadamente 34,3% do total dos US\$1,68 trilhão movimentado anualmente pelo sistema financeiro nacional, escapam da tributação. Tenho interesse também em obter o estudo demonstrativo da perda de arrecadação que poderá ocorrer, caso o Congresso Nacional aprove os Projetos de Lei nºs 31 e 32 de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que dispõem sobre o regime tributário e jurídico diferenciados para as micro e pequenas empresas.

Certo de sua atenção, aproveito a oportunidade para renovar-lhe meus protestos de estima e consideração. – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

#### **QUADRO RESUMO Renúncia do Projeto de Lei nº 31/96**

R\$ milhões

Tributo/Contribuição	Ampliação dos limites e das hipóteses de isenções das microempresas	Criação do Regime da Empresa de Pequeno Porte	Total
IRPJ	407	568	975
CSLL	564	213	777
COFINS	1.255	473	1.728
PIS	153	172	325
IPI	96	96	194
Soma	2.475	1.524	3.999

Obs.: A renúncia estimada nesta tabela não inclui:

- a) as isenções propostas no Projeto de Lei para o IOF, Imposto de Importação de Taxas;
- b) depreciação acelerada para máquinas e equipamentos;
- c) redução das contribuições previdenciárias;
- d) a extensão para as EPP do tratamento favorecido na tributação do excedente temporário de receita;
- e) os efeitos indiretos na tributação das pessoas físicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, já esgotamos o tempo da sessão. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> sobre o problema da exploração sexual de menores. O Brasil deve acompanhar de perto a evolução internacional no combate a esse terrível crime.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu expediente do Ministro das Relações Exteriores, através do qual consulta o interesse do Senado em indicar dois observadores parlamentares para integrarem a delegação brasileira destinada a participar do Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, que será realizado em Estocolmo, no período de 27 a 31 de agosto próximo. (Diversos nº 69, de 1996)

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Os Srs. Senadores Gilberto Miranda, Esperidião Amin, Lúcio Alcântara, Jonas Pinheiro, Sebastião Rocha e Carlos Bezerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há poucas semanas, o Presidente da República decidiu tratar os conflitos de Terra, cada vez mais freqüentes e violentos em diversos pontos do País, como assunto de Segurança Nacional. Essencialmente, foi essa a resolução tomada após longa reunião interministerial da Câmara Executiva de Defesa Nacional e Política Externa, à qual os meios de comunicação deram amplo e merecido destaque.

Indubitavelmente, a escalada das invasões de fazendas, as reações dos donos de terras e as intervenções tragicamente desastradas das forças de segurança pública, compõem um quadro explosivo que compromete a paz social, pressuposto basilar da governabilidade democrática.

Neste contexto, podemos nos congratular com o fato de que o Congresso Nacional vem cumprindo seu papel de caixa de ressonância das inquietudes da sociedade com problema de tamanha gravidade e de fórum democrático para a manifestação das correntes de opinião e de interesse em confronto, bem como de canal para o encaminhamento de alternativas não-violentas de solução para esses conflitos. Minha opinião, porém, é de que precisamos-parlamentares e autoridades do Executivo-avançar mais, aprofundar o debate e fortalecer as capacidades de formulação e implementação de providências realmente eficazes a fim de desarmar os espíritos, arrefecer as paixões e caminhar para um cenário que combine os imperativos da justiça social e da eficiência econômica, no marco de uma agricultura moderna e produtiva. A meu ver esse desiderato só poderá ser cumprido dentro de um quadro jurídico de regras estáveis, com respeito à propriedade privada sem prejuízo do reconhecimento da função social da mesma, conforme rezam nossas tradições jurídicas, realçadas pela influência da doutrina social cristã.

O PMDB, que foi o grande ator histórico responsável pela transição pacífica do autoritarismo à democracia, tem uma missão importantíssima e indelegável nesse sentido. Nós, peemedebistas, não podemos, não devemos, nem iremos permitir que radicalismos de parte à parte venham a arranhar o arcabouço de instituições representativas, liberdades civis e direitos políticos e sociais tão duramente conquistados.

A meu ver, não basta declarar que, doravante, os conflitos de terra serão tratados como assunto de Segurança Nacional. Como dizem os cientistas sociais, é preciso "operacionalizar esse conceito". trocá-lo em miúdos, enfim, dar-lhe dimensão, conteúdo

e enfoque práticos. Nunca mais devem as considerações de Segurança Nacional servir de pretexto ao imobilismo, ao facciosismo, à retroalimentação do ciclo vicioso da violência.

Pretendo, nos minutos que me restam, oferecer elementos para um roteiro de reflexão sobre o problema da terra, com vistas a uma superação do impasse atual. Trata-se, é claro, de um quadro de referência aberto às críticas, sugestões e apartes enriquecedores dos nobres colegas.

O paradigma aqui proposto baseia-se no tripé "metas"/ "recursos" / "regras do jogo".

Em primeiro lugar, deve o governo assumir um compromisso claro com as metas de assentamento a serem preenchidas até o final do atual mandato presidencial.

Em segundo lugar, é preciso vincular a essas metas os quantitativos de recursos públicos destinados a financiar a infra-estrutura econômica e social, sem o que as famílias assentadas não serão capazes de adquirir autonomia produtiva. Essas deficiências de recursos desde sempre serviram de pretexto à atuação nociva dos "sem-terra profissionais", que, desprovidos de qualquer amor à gleba conquistada e movidos unicamente pela compulsão de manipular lavradores inocentes com isso auferindo dividendos político-ideológicos, zanzam de acampamento em acampamento para disseminar a agitação e ainda embolsam lucros escusos com o repasse sucessivos de vários lotes.

Permitam-me os nobres colegas lembrar, parenteticamente, que há pouco encaminhei requerimento de informações ao Senhor Ministro Extraordinário da Reforma Agrária, Dr. Raul Jungmann, A FIM DE conhecer a "taxa de rotatividade" média dos assentamentos instalados no País nos últimos 10 anos, para fins de reforma agrária. Minha pergunta é: das famílias camponesas assentadas quantas permaneceram nas glebas distribuídas pelo Incra e quantas abandonaram no referido período?

Ainda a esse respeito, no último dia 30, o deputado Roberto Campos (PPB/RJ), em artigo publicado na Folha de S. Paulo e n/O Globo, deu um testemunho precioso, ainda que melancólico, de sua experiência com principal formulador do Estatuto da Terra do governo Castello Branco, ao qual serviu como ministro do Planejamento. Vale citá-lo textualmente:

"A idéia era eventualmente "terceirizar" a colonização, recrutando-se a cooperação de colonizadores experientes, para gerirem a abertura de terras devolutas cedidas pelo governo. As reformas agrá-

rias bem-sucedidas (sem essa designação) foram as feitas pela Brazil Land, no Norte do Paraná, e a ocupação do Nortão mato-grossense, por pioneiros como Ênio Pepino e Ariosto da Riva. Esses conheciam à distância o verdadeiro agricultor.

"— Só vendo lotes a quem tem cheiro de terra — dizia Ariosto da Riva", lembra Campos.

Como o próprio deputado reconheceu, o grande objetivo estratégico do estatuto, que era criar uma forte, diligente e próspera classe média rural brasileira, acabou frustrado por uma perversa constelação formada pela insensibilidade dos líderes militares que sucederam a Castello Branco, o imobilismo da oligarquia e radicalização ideológica de esquerda. Nossa geração, bem como as dos nossos filhos e netos não nos perdoarão se fracassarmos mais uma vez...

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, cumpre ao governo fixar claramente as "regras do jogo", zelando pelo escrupuloso cumprimento das mesmas. Essas regras sinalizarão o comportamento a ser adotado diante das invasões de terra, com a finalidade de prevenir e esvaziar seu potencial de conflito e violência. Primeiramente, é preciso fechar questão em torno do compromisso de não dividir a terra invadida. O componente didático dessa medida não pode ser subestimado já que a firmeza de propósito do governo, acabará persuadindo os líderes do movimento dos sem-terra a abandonar sua política de fatos consumados. Está mais que na hora de corrigir um erro estratégico de comunicação da política de reforma agrária de sucessivos governos, que, ao anunciarem prioridade da distribuição de terras em áreas de conflito, fomentaram involuntariamente aquilo que o filósofo Alfred Whitehead e o sociólogo Robert Merton denominaram de "profecia que se cumpre a si mesma". Essa prioridade estimulou a proliferação de invasões onde anteriormente inexistia qualquer conflito.

Regras de fiscalização igualmente claras e rigorosas devem ser estabelecida para coibir os repasses e revendas de lotes. Indivíduos e famílias que, beneficiados pela reforma agrária, incorrerem nessas irregularidades deverão ser excluídos de quaisquer futuras distribuições. Mecanismos complementares para evitar alienações indevidas poderão incluir o regime de concessão de uso para os 10 primeiros anos de assentamentos (convertíveis em propriedade plena ao final desse período de ininterrupta ocupação e utilização produtiva do solo) e também a concessão preferencial da titularidade dos lotes a mulheres casadas. É sabido que nos casos de dissolução do matrimônio cabe a elas invariavelmente o encargo de continuar cuidando dos filhos.

Outra providência concernente às regras do jogo consistiria em facilitar o intercâmbio de informações e de treinamento entre o Exército, a Polícia Federal e as PMs estaduais para a formulação e implementação de estratégias e públicas de vigilância e de intervenção que reduzissem o eventual emprego da violência ao mínimo necessário, exorcizando a ameaça de uma escalada incontrolável aos extremos.

Tempos atrás, tive a oportunidade de testemunhar como as forças de segurança da Alemanha lidam com distúrbios de massa. Por ocasião de um jogo entre as seleções inglesa e alemã em Frankfurt, a cidade foi tomada por uma onda dos temíveis hooligans, o que levou ao pânico a imprensa e a opinião pública alemãs, conhecedoras da longa folha corrida de badernas, violências e atentados à propriedade pública e privada promovidos pelos desordeiros ingleses em diversos países da Europa.

O que fizeram os policiais? Formaram uma linha de retaguarda que se deslocava a uma distância discreta acompanhando os bademeiros em sua ruidosa e caótica passeata pelo centro de Frankfurt. Toda vez que um hooligan quebrava uma vitrine danificava um telefone público ou assediava um passante, era imediatamente detido e retirado de circulação. Ou seja: não se praticava uma repressão violenta e indiscriminada. A ação policial era focada exclusivamente em quem promovia uma ofensa efetiva à ordem. Em pouco tempo, essa intervenção eficiente, "econômica" e "limpa" dissuadiu os demais manifestantes.

Parece difícil, quase impossível, mas estou seguro de que policiais brasileiros convenientemente treinados também serão capazes de atingir esse elevado nível de desempenho tático, desde que comandados por oficiais sérios, competentes e maduros e de que a operação se apóie em suficientes elementos de convicção a cargo dos serviços de inteligência e informações. O uso oportuno desses elementos permitirão inclusive antecipar eclosão de tais choques, prevenindo muitos conflitos.

Segundo a FAO e outros organismos internacionais, o Brasil é o país que detém a maior extensão de terras cultiváveis no mundo inteiro. Nossa vocação é a de prover alimentos de boa qualidade a preços acessíveis ao conjunto dos brasileiros e ainda servir de celeiro para o planeta.

Não podemos permitir que essa brilhante perspectiva seja frustrada pela falta de planejamento, pela paralisia decisória e pela falta de idéias para o efetivo combate à violência inspirada no radicalismo de uns e no reacionarismo de outros. Só a supera-

ção dessa dialética sangrenta permitirá que os campos do Brasil produzam a vida, e não a morte.

Muito obrigado!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPBSC)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Semana da Pátria do corrente ano terá para os brasileiros de Santa Catarina um sentido particular e especial. De 4 a 7 de setembro, em Florianópolis, estará acontecendo o Congresso de História e Geografia do Estado, em comemoração ao primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Muito há o que celebrar.

A começar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, os Institutos similares espalhados pelo Brasil afora desempenham um papel de extraordinária relevância para a historiografia nacional. Pode-se dizer, sem receio de se cometer exagero, que essas instituições foram fundamentais para a construção da nacionalidade.

Montando arquivos, selecionando material, examinando e preservando a massa documental, promovendo encontros acadêmico-científicos, publicando textos, os Institutos Históricos e Geográficos produziram uma obra essencial para a compreensão de nossa trajetória histórica.

Por mais que a ciência histórica tenha evoluído e, em nosso século, essa é uma verdade cristalina o fato, "o acontecido" continua sendo sua matéria-prima. Daí a importância e o valor insubstituível das fontes documentais. Como ninguém, os Institutos Históricos e Geográficos souberam fazer esse trabalho de preservação, além de estudos e análises da documentação.

Em Santa Catarina não foi diferente. Em cem anos de profícua existência, nosso Instituto esmerou-se no desempenho de sua missão. Consciente de que memória estiolada é história destruída, cuidou o IHSC de montar um precioso acervo documental e bibliográfico, de modo a orientar os trabalhos de pesquisadores, estudiosos e interessados em geral.

Impossível desvincular o desenvolvimento dos estudos históricos em Santa Catarina da enorme contribuição oferecida pelo Instituto. Se, hoje, cursos superiores de História, de bom nível, formam profissionais na capital e no interior do Estado, a realidade do passado era bem distinta: por décadas e décadas, o trabalho praticamente solitário do Instituto Histórico e Geográfico garantiu a produção de inúmeras obras, indispensáveis ao conhecimento da saga da gente catarinense.

São cem anos fazendo História! São cem anos elucidando dúvidas, abrindo pistas, fazendo do pas-

sado objeto vivo de questionamento, desvelando a rica história de Santa Catarina. Na incessante busca desse conhecimento, soube o Instituto, por meio de tantos e tantos abnegados que por ele passaram em um século de existência, captar os sinais emitidos pelo passado e, com isso, jogar luzes sobre o presente.

Celebrar, pois, o primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina é algo que transcende à simples comemoração. É mais que isso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores: significa, também, uma oportunidade para reafirmar nossa convicção de que, a despeito do exagerado "presentismo" que caracteriza a civilização contemporânea, neste final de século vinte, onde a ânsia pelo novo faz da transitoriedade a única coisa permanente, somos filhos do tempo e integramos um processo que, iniciado muito antes de nós, a nós sobreviverá.

Por tudo isso, somos tributários de uma obra como a do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. O paciente e rigoroso trabalho de seus membros, ao longo de cem anos, em muito nos ajudou na construção de nossa identidade histórico-cultural. Ao fazê-lo, situou-nos no contexto maior da Pátria, sem que nos esquecêssemos de sermos parte da comunidade internacional.

Ao registrar, desta tribuna, a passagem do primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, saúdo a todos que deram à instituição o melhor de sua inteligência e o esforço de seu trabalho intelectual.

Que o IHSC mantenha, sempre, a chama que o tem impulsionado na preservação da memória catarinense.

Que continue sendo a referência obrigatória para a elaboração do conhecimento histórico de nossa terra.

Que permaneça, assim, contribuindo para que compreendamos melhor a própria História que produzimos!

Muito obrigado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a fome e a morte estão na imprensa diária de forma tão marcante, que corremos o risco de ficarmos insensíveis a esse fenômeno. Pela mídia, ficamos sabendo da fome de que são vítimas povos da África, como os de Biafra, de Serra Leoa, de Uganda ou de Ruanda. Somos até solidários e clamamos contra o preconceito racial e a intolerância religiosa, que levam à guerra e esta a milhares de mortos na Bósnia, no Líbano, em Israel ou na Irlanda.

Entre nós, temos conhecimento da fome que assola as populações nordestinas ou das periferias dos grandes centros. Somos até capazes de nos solidarizarmos com campanhas como essa contra a fome. Temos até mesmo a capacidade de nos chocarmos com episódios grotescos, como o de moradores de um lixão que aproveitavam restos humanos para matarem a fome.

Entretanto, Sr. Presidente, estamos cegos e surdos para a fome e a morte que atingem a nossa população indígena. Nem os jornais noticiam, nem a televisão cobre esse assunto. Não temos informações. Logo, para nós, o problema não existe. Ou talvez seja mais fácil nos solidarizarmos com a fome de longínquos povos africanos do que com a de vizinhos povos indígenas.

E é isso que acontece. Salvo algumas exceções como as notícias publicadas na revista IstoÉ de 7-95 e na Folha de S. Paulo de 7-6-96, a fome dos indígenas não é objeto de notícia em nossa imprensa.

Mas a fome existe e é grande entre os povos indígenas. Em levantamento que abrangeu mais da metade das suas terras, constatou-se que, em mais de 80% delas, há fome. Seja essa leve, devido a causas sazonais, como ocorre em pouco menos de 30% das terras, seja mais ostensiva, com fome e carência alimentar, situação existente em mais da metade das comunidades.

Dessa maneira, vê-se que em menos de 20% das terras indígenas pesquisadas não há fome. Na totalidade das comunidades indígenas, a situação não será diferente.

Os dados são de um levantamento do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos INESC, em associação com a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida; com o Projeto Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil, do Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ; e com a Associação Nacional de Apoio ao Índio Bahia, ANAI-BA. Com o nome de Mapa da fome entre os Povos Indígenas no Brasil, o relatório denuncia um aspecto bastante cruel das relações entre os brasileiros ditos civilizados e os povos indígenas.

Essa constatação fica mais evidente quando observamos a longevidade dos índios no Brasil. Mais uma vez, é preciso lembrar o quanto nos estamos recusando diante da expectativa de vida dos povos africanos: 40 anos em Serra Leoa ou 44 anos em Uganda;

Mais, no Brasil, a expectativa de vida dos indígenas não passa de 43 anos. Vinte e quatro anos a

menos que a do brasileiro não-índio, que é de 67 anos. No Vale do Javari, no Amazonas, a "morte severina" dos índios chega aos 24 anos, idade inferior àquela em que morre de velhice ou de emboscada, antes dos 30, o retirante nordestino.

Ao analisar as causas, não se precisa ir muito longe: a terra.

No Nordeste, falta terra para os índios, premiados que foram pela sociedade branca para aldeamentos minúsculos ou para favelas à margem das cidades, como é o caso do povo Kariri-Xokó, em Porto Real do Colégio, Alagoas. Ou o caso dos pataxós, de Porto Seguro, reduzidos a artesãos sem poderem ao menos coletar matéria prima para seus produtos em sua antiga área, hoje transformada em parque nacional.

Também no Sul e Sudeste é a terra que falta para os tupiniquins e para os guaranis do Espírito Santo. No Rio Grande do Sul, são inúmeros os grupos que habitam acampamentos às margens das rodovias, como os guaranis e kaingangues.

No Centro-Oeste, em boa parte das vezes, os índios têm a terra. Mas essa terra ou foi invadida por criadores e fazendeiros, ou foi degradada pela extração da madeira e expulsão da caça. Os rios, por sua vez, foram assoreados pelo desmatamento ou envenenados pelos agrotóxicos das lavouras extensivas. Esse é o caso da maior parte das terras indígenas do Mato Grosso.

Aos índios resta a alternativa da semi-escravidão em fazendas da região, cedendo aos impulsos consumistas por nós transplantados para sua cultura. Ali, os jovens aceitam trabalhar sob condições degradantes para adquirir bicicletas, relógios, rádios e outros equipamentos que lhes causam fascínio. Outra alternativa é a morte, como é o caso dos índios Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, entre os quais se registraram duas centenas de suicídios em dez anos, entre 1986 e 1995. E, também aqui, a falta de terra é apontada como a causa desses suicídios.

No Norte, tanto faltam demarcar e homologar terras indígenas, como falta respeitar os limites dessas terras. Muitas terras não estão identificadas. Muitas das identificadas não foram decretadas: Há decretadas que não foram homologadas, assim como existem homologadas que não são respeitadas. Esse é o caso do Amazonas, de Roraima e de Rondônia, onde garimpeiros invadem as áreas indígenas, na febre do ouro.

Também os fazendeiros, com seus rebanhos, invadem, desmatam e inviabilizam a cultura de sub-

sistência indígena, baseada secularmente na caça, na coleta e na pesca.

Não podemos esquecer os pescadores que, de forma predatória, invadem os lagos, que são as reservas de pesca. Em pouco tempo dizimam os cardumes, tornando inviável a subsistência dos índios ribeirinhos. É curiosa a situação de uma comunidade do Amazonas que se endivida com os regatões, versão ribeirinha dos famosos barracões. Uma vez endividada, adota métodos predatórios de pesca, para obter maiores resultados. Com ameaça à própria sobrevivência no futuro, pescam em grande quantidade e salgam o peixe para melhor conservá-lo até que venha o regatão. A ironia é que o maior motivo de endividamento é ... a compra do sal.

Mas não é nova a fome entre os índios. Tanto que a FUNAI, assim como Organizações Não-Governamentais ligadas à causa indígena, tem buscado contribuir com o chamado desenvolvimento econômico daqueles povos.

Dessa forma, identificam-se casos em que cooperativas foram fundadas, postos da FUNAI foram transformados em sedes de fazendas, máquinas agrícolas foram compradas, reses foram emprestadas para iniciarem criações de gado, comunidades foram financiadas por multinacionais para coletarem plantas de uso farmacológico, madeiras de lei foram vendidas para serrarias, e assim por diante. Muitos foram os "projetos econômicos" a que os índios tiveram acesso. Por que persiste, então, entre os povos indígenas, tanta fome?

A explicação é óbvia para a quase totalidade dos casos: todos os projetos foram fundados na lógica do mercado. De um mercado branco, "civilizado", capitalista, com vistas à acumulação.

Entretanto, a lógica dos indígenas continua coerente a seus princípios ancestrais seculares: são caçadores e coletores. Não são agricultores, não são pecuaristas, não são industriais. O financiamento para as roças comunitárias nos padrões "brancos" é aceito, às vezes, porque vem acompanhado de um subsídio enquanto a colheita não vem. Terminado o subsídio, terminou o interesse. Não há mais o que "colher" daquele projeto. Fim do apoio de uma multinacional para colher uma planta, com a ganância desperta e o consumismo entranhado, os índios vendem suas reservas para inescrupulosos madeireiros. Desonestidade dos indígenas? Não! Outro povo, outra cultura, outra lógica, outro raciocínio, outra razão. Nossos "padrões de mercado" não valem para esses povos. Para eles, mais vale presentear outros quando há sobra, ou festejar quando há abundância do que acumular. Fora disso, o excedente não tem função.

Mesmo com séculos de contato com o "civilizado", como é o caso de alguns povos do litoral, até hoje não houve um aprendizado que levasse o índio a conviver ou sobreviver em contato com o branco sem se anular enquanto povo, enquanto etnia, enquanto cultura. A aculturação prevista na política indigenista significa: "Deixe de ser índio e transforme-se em agricultor, pecuarista, pedreiro, marceneiro. Deixe de perambular e fique quieto numa aldeia."

Já para os povos que foram contatados há poucas décadas, não há espaço para aculturação, apenas para a morte. Seja a morte causada pela fome, seja pelas doenças "brancas", seja pelo alcoolismo, seja pela prostituição, seja pelo extermínio puro e simples, como nos massacres noticiados de Ianomâmis e tikunas, em passado recente.

Aliás, esses massacres a povos recém-contatados são constantes ao longo de nossa história, como nos informa, pelos seus livros, há algumas décadas, nosso ilustre par nesta Casa, o Senador Darcy Ribeiro.

Não há mais espaço, Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, para se tratar o índio da forma como se vem tratando. A Constituição, com as devidas peculiaridades, estabeleceu critérios para uma cidadania indígena. E essa cidadania indígena passa pela demarcação e proteção de suas terras. E, mais que isso, reconhece a pluralidade étnica do povo brasileiro, ao assegurar aos indígenas o direito a uma organização social própria, assim como o direito a seus costumes, línguas, crenças e tradições. E, sobretudo, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Essas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são aquelas por eles habitadas em caráter permanente. São as terras utilizadas para suas atividades produtivas. São as terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar. São, enfim, Sr. Presidente, as terras necessárias à reprodução física e cultural, segundo os usos, costumes e tradições daqueles povos.

E não se venha dizer que tais dispositivos atendem a interesses estrangeiros, ou que profibem a exploração dos recursos minerais ali encontrados. Primeiro porque essas terras são da União. Segundo porque a exploração dos recursos do subsolo é possível, sim, com a autorização do Congresso e, claro, desde que não signifique a depredação dos territórios indígenas a tal ponto que lhes ameace a própria sobrevivência.

Qualquer política que vise à proteção da vida dos índios, que assegure a reprodução física, social



e cultural deles como povo deve levar em conta que eles têm garantida sua presença no futuro desta nação. Pois, apesar de quinhentos anos de políticas danosas, eles não só persistem em se manterem como povo, como, felizmente, podem contribuir para uma exploração mais equilibrada dos recursos naturais, como reclama, nesta virada de século, todo o planeta.

Vários projetos nesse sentido vêm sendo implementados e mantidos por instituições de pesquisa e de apoio à causa indígena. É o caso de Rio das Mortes, em Mato Grosso, onde, com o apoio da EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o Projeto Jaburu busca preservar e aproveitar os recursos naturais do cerrado para o consumo interno dos xavantes. Suprida a necessidade interna, o excedente é exportado.

No Pará, há o Projeto Xicrin, onde, após serem expulsos os madeireiros que exploravam os recursos naturais de maneira predatória, foi implantado um plano de manejo sustentável dos recursos madeireiros. Aliado ao monitoramento da fauna terrestre e aquática e à movimentação da população no território regularizado, esse plano tem assegurado a auto-sustentação daquele povo.

Vê-se que, para funcionarem, efetivamente, os projetos de auto-desenvolvimento sustentado precisam levar em conta a garantia aos povos indígenas de controle sobre seus territórios. São também necessários o controle dos processos produtivos instalados, a valorização do conhecimento nativo sobre o meio ambiente e o respeito às formas de organização social.

O mais importante, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é nos darmos conta de que a fome dos índios é apenas a manifestação mais visível de um processo de destruição de nossos recursos naturais: o desflorestamento, o assoreamento e envenenamento de rios, a extinção de espécies silvestres, enfim, a destruição da maior riqueza, que é a biodiversidade localizada, por exemplo, na floresta amazônica. É essencial ter em mente que preservar as condições de vida com dignidade para os indígenas é também assegurar a nossa própria sobrevivência como nação. É assegurar o nosso futuro como povo. É ter garantida a tão propalada qualidade do meio ambiente.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

**O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o modelo de desenvolvimento agropecuário adotado, a partir da década de 1970, proporcionou ao Brasil um

crescimento significativo da oferta de produtos agrícolas, com importantes excedentes para exportação.

Esse modelo privilegiou um padrão tecnológico com elevado requerimento de capital e de escala de produção, em realidade, elitista e que provocou um processo de concentração da renda e da propriedade da terra, sem paralelo em outros países.

Como consequência, acelerou-se o êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos e às regiões de fronteira agrícola, ampliando a marginalidade social nas metrópoles de destino e a miséria no campo.

Por outro lado, a expansão rápida e muitas vezes desordenada da fronteira agrícola, vem provocando a contaminação de vertentes, cursos d'água e dos solos, pelo uso intensivo de fertilizantes e defensivos químicos, associados a um manejo inadequado da terra e outros recursos nos diferentes ecossistemas naturais.

Ao lado desses sinais evidentes de esgotamento do modelo de desenvolvimento, que se instalou em nosso país, amplia-se a perspectiva de conferir à agricultura de base familiar um papel protagonista no processo de desenvolvimento rural.

Apesar da discriminação sofrida na formulação das políticas públicas, a agricultura familiar mantém a sua importância na economia nacional, como geradora de produtos agropecuários, para o mercado interno e externo, como fonte de emprego a baixo custo e como fator de equilíbrio da dinâmica populacional.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os estabelecimentos agropecuários com menos de cem hectares, cujas áreas somadas correspondem a 21% da área total dos estabelecimentos existentes, respondem por expressiva participação na produção agrícola do país: 87% da mandioca; 79% do feijão; 69% do milho; 66% do algodão; 46% da soja; 37% do arroz e 26% do rebanho bovino.

No que se refere à geração de empregos, dados do IBGE revelam que esta faixa de estabelecimentos com até 100 hectares empregam 84% do pessoal ocupado na agricultura, enquanto os estabelecimentos de mais de 1.000 hectares empregam apenas 2,5%.

Esse panorama vem exigindo a urgente adoção de uma política diferenciada, dirigida ao fortalecimento e expansão do setor familiar de produção na agricultura brasileira. Uma política que privilegie a tecnificação das atividades agropecuárias, de modo a tornar mais eficiente a gestão das unidades de produção, aumentar a produção e produtividade físi-

ca e do trabalho e diminuir os custos de produção e os danos ao meio ambiente.

Uma política, Sr. Presidente, que viabilize a produção agrícola a custos mais baixos, como forma, inclusive, de enfrentar os mercados internacionais, cada vez mais abertos e competitivos.

Em boa hora, o Governo Federal, anuncia a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Inserido no recente pacote de medidas do Plano de Safra 1996/97, esse programa conta com recursos da ordem de R\$ 1,0 bilhão a serem aplicados em financiamentos aos produtores da agricultura familiar, em condições favorecidas.

Paralelamente a essas medidas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, acaba de criar o Banco Nacional da Agricultura Familiar – BNAF.

Essa iniciativa, Sr. Presidente, constitui um sistema inédito de parceria, com o objetivo de assegurar a transferência das tecnologias, serviços e produtos gerados pelo Sistema EMBRAPA e prestar assistência técnica diretamente aos produtores rurais dedicados à agricultura familiar, também em parceria com os órgãos responsáveis pela extensão rural nos municípios.

Sem dúvida, a criação do BNAF vem ao encontro de uma necessidade nacional e do esforço do Governo Federal de fortalecer a agricultura familiar, além de promover uma desejável aproximação entre as instituições de pesquisa agropecuária e extensão rural.

O BNAF, Sr. Presidente, não envolverá operações monetárias junto aos seus usuários, já que as suas "moedas" serão produtos e informações, como sementes e mudas; animais e sêmen; tecnologias de produto: como máquinas, implementos, adubos etc; e tecnologias de processo: como informações, Know-how etc.

Inicialmente, serão implantadas 11 agências-piloto do BNAF em igual número de municípios, distribuídos em 8 estados do nordeste, do centro-oeste e da região sul.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como Parlamentar comprometido com a agricultura brasileira, gostaria de registrar nessa tribuna a criação do Banco Nacional da Agricultura Familiar – BNAF e o meu entusiasmo com essa iniciativa. Estou seguro de que o BNAF trará retornos significativos para os grupos de pequenos produtores usuários do Banco, como também beneficiará os órgãos

governamentais em seus processos de planejamento agropecuário.

Gostaria também de parabenizar a EMBRAPA e a CONTAG pela criação do BNAF, que, sem dúvida, representa uma oportuna, criativa e inovadora iniciativa em favor desse importante segmento dos produtores da agricultura familiar e que merece de todos os Parlamentares desta Casa o reconhecimento e, sobretudo, o integral apoio.

Muito obrigado.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 7 de dezembro de 1995 foi editado o Decreto nº 1.737, que trata basicamente da metodologia de pagamento dos servidores públicos federais à disposição dos ex-Territórios. Até o mês passado o pagamento era realizado através de convênio com o Governo do Estado, que recebia os repasses da União e transferia o dinheiro para a rede bancária.

Esta longa cadeia de intermediação, associada aos prazos do Sistema Nacional de Compensação, provocam atrasos de até 12 dias no pagamento dos funcionários dos ex-Territórios em relação aos demais servidores da União. O Decreto nº 1.737/95, portanto, corrige essa defasagem. No entanto, por muito tempo a Administração Federal, juntamente com o Ministério da Fazenda, não conseguiram operacionalizar este procedimento.

O depósito direto em conta-corrente individualizada do servidor, através do Sistema SIAPE, que ficou conhecido nos ex-Territórios como "folhão", foi finalmente implementado desde o último dia 23 de julho, criando um impacto extremamente positivo entre os servidores, que passam a receber seus vencimentos com maior antecedência e pontualidade.

Alguns ajustes ainda serão necessários para que tudo funcione adequadamente. Neste pagamento, por exemplo, o Banco do Estado do Amapá -- Banap, e o Bradesco tiveram problemas para pagar em dia os funcionários que recebem salários por suas agências. O não cumprimento dos prazos pelo Banap é compreensível, pois ele não está interligado ao sistema bancário **on-line**.

O Bradesco, entretanto, não tem justificativa para não pagar em dia seus correntistas e o Ministério da Fazenda deverá tomar as providências contra o banco, que está com o dinheiro dos funcionários retido, alegando problemas de operacionalização.

Ora, Sr. Presidente, todos os outros bancos das redes pública e privada já realizaram o pagamento. Não é possível que o Bradesco, o maior banco privado do País e um dos pioneiros nos proces-

sos de automação bancária não consiga se ajustar a uma sistemática corriqueira nos quatro cantos do País.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no mundo de hoje, a economia apresenta uma característica marcante e destinada a introduzir profundas modificações na vida das empresas e na história das nações: trata-se da globalização. Essa tendência se manifesta em duas etapas: numa primeira, abrange as nações de uma mesma região ou continente, como acontece hoje com a Comunidade Européia, que congrega os países da Europa, com o Nafta, que reúne países da América do Norte, com o Mercosul, que abrange países da América do Sul.

Essa prática é adotada para que as nações possam crescer e para que possam inserir-se no comércio mundial, com mais força e em condições mais vantajosas. Na Comunidade Européia, por exemplo, existem normas que regem o comércio exterior dos Estados-membros e que criam barreiras de proteção contra qualquer prática de outros países que possa ser prejudicial ao setor produtivo de cada um deles.

Uma segunda fase do processo de globalização volta-se para o comércio entre os blocos regionais. O Mercosul já mantém conversações adiantadas com a Comunidade Européia, com vistas ao estabelecimento de um intercâmbio mais estreito entre si, e com o Nafta já tem um calendário traçado com vistas à integração futura dos dois mercados.

O princípio básico da globalização da economia é o fim das barreiras que regem o comércio entre as nações, de modo a não haver mais fronteiras nas transações de lado a lado.

No mundo empresarial, essa globalização já está bem avançada e consolidada, principalmente nos grandes conglomerados transnacionais que fincam suas fábricas não no local em que está a sede do grupo, mas em países em que a matéria-prima é mais abundante e menos dispendiosa e a mão-de-obra mais barata. Mantendo avançados centros de pesquisa num só lugar, podem repassar a tecnologia às fábricas espalhadas pelo mundo, garantindo, assim, produtos de boa qualidade e com preços vantajosos. Somente com essas armas, estarão aptos a enfrentar com sucesso a grande concorrência que caracteriza o mundo moderno, no qual sobreviverão somente as empresas realmente eficientes.

No que tange à agricultura, os blocos regionais também já cuidaram de criar os mecanismos de pro-

teção às economias dos Estados-membros. Na Europa, por exemplo, desde 1957, quando se assinou o Tratado de Roma, marco inicial do processo de formação da Comunidade Européia, existe uma política agrícola comum, com objetivos bem claros e definidos: manter um padrão de vida aceitável para os produtores agrícolas e, ao mesmo tempo, fornecer à população produtos a preços razoáveis, quando comparados aos vigentes no mercado internacional.

Complementarmente, essa política agrícola tinha outras finalidades, como a criação de um mercado comunitário único, em que os preços entre os Estados-membros seriam comuns; a garantia de que esses países teriam acesso prioritário ao mercado da comunidade, mediante um mecanismo de proteção que, pela aplicação de direitos compensatórios variáveis sobre importações, isolariam os preços aí praticados daqueles vigentes internacionalmente; um mecanismo de subsídios às exportações capaz de assegurar que todo excedente fosse vendido a outros países; por fim, a constituição do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, para que a decisão sobre o financiamento da política agrícola fosse transferida da esfera nacional para o âmbito da Comunidade.

Embora não tenha conseguido produzir alimentos mais baratos, a sistemática de preços decorrentes dessa política comum, em poucos anos, proporcionou um significativo crescimento da produção agrícola da comunidade, ultrapassando em muito a sua capacidade de absorção, o que fez dela um importante supridor do mercado mundial de alimentos.

Como os preços internacionais eram inferiores aos internos, criou-se uma restituição relativa a exportações (export refund), com a finalidade de compensar os produtores por essa defasagem.

Enquanto o mercado mundial de alimentos esteve em expansão, nos anos sessenta e setenta, os excedentes europeus se acomodaram facilmente. A partir, porém, da estagnação verificada nos anos oitenta, o aumento dos excedentes influiu no comércio de tradicionais fornecedores internacionais de alimentos, como Estados Unidos, Austrália e Argentina, o que fez com que esses países, notadamente os Estados Unidos, reagissem com a criação de novos subsídios às exportações, para não perderem os seus mercados.

Não resta dúvida de que o comércio internacional funciona calcado em subsídios e incentivos às exportações. Somente no ano de 1991, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, conhecida pela sigla OCDE, estima que o

montante dos subsídios concedidos pelos países membros aos produtores agrícolas chegou a cerca de cento e setenta e sete bilhões de dólares. Dentre os países desenvolvidos, o Japão é aquele que mais subsídios concede aos seus produtores: sessenta e seis por cento; em segundo lugar, vem a Comunidade Européia com quarenta e nove por cento e, em terceiro, os Estados Unidos, com trinta por cento. Entre Estados Unidos, de um lado, Japão e Comunidade Européia, de outro, uma diferença substancial existe no tocante aos subsídios. Enquanto nos Estados Unidos o ônus desses incentivos recai sobre o contribuinte, no Japão e na Comunidade, o seu peso atinge os consumidores. Nisso reside a causa de terem os alimentos preços mais elevados no Japão e na Comunidade: no Japão eles superam os preços internacionais em cerca de quarenta e seis por cento e, na Comunidade, o acréscimo é de cerca de quarenta e dois por cento.

Em todos esses países, existe como que uma capa de proteção aos produtores locais, de modo que os preços por eles recebidos não oscilem significativamente, ainda que haja uma grande produção, e de forma a garantir-lhes mercado interno e facilidades para exportação.

Assim, há verdadeiras barreiras que países menos influentes no comércio internacional têm que ultrapassar se quiserem vender a eles os seus produtos. Quando exigências já usuais, voltadas principalmente para o preço e a qualidade dos produtos, não surtem efeitos, apela-se para outras tão verídicas quanto inimagináveis como a curvatura ou o tamanho máximo da banana, como ocorre, por exemplo, no caso da exportação desse produto brasileiro para os países da Comunidade Européia, ou para exageradas exigências fitossanitárias, como ocorre com as frutas brasileiras exportadas para o Japão.

Nos dias atuais, a manutenção de subsídios transformou-se no pomo da discórdia que coloca em campos opostos principalmente a Comunidade Européia e os Estados Unidos. Enquanto esse país se empenha em que tenham fim todos os subsídios concedidos aos produtos agrícolas, os países europeus relutam ao máximo em concordar com essa exigência. Como pudemos ver em noticiário recente da televisão, somente a perspectiva de ter de produzir sem subsídios e sem as benesses do poder público deixa os produtores europeus em sobressalto. Na França, por exemplo, agricultores descontentes já invadiram Paris e praticamente a paralisaram com seus tratores e caminhões. Protestos semelhantes acontecem, ao mesmo tempo, em vários outros países.

No âmbito do Mercosul, não existe ainda uma política agrícola comum, à semelhança do que há na Comunidade Européia. Já está em vigor, porém, a não cobrança de tarifas no comércio entre os países que o integram, embora alguns possam incluir produtos agrícolas nas listas de exceção dos produtos com alíquota zero. Dentro de pouco tempo, porém, também essas barreiras tarifárias serão eliminadas, tomando-se totalmente livre as transações entre os países-membros.

Não resta dúvida de que, com a concretização dessa prática, alguns setores produtivos do Brasil poderão enfrentar problemas. Em termos de produção de leite e derivados, por exemplo, a Argentina está bem mais desenvolvida do que o Brasil e consegue produzi-los a um preço quase inimaginável aqui. No setor de frutas, os plantadores de maçã do Sul do Brasil sofrem uma cerrada concorrência também da Argentina, em termos de qualidade e preço.

No comércio internacional, creio que o Brasil perdeu uma oportunidade ímpar de obter vantagens para os produtos nacionais, em geral, e para a agricultura, em particular, quando da recente aprovação da nova lei de patentes. Na prática, o nosso País concordou com que todos os entraves internos contra o reconhecimento de patentes estrangeiras fossem eliminados e nada fez contra as barreiras que os outros países, notadamente os Estados Unidos, impõem aos nossos produtos. Essa era uma oportunidade de ouro para que exigíssemos uma contrapartida à altura das concessões que estávamos abrindo a esses outros países.

De minha parte, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou convencido de que a agricultura não pode ser sólida e eficiente se não contar com algumas facilidades proporcionadas pelos governos. Os riscos a que o setor está sujeito são muito grandes e totalmente imponderáveis, principalmente em se tratando do clima. Aqueles mecanismos reguladores do mercado, tão eficientes em outros países e que permitem uma sensível estabilidade dos preços e uma segura oferta de produtos, tanto na escassez quanto na fartura, precisam ser estabelecidos entre nós.

Além disso, o nosso País, antes de pensar numa política agrícola comum ao Mercosul, precisa se empenhar em ter uma política agrícola nacional que garanta bem-estar ao produtor e que assegure à população alimento abundante e a preço acessível.

A abertura que se processa atualmente em nossa economia tem o grande benefício de fazer com que as nossas empresas sejam mais eficientes para poderem sobreviver num mundo em que a con-

corrência é cada vez mais frenética. Na agricultura, por exemplo, a abertura aos produtos estrangeiros veio mexer fundo com os produtores. A opção que se lhes apresenta, hoje, é bem clara: modernizar-se para se tomarem mais produtivos. Ou adotam práticas mais eficientes e mais baratas, ou terão que encontrar novo ramo de negócios. O que não se pode é parar, pois parar significa retroceder. As nossas empresas de pesquisa são eficientes, os nossos produtores dedicados e determinados a produzir. Da parte do governo, porém, já não acontece o mesmo. E isso ocorre, repito, porque o nosso País ainda não conta com uma política agrícola consistente. No que tange à tecnologia, um setor em que o País estava indo muito bem, os problemas já começam a aparecer e são eles decorrentes unicamente da falta de apoio e de recursos para a progressão de pesquisas e experimentos. No momento atual da economia e no estágio em que se encontra a nossa agricultura, qualquer retrocesso nas pesquisas poderá ser fatal para as aspirações de se transformar em importante supridor mundial de produtos agrícolas.

Dada a importância que o setor agropecuário tem para o País, creio ser chegada a hora de cerrarem fileiras todos os setores que integram o agribusiness nacional – indústria de máquinas, de implementos, de defensivos, de adubos, de transformação, empresas de armazenagem, de comercialização, setores de pesquisa e o próprio Governo – para encontrarem solução para a agricultura brasileira, antes que seja sufocada por produtos importados e o Brasil se transforme de majoritariamente exportador em grande importador até de produtos básicos.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência designa para a sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 10h30min, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

– 1 –

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 713, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 79, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 419, de 1996), que autoriza o Estado de Mato Grosso a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso – LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1996.

– 2 –

##### OFÍCIO Nº S/64, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 714, de 1996)

Ofício nº s/64, de 1996, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão a respeito da solicitação da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier (RS), para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e dezoito centavos, no âmbito do Programa Pró-moradia, destinada a execução de projetos de moradia para população de baixa renda.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 3 –

##### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 718, de 1996)

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1996 (nº 259/95, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos)

– 4 –

##### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 719, de 1996)

Projeto de Lei da Câmara nº 30, De 1996 (nº 1.087/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, tendo

Parecer sob nº 346, de 1996, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**, favorável, com voto em separado, da Senadora Benedita da Silva.

(Dependendo de parecer sobre as emendas de Plenário)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h46min.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR BERNARDO CABRAL, NA SESSÃO DE 19 DE JULHO DE 1996, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DIÁRIO DO SENADO FE-**

**DERAL, DE 20 DE JULHO DE 1996, PÁGINAS 12829 E SEQUINTE:**

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assomo esta tribuna para divulgar a correspondência que recebi, assinada pelo Prefeito Municipal, Presidente da Câmara, Vereadores, Lideranças Municipais, Presidentes de Associações, Diretor de Colégio, Médicos, Padres e demais autoridades do Município de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas, reservando-me o direito de, no final da leitura, emitir a minha opinião pessoal a respeito.

Diz a carta:

"A agonia de um povo chega ao extremo da humilhação. Todos nós, indiscriminadamente, somos tachados de devastadores, invasores e narcotraficantes. Sem meios ou recursos para nos defendermos, ficamos expostos à execração pública do resto do País."

Em outro tópico, diz::

"Aqui em Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga milhares de brasileiros já perderam o direito à dignidade e estão expostos à condição mais aviltante e sórdida da miséria, da fome e da degradação mais repugnante, todos nós, sem exceção benjaminenses, atalaienses e tabatinguenses calamos na falência mais apavorante, sem trabalho, sem renda, sem esperança e até sem direito à própria sobrevivência, pois já existe muita gente sofrendo a amargura e o desespero de não ter um pedaço de pão para matar a fome de seus filhos."

"Parece que ninguém, seja em Manaus ou em Brasília, leva a sério que este problema, que há muito tem sido denunciado por nós, relacionado com a apreensão de toda a madeira produzida na última safra (06/95 a 06/96), pelo IBAMA. É um problema realmente gravíssimo de cuja solução depende a sobrevivência de todo um povo."

"Do jeito que as coisas vão, sem providências, sem nenhuma ação, por parte de autoridades e governo, há, inclusive, a possibilidade, já plausível, de um levante de furor popular, provocando situações irreversíveis. As lideranças locais não estão conseguindo mais atender as necessidades materiais de uma grande multidão de famintos que diariamente procuram os órgãos públicos municipais. Nem se pode prever a

reação de um pai que tem os apetrechos e frutos de seu trabalho apreendidos e se deteriorando às margens dos rios, impedindo que este chefe de família continue a prover o sustento de sua família e sem ter a quem falar ou recorrer."

"A situação é tão caótica, tão crítica, tão deprimente que os Prefeitos de Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga já estão querendo decretar Estado de Calamidade Pública, com a falência e a própria exaustão de toda e qualquer capacidade das Prefeituras de resistir a esta situação de crise. Não existe mais dinheiro, não existe mais emprego e não existe mais nenhum tipo de recurso para fazer frente ao problema."

"Senhor Senador, sem exagero ou exacerbção, este documento nada mais é do que um verdadeiro PEDIDO DE SOCORRO, na esperança de que nosso clamor encontre ressonância, eco ou misericórdia de alguém de dentro do governo no sentido de autorizar a liberação da madeira, que já foi cortada, e madeira cortada, Senhor Senador, é como fruta colhida. Se não for utilizada se estraga e apodrece, e isso é o que está acontecendo com a madeira da safra 95/96, provocando a crise que ora é relatada."

"Nosso comércio está totalmente falido e as escolas estão para fechar, uma vez que os pais dos alunos não têm dinheiro ou condições para manter seus filhos em sala de aula. A água e luz estão sendo cortadas por falta de pagamento e, o que é mais lamentável e preocupante, já encontramos mendigos, menores abandonados e crianças de rua, experiência que nunca tínhamos vivenciado antes. Como consequência desse caos social surgiram em nossas fronteiras a prostituição, a violência e a criminalidade em geral, anteriormente ausentes de nossa sociedade."

"Com a paralisação de todas as serrarias, num total de seis, quatro em Benjamin Constant e duas em Atalaia do Norte – únicas indústrias da região -, a situação piorou dramaticamente, pois o problema deixou de ser só dos madeireiros, que representam sessenta por cento de toda nossa força de trabalho, para ser também dos carvoeiros que sobrevivem, indiretamente, da extração da madeira, como ajuntadores de refugos das serrarias para a produção de carvão e

também de agricultores e pescadores que não têm para quem vender seus produtos."

"Pelo amor de Deus, Senhor Senador, pelo leite que o Senhor bebeu de sua santa mãe, fale, peça, implore, suplique ao Presidente da República, clamando a ele pelo bem e pela vida de todos os nossos filhos, velhos, mulheres e crianças, já que estamos vivendo a desgraça de uma autêntica hecatombe ou de um monstruoso holocausto, pois o tratamento que estamos recebendo neste fim de mundo, onde o Brasil começa, mas logo termina por causa do estado de abandono, de atraso e de subdesenvolvimento, o tratamento que recebemos, é tratamento de choque que só acontece em tempo de guerra."

"Senhor Senador este problema que o próprio governo criou em toda esta região, é tão cruel e tão gritante que disso tudo ele deve extrair uma grande lição de experiência e sabedoria, qual seja, ao invés de só reprimir, de só perseguir, de só multar, de só prender, como fazem seus órgãos aqui instalados. Está na hora de o governo assumir a responsabilidade com o destino desta gente e trazer orientação e alternativas que promovam o desenvolvimento de nosso povo."

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, emocionado – e, neste caso, a emoção é mais do que justificada – dou conhecimento à Casa do teor desse dramático documento. De imediato, extraímos uma preciosa lição. A realidade dos grotões amazonenses não é a realidade vivida pelos gabinetes refrigerados de Brasília. Ela é sofrida, chorosa e dolorida. É feita de suor, de angústias, de muita morte e pouca vida.

De modo algum poderemos nos manter alheios diante desse quadro de convulsão social, sob pena de condenarmos à inanição, pela eutanásia da omissão, uma ordeira e trabalhadora comunidade.

Faço, com a mesma dramaticidade do documento que acabo de ler, um veemente apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que determine as repartições federais envolvidas no lamentável episódio a adoção de medidas urgentes, no sentido de que seja contida esta agressão aos habitantes de Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga.

Muito obrigado.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO  
SENADOR FREITAS NETO NA SESSÃO  
DE 23 DE JULHO DE 1996, QUE SE RE-  
PUBLICA POR Haver SAÍDO COM IN-**

**CORREÇÃO NO DIÁRIO DO SENADO FE-  
DERAL, DE 24 DE JULHO DE 1996, PÁGI-  
NAS 13072 E SEQUINTE:**

**O SR. FREITAS NETO (PFL-PI.** Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, temos manifestado, em diversas oportunidades, nossa extrema preocupação com a situação das rodovias brasileiras. Houve tempo em que a luta dos parlamentares e do eleitorado visava à ampliação da rede rodoviária, de forma a atender novos núcleos populacionais. Hoje a situação inverteu-se. Lutamos apenas para manter o que já temos. A falta de conservação está levando à perda de um patrimônio de bilhões de dólares.

Esse problema se estende a todo o País, conforme mostraram diversos estudos. No entanto, sua gravidade é muito maior em determinadas regiões, em especial no Nordeste. Estudo da Confederação Nacional do Transporte, ao qual já nos referimos, indica que das dez piores rodovias do País, oito cortam terras nordestinas. Quatro delas servem – ou deveriam servir – o Piauí. São as estradas Teresina-Petrolina; Barreiras-Teresina; Salgueiro-Picos; e Picos-Fortaleza.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem acaba de confirmar esse diagnóstico, fornecendo um dado adicional espantoso. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte, 4,7% das rodovias estão em estado ruim ou péssimo, enquanto 88,9% apresentam-se em estado regular. No Piauí, informa o DNER, a proporção de estradas federais em condições ruins ou péssimas eleva-se a 50%.

A população revolta-se contra o descaso. No último final de semana, os produtores rurais do sul do Piauí interromperam por 20 horas a BR-135, na entrada da Cidade de Bom Jesus. Afinal, essa importante rodovia, que liga Teresina à Bahia, e, a partir daí, ao Centro-Sul do País, conta com 460 quilômetros absolutamente intrafegáveis. Esse movimento mereceu ampla cobertura da imprensa do Piauí, notadamente dos jornais **Melo Norte** e **O Dia**, em reportagens cujo texto incorporo a este pronunciamento.

Ao noticiar o protesto, no dia 22 de julho, o **Melo Norte** registra que "a manifestação foi pacífica e contou com o apoio da sociedade, chamando a atenção para o isolamento do sul e as dificuldades impostas ao desenvolvimento da área". Quem, como eu, percorre com frequência o Piauí pode corroborar esse julgamento. Em todos os municípios que visito, ouço a cobrança de providências para sanar essa difícil situação e posso constatar pessoalmente a procedência da reivindicação.



A irritação do povo chegou a tal ponto que os organizadores do protesto já avisam que fecharão a rodovia por tempo indeterminado, caso em trinta dias não se inicie qualquer obra para recuperar a BR-135.

Em editorial intitulado SOS rodovias, o jornal **O Dia** adverte: "o Governo, que tanto fala em modernidade, que se diz preparado para lançar o País no novo milênio, não dá resposta convincente para um problema que estrangula a economia piauiense, inviabiliza negócios, isola municípios e, como demonstrou o episódio do último final de semana, já começa a gerar desespero e determinar atitudes radicais".

A Bancada federal do Piauí tem-se esforçado por resolver essa situação, buscando recursos para fazer frente à deterioração de nossa malha rodoviária. No entanto, seu esforço não tem encontrado resposta por parte do Executivo.

Mostra o **Meio Norte** do dia 23 que o custo total para corrigir as graves deficiências da BR-135 iria a R\$20 milhões. Não se trata de nenhuma despesa astronômica, caso comparada a outros gastos que o

Governo Federal vem fazendo. No entanto, apenas R\$9,5 milhões foram previstos no Orçamento Geral da União para este ano. E, desses recursos, só R\$3 milhões estão disponíveis. Só se poderia mesmo esperar o quadro de devastação que encontramos e que está revoltando a população do Piauí.

Transmito aqui a revolta do meu povo contra essa situação. Pretendo procurar imediatamente as autoridades responsáveis pelo setor para manifestar minha indignação e reclamar providências urgentes. O Piauí necessita de apoio do Governo Federal e não de discriminação, como vem ocorrendo. Sua terra – essa mesma terra cruzada pelas rodovias que necessitam de reparos – apresenta enorme potencial. O desenvolvimento, entretanto, parece longe e está longe justamente em função do descaso que o Estado encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. FREITAS NETO EM SEU DISCURSO:*



## Produtores fecham BR no Sul do Piauí

Manifestação contra a precariedade das estradas no Sul do Estado reuniu a comunidade e provocou um grande engarrafamento na BR-135, na altura de Bom Jesus

Um protesto pacífico de produtores do Sul do Estado interrompeu por 20 horas a BR-135, na entrada da cidade de Bom Jesus. A estrada se encontra em precárias condições, o que prejudica o escoamento da safra. A manifestação começou no início da noite de sá-

bado e terminou no meio da tarde de ontem, depois de provocar um grande engarrafamento na ponte sobre o rio Gurguéia. A BR-135 está completamente destruída em quase 500 quilômetros até a Bahia.

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1996

# Bloqueio congestionava a BR-135

**Produtores da região Sul fazem protesto pacífico contra as más condições da estrada**

**A**s precárias condições das estradas no sul do Estado provocaram gigantesco protesto dos produtores da região, que interromperam por 20 horas a BR-135 na entrada da cidade de Bom Jesus. A manifestação foi pacífica e contou com o apoio da sociedade, chamando a atenção para o isolamento do sul e as dificuldades impostas ao desenvolvimento da área.

O protesto começou no início da noite do sábado e terminou no meio da tarde de ontem, depois de causar um grande engarrafamento na ponte sobre o Gurguéia na entrada de Bom Jesus. O local para a manifestação foi escolhido por ser o único ponto que permite a interrupção real do tráfego na BR-135, a rodovia que liga o sul com o norte do Piauí e serve de canal

de escoamento da produção de grãos na região dos cerrados. Atualmente, a 135 está completamente destruída em quase 500 quilômetros até a fronteira com a Bahia.

No início da tarde de ontem, filas de carros que ocupavam as duas mãos da rodovia formavam um engarrafamento de cerca de quatro quilômetros. Como teve o apoio de todos os segmentos sociais e políticos da região, a manifestação foi marcada pelo envolvimento das famílias, inclusive crianças. "O importante é que foi pacífica", disse o produtor Olírio Teodoro da Fonseca, um gaúcho que mora em Bom Jesus e produz arroz e cria gado em Baixa Grande do Ribeiro.

O próprio Olírio, conhecido como Mico, chegou ao município na madrugada do domingo e teve seu carro retido a dois quilômetros de casa. "Faz parte da manifestação", lembrando que está há dez anos na região e nunca viu a estrada em situação tão ruim. Se-

gundo calcula, as condições hoje existente no sul do Estado elevam o custo de produção em 30%.

Arliton Parente, que produz soja e arroz em Gilbués, diz que a manifestação tem o propósito de chamar a atenção para o problema da região. "O poder político está de costas para o sul do Piauí", diz, acrescentando ter a esperança de que o protesto realizado no final de semana chame a atenção para o drama vivido pela região sul. Ele observa que a maioria das estradas utilizadas para escoamento da safra na região foram restauradas pelos próprios produtores, que utilizam suas máquinas e recursos.

"Fica difícil nossa região ter um futuro digno desse jeito", destaca Arlilton. O empresário ressalta que todos sofrem na região com este quadro caótico. "O comerciante, o trabalhador, o produtor, todo mundo perde com essa situação", cobrando uma ação mais efetiva, especialmente pelos governos do Estado e Federal.

# O DIA

## População interdita BR-135

*Cerca de 500 pessoas atravessaram máquinas na pista, próximo a Bom Jesus*

A BR-135 esteve interdita por 20 horas, da noite de sábado até o início da tarde de ontem, em protesto de populares contra as precárias condições de tráfego. O ato aconteceu próximo ao município de Bom Jesus, distante de Teresina cerca de 605 quilômetros, e contou com a participação de 500 pessoas. Durante o período da interdição, caminhões, ônibus, ambulâncias e até carros de fune-

rárias, com caixões dentro, foram impedidos de passar pelo trecho. A Polícia Militar acompanhou à distância a movimentação, que se desenrolou pacificamente, apesar de dois tratores e uma máquina ter sido colocada no meio da estrada. O protesto se deve à falta de ação dos governos, Federal e Estadual, para recuperar a BR-135 no trecho entre Bom Jesus e Cristino Castanho. **7A**

Teresina, Segunda 22 de julho de 1996

*Em movimento político, caminhoneiros bloqueiam a BR-135 exigindo do governo a recuperação da rodovia e param o trânsito*

## Entrada de Bom Jesus ficou interditada

CERCA de 50 caminhoneiros bloquearam, entre as 18h00 de anteontem e as 14h00 de ontem a BR-135, na entrada da cidade de Bom Jesus, 605 Km ao Sul do Estado, em protesto contra as condições das estradas. Mais de cem veículos entre carros, ônibus e caminhões, ficaram retidos. Eles exigem a recuperação da rodovia. O vice-prefeito do município teve participação.

O bloqueio aconteceu na passagem da ponte que fica a 300 metros da entrada da cidade. O protesto foi pacífico e contou com a assistência da Polícia Militar. Produtores da região dos cerrados deram apoio ao movimento. Alguns deles se deslocaram de Gilbués, a cerca de 80 Km

do local, para participar do ato.

Segundo o funcionário do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens-DER, de Bom Jesus, Raimundo Francisco Ferreira, o órgão nada pode fazer para consertar a rodovia, embora parte dela seja da responsabilidade do órgão, por falta de recursos.

"Tudo depende do governador. O DER não tem dinheiro. A situação aqui é triste. Desde o governo Alberto Silva não se faz nada na estrada. A única coisa que foi feita neste período, assim mesmo em parceria com a Prefeitura, foi colocar cascalho nos buracos", revelou Ferreira. Leia mais sobre o assunto na página 7A.

O protesto dos caminhoneiros

deixou na BR-135, anteontem e ontem, um congestionamento de cerca de 100 veículos. O trânsito só foi liberado no início da tarde de ontem, apesar de os manifestantes não terem recebido nenhuma garantia da realização do serviço solicitado.

Para poder continuar o transporte de passageiros, as empresas de ônibus tiveram que recorrer à troca de veículos. Na entrada da ponte, os passageiros dos ônibus que vinham em um sentido passavam para o que vinha no outro e vice-versa.

A reportagem de O Dia tentou ouvir os produtores rurais de Bom Jesus, mas não conseguiu falar com nenhum deles, após encerrado o bloqueio.

Teresina, **Terça** 23 de julho de 1996

**EDITORIAL PIAUÍ:** o fechamento da BR em Bom Jesus, no sul do Piauí, pode ser o primeiro passo de um movimento de pressão contra o Governo.

## SOS rodovias

ONTEM foram os produtores e moradores de Bom Jesus, no sul do estado. Amanhã, quem será? Esta é uma indagação procedente quando se está falando das difíceis condições em que permanecem as estradas, federais e estaduais, do Piauí, mesmo depois de tantas reclamações, reportagens, protestos e outras manifestações de repúdio ao caos das estradas brasileiras.

O protesto que manteve a BR-135 fechada ao trânsito por 20 horas, no trecho distante de Teresina cerca de 500 quilômetros, pode representar

apenas o desencadeamento de um processo com boas possibilidades de render novos capítulos. O prejuízo é geral, sem que haja sensibilidade do Poder central, em Brasília, para agilizar meios de conseguir uma solução definitiva.

Quando chovia, se alegou que de nada adiantaria trabalhar na recuperação das estradas, àquele momento. Superada a fase invernosa, no entanto, os braços dos operários permanecem cruzados, devido a uma alegada falta de recursos. Como se pudéssemos es-

perar pela solução de um problema que já deveria estar fora da pauta de discussões no Brasil há muito tempo.

O Governo, que tanta fala em modernidade, que se diz preparado para lançar o país no novo milênio, não dá resposta convincente para um problema que estrangula a economia piauiense, inviabiliza negócios, isola municípios e, como demonstrou o episódio do último final de semana, já começa a gerar desespero e determinar atitudes radicais.



## Piauí tem 50% de rodovias em mau estado

Apenas 15% das estradas federais estão em situação considerada boa. O DNER avalia que precisa de R\$ 12 milhões para uma operação tapa-buraco.

O estado de conservação das rodovias federais no Piauí é tão crítico que apenas 15% delas têm condição de tráfego considerada "boa". Pelo menos 50% estão péssimas ou ruins, segundo avaliação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). A BR-

135, que foi interrompida em protesto no final de semana, exibe 460 quilômetros intrafegáveis, tomados pelas crateras. O DER estima que sejam necessários R\$ 12 milhões para uma operação tapa-buracos nas rodovias federais.

## Estradas federais estão intrafegáveis

O próprio DNER admite que apenas 15% das rodovias federais no Piauí estão em condições boas de tráfego. Metade delas está esburacada e ruim para o tráfego

**M**etade dos 2,2 mil quilômetros de rodovias federais asfaltadas em território piauiense está em condições péssimas ou ruins de tráfego, segundo dados do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. A BR-135 tem 460 quilômetros necessitando de obras pesadas de restauração e conservação, mas, dos R\$ 9,5 milhões previstos no orçamento federal deste ano, apenas R\$ 3 milhões estão disponíveis. O custo total para deixar a estrada boa é estimado em R\$ 20 milhões.

O levantamento do DNER é do primeiro trimestre deste ano, quando ainda havia chuva e menor quantidade de buracos nas estradas federais. Ele considerava que 35% da malha viária federal asfaltada estavam "regulares", enquanto apenas 15% apresentavam bom estado de conservação e tráfego.

Hoje, os 160 quilômetros da BR-230 (entroncamento BR-316/Florianópolis) estão quase que totalmente esburacados. Também são péssimas as condições da BR-407 (até Paulistana). A BR-222 (Piripiri/Tianguá) e a 316 (até Picos) são também duas rodovias federais que necessitam de serviços urgentes.

O levantamento do DER considerou a necessidade de R\$ 12 milhões

apenas para uma operação tapa-buracos nos 2,2 mil quilômetros das estradas federais no Piauí. Mas o dinheiro garantido para este ano é de apenas R\$ 4 milhões.

O fechamento da BR-135, sábado e domingo, em Bom Jesus (640 quilômetros ao Sul de Teresina) foi ato extremo de protesto de políticos, produtores e da comunidade. Os organizadores do protesto já avisaram que se dentro de 30 dias não for iniciada qualquer obra para recuperar a BR-135, a rodovia será fechada por tempo indeterminado. "Alguns mais radicais, cansados de esperar por uma solução que não chega, querem cortar a estrada numa cabeça de ponte como essa aqui de Bom Jesus", informa Arilton Parente, produtor de soja em Gilbués.

Parente informa que com o dinheiro colocado à disposição é possível reparar 160 quilômetros da estrada. Mas enquanto a ajuda do governo não chega, a estrada vai ser restaurada pelo esforço pessoal de cada um dos que dependem dela.

As empresas de ônibus que ainda utilizam a 135 fazem o roço das margens. Donos de caminhões fazem vaquinha, compram combustível e

emulsão asfáltica e tapam buracos e os produtores vez por outra se reúnem e colocam seus tratores para melhorar acostamento, tapar buracos e até fazer roço lateral.

O empresário João Batista Pedrosa Macena, de Canto do Buriti, é um dos que não tem muita esperança na ação do governo. No domingo, ele estava em Bom Jesus ajudando a interditar a estrada. "Faço isso porque não aguento mais pagar uma conta duas vezes. Se pago impostos, exijo uma estrada boa, mas para que meus caminhões trafeguem com o mínimo de segurança e de prejuízo, tenho que eu mesmo tapar os buracos", diz, revoltado.

Macena gastou R\$ 6 mil do próprio bolso para tapar buracos num trecho de 62 quilômetros entre Elizeu Martins e o poço Violeta. Contou com pequena ajuda do DER, fornecedor do asfalto. Mas o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem suspendeu o fornecimento e chegou ao fim o trabalho do empresário.

Ontem, o Meio Norte tentou ouvir o diretor do DER, João Sá, e do DNER, Wilton Moura Santos, mas os dois estavam na praia, em Luís Correia, cidade privilegiada com parte dos 35% de rodovias federais em condições regulares de tráfego.

## Confederação Nacional do Transporte abril de 1996

### As dez piores rodovias

- |                                     |                                       |  |
|-------------------------------------|---------------------------------------|--|
| <b>1</b> Açailândia/Santa Inês (MA) | (MT/RO)                               | <b>8</b> Teófilo Otoni/medida BR-101 (MG/BA) |
| <b>2</b> Teresina/Petrolina (PI/PE) | <b>5</b> Salgueiro/Picos (PE/PI)      |  |
| <b>3</b> Barreiras/Jeremias (BA/PI) | <b>6</b> Brasília/Salvador (DF/GO/BA) | <b>9</b> Cuiabá/Alta Floresta (MT/PA)        |
| <b>4</b> Cuiabá/Porto Velho         | <b>7</b> Picos/Fortaleza (PI/CE)      | <b>10</b> Uberlândia/Salvador (MG/BA)        |

Fonte: Confederação Nacional do Transporte



**MESA****Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Gerardo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líder**

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder****LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma



**COMISSÃO REPRESENTATIVA  
DO CONGRESSO NACIONAL**  
(Mandato: de 2 a 31 de julho de 1996)

**SENADO FEDERAL**

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
1. Renan Calheiros		1. Ney Suassuna
2. Ernandes Amorim		2. Nabor Júnior
	<b>PFL</b>	
1. Antônio Carlos Magalhães		1. Júlio Campos
2. Odacir Soares		2. Hugo Napoleão
	<b>PSDB</b>	
1. José Roberto Arruda		1. Sérgio Machado
<b>PPB + PT + PTB + PDT + PSB + PSL + PPS</b>		
1. José Eduardo Dutra		1. (vago)
2. Epitácio Cafeteira		2. (vago)

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	<b>PFL/PTB</b>	
1. Álvaro Gaudêncio Neto		1. Paulo Gouvea
2. Carlos Magno		2. Paes Landim
3. Hugo Rodrigues da Cunha		3. Philemon Rodrigues
4. Pedrinho Aarão		4. Ursicino Queiroz
	<b>PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN</b>	
1. Eliseu Padilha		1. Eudoro Pedrosa
2. Fernando Diniz		2. Hélio Rosas
3. Geddel Vieira Lima		3. Lídia Quinan
	<b>PPB/PL</b>	
1. Joffran Frejat		1. Benedito Domingos
2. José Rezende		2. Valdemar Costa Neto
3. Márcio Reinaldo Moreira		3. Wigberto Tartuce
	<b>PSDB</b>	
1. Antônio Aureliano		1. Aécio Neves
2. Antônio Carlos Panunzio		2. Arnaldo Madeira
3. Marcoen Perillo		3. Ubiratan Aguiar
	<b>PT</b>	
1. Chico Vigilante		1. Gilney Viana
2. Pedro Wilson		2. Maria Laura
	<b>PDT</b>	
1. Severiano Alves		1. Eurípedes Miranda

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC

**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

#### PFL

1. Elcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

#### PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

#### PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

#### PTB

1. Emilia Fernandes

1. Artindo Porto

#### PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

#### PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

#### Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA**

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO**

**Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095**

**SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

**Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO**

**Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606**

**Secretários:** ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ**

**Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512**

**Secretários:** EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO**

**Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573**

**Secretários:** ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA \*2

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
SILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	PE-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	GO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LUDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1048/1148	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4805

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCIDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2181/87
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/87
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/08
JADER BARBALHO	PA-3061/83	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4348/48	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3248/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDSON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2181/87
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/87
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/38
JEFFERSON PERES	AM-2081/87	3-PEDRO PIVA	SP-2381/82
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/87	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4088/80
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4228/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4781/82
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2181/87	1- VAGO	
ROMEU TUMA	SP-2081/87		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 103/86-SP/GS RFRE e o Of. 098/86-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/84
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4348
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPCÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4804

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3278  
 FAX: 311-3121



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2181/82
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/84	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/86		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2481/82	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/80	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: fazer indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3936 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3284  
FAX: 311-1080

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA  
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	6-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	6-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3198	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

# **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4082
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/87
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3138/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2081/87	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3187/89
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2181/87	2-BELLO PARGA	MA-3068/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/88	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2381/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4058/87
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PEDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/38	2-CARLOS WILSON	PE-2451/87
LÚCIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/87
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTÔNIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PFL) - vaga cedida pelo PMDB

OBs: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3268/3498

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL****(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN****Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto <sup>1</sup>
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Espírito Santo		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias <sup>2</sup>	PP	
	PT	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos
DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior <sup>3 4</sup>		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

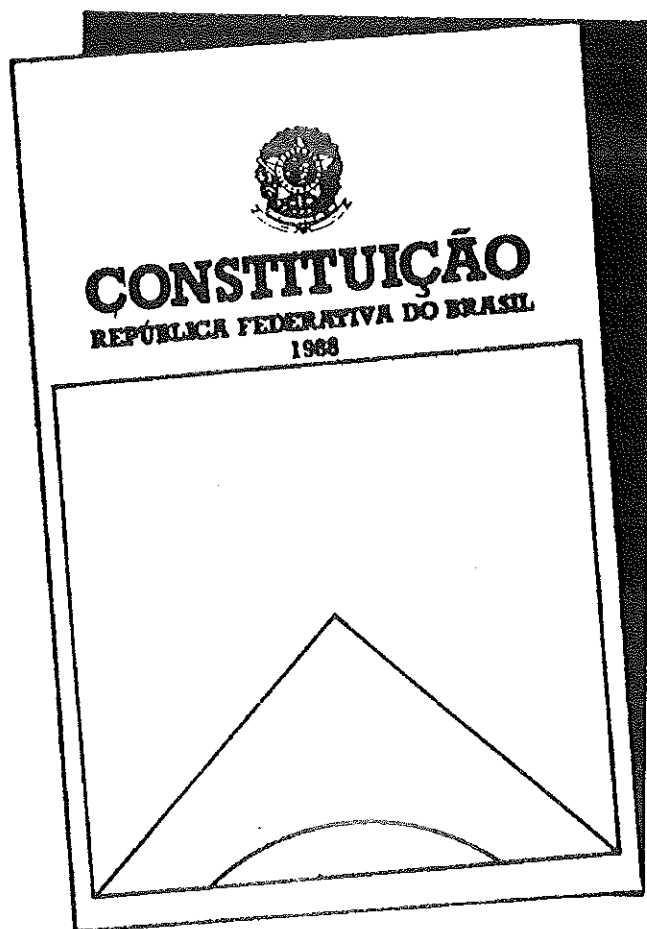
1. Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96.

Subsecretaria de Edições Técnicas  
do Senado Federal



CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS  
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS  
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.

---

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à  
esquerda)

## Novas publicações

### CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

### CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

### GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

### LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

### RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

### REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

---

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio .....	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAE, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



**EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS**